

JUNIA ZACOUR AZEVEDO DEL GIÚDICE

**PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA/MG: REPERCUSSÕES
NOS INDICADORES ACADÊMICOS E NA VIDA PESSOAL,
FAMILIAR E SOCIAL DOS BENEFICIÁRIOS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2013**

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

D331p
2013

Del Giúdice, Júnia Zacour Azevedo, 1962-

Programa de assistência estudantil da Universidade Federal de Viçosa/MG : repercussões nos indicadores acadêmicos e na vida pessoal, familiar e social dos beneficiários / Júnia Zacour Azevedo Del Giúdice. – Viçosa, MG, 2013.
xiv, 156f. : il. (algumas color.) ; 29cm.

Inclui apêndice.

Orientador: Maria das Dores Saraiva de Loreto

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Estudantes - Programas de assistência. 2. Pesquisa de avaliação (Programas de ação social). 3. Ensino superior - Pesquisa - Indicadores. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Doméstica. Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica. II. Título.

CDD 22. ed. 378.3098151

JUNIA ZACOUR AZEVEDO DEL GIÚDICE

**PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA/MG: REPERCUSSÕES
NOS INDICADORES ACADÊMICOS E NA VIDA PESSOAL,
FAMILIAR E SOCIAL DOS BENEFICIÁRIOS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 07 de março de 2013.

Neuza Maria da Silva

Sylvia do Carmo Castro Franceschini

Maria das Dores Saraiva de Loreto
Orientadora

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Nossa Senhora, que me guiaram nesta caminhada.

À minha família, por ter proporcionado todo o instrumental necessário para que eu pudesse chegar até aqui. Em especial, ao meu amado esposo Eugênio, meu porto seguro, pelos conselhos valiosos, companheirismo, carinho e apoio; à minha filha Luciana, a quem tanto amo, pelas ajudas e compreensão das minhas ausências, estresses etc.; à minha mãe, exemplo de força e compromisso, que sempre incentivou aos seus filhos a estudar.

À Universidade Federal de Viçosa (UFV), à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e ao Departamento de Economia Doméstica pela oportunidade de realizar o curso.

À minha orientadora, Professora Maria das Dores Saraiva de Loreto, que, com sua dedicação e seu conhecimento, enriqueceu imensamente a elaboração desta dissertação e a minha vida acadêmica e profissional.

Ao Co-Orientador, Professor Denilson Santos de Azevedo pelas sugestões e por aceitar fazer parte deste trabalho.

À Professora Sylvia do Carmo Castro Franceschini, pelo apoio na minha vida profissional, por incentivar as reflexões e pela valiosa contribuição ao trabalho.

À Professora Neuza Maria da Silva pela atenção e disponibilidade.

A todos os professores, que de alguma forma contribuíram com a minha formação e aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica.

À minha amiga Valéria Maria Vitarelli de Queiroz pelos incentivos para a realização do Mestrado e por fazer parte do meu crescimento profissional.

Aos funcionários do Serviço de Bolsa da UFV: Edilene do Carmo Adão, Nathália Dias Pereira Alves Oliveira e Ricardo Meira Cardoso, pelo apoio e pelas constantes ajudas e, em especial, à Érika David Barbosa, que ofereceu o suporte necessário no referido Serviço, para que eu pudesse me dedicar aos estudos.

À Margareth, da Diretoria de Tecnologia da Informação, ao Benício do Registro Escolar, à Luíza Lúcia e ao Flávio do CAP-COLUNI, pelo apoio e suporte técnico.

Aos colegas de mestrado, especialmente, Janaína Soares Vilela e Natália Calais Vaz de Melo pela solidariedade e desprendimento em me ajudar durante o curso.

Os apoios recebidos me deram a energia necessária para concluir este trabalho.

A todos o meu MUITO OBRIGADA!

BIOGRAFIA

JUNIA ZACOUR AZEVEDO DEL GIÚDICE, filha de Elton Figueiredo de Azevedo e Antônia Zacour de Azevedo, nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 01 de abril de 1962.

Possui graduação em Economia Doméstica, formada em 1986, pela Universidade Federal de Viçosa.

Em 1987, foi contratada pela Prefeitura Municipal de Viçosa, onde atuou, na Secretaria Municipal de Ação Social, na coordenação de trabalhos com menores em vulnerabilidade social; em atividades da Divisão de Nutrição, com ações voltadas para gestantes e crianças desnutridas e como supervisora das creches municipais.

Em 1993, ingressou, mediante concurso público, na Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Nutrição e Saúde, onde atuou na Área de Saúde Pública. Em 2001, foi convidada a ocupar o cargo de Chefe do Serviço de Bolsa da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, onde permaneceu até a presente data.

Em 2011 iniciou o curso de mestrado em Economia Doméstica, com Área de Concentração em Economia Familiar, na Linha de Pesquisa: Família, Políticas Públicas e Avaliação de Programas e Projetos Sociais e submetendo-se à defesa da dissertação em 07 de março de 2013.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE TABELAS	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xiii
1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS: A TEMÁTICA DO ESTUDO E SUA ABORDAGEM	01
2. OBJETIVOS	06
2.1. Objetivo Geral	06
2.2. Objetivos Específicos	06
	07
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	
3.1. Classificação da Pesquisa	07
3.2. Local de Estudo	08
3.3. População e Amostra	08
3.4. Técnicas de Coleta de Dados	10
3.5. Estratégias de Sensibilização para Participação	12
3.6. Variáveis e Categorias de Análise	13
3.7. Análise dos Dados	14
	14
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
CAPÍTULO 1 – ARTIGO DE REVISÃO - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA: PANORAMA HISTÓRICO	16
Resumo	17
Abstract	17
1. Introdução	18
2. Evolução da Legislação da Assistência Estudantil na Educação Superior Pública Brasileira	20
3. Panorama Histórico do Programa de Assistência Estudantil na UFV	23
4. Cenário da Assistência Estudantil na UFV	28
	iv

4.1. Modalidades de Bolsas e Serviços Oferecidos pelo Programa de Assistência Estudantil da UFV	28
4.2. A Assistência Estudantil por Áreas de Atendimento	30
4.2.1. Assistência à Moradia	30
4.2.2. Assistência à Alimentação	32
4.2.3. Assistência à Saúde	35
4.2.4. Orientação Psicossocial	36
4.2.5. Esporte e Lazer.....	38
4.2.6. Inclusão Digital	39
4.2.7. Assistência Relacionada à Manutenção do Estudante	40
4.2.8 Auxílio Creche/Pré-Escola.....	40
4.2.9. Cultura e Arte	41
5. Recursos para a Assistência Estudantil	42
6. Conclusões	45
7. Referências Bibliográficas	47
	49
CAPÍTULO 2 – ARTIGO ORIGINAL - VULNERABILIDADE SOCIAL COMO CRITÉRIO UTILIZADO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA: UMA ANÁLISE CONCEITUAL E EMPÍRICA	
Resumo	50
Abstract	50
1. Introdução	51
2. Metodologia	53
3. Vulnerabilidade Social: Conceitos e Interfaces	53
3.1. Vulnerabilidade e Riscos	58
3.2. Vulnerabilidade e Exclusão Social	63
4. Vulnerabilidade Social e sua Dimensão Empírica	66
4.1. Critérios Utilizados pelo Programa de Assistência Estudantil da UFV para Concessão dos Benefícios	66
4.2. Perfil Familiar dos Usuários do Programa de Assistência Estudantil	71
4.3. Percepção dos Estudantes quanto aos Critérios Adotados pelo Programa de Assistência Estudantil	74
5. Conclusões	79
6. Referências Bibliográficas	80
	82

CAPÍTULO 3 - ARTIGO ORIGINAL - O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFV E SUAS REPERCUSSÕES NOS INDICADORES ACADÊMICOS E NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS	
Resumo	83
Abstract	83
1. Introdução	84
2. Metodologia	86
3. Revisão de Literatura	87
3.1. Avaliação de Programas e Projetos Sociais	87
3.2. Capital Humano: Conceitos e Interfaces	92
4. Resultados e Discussões	95
4.1. Caracterização do Programa de Assistência Estudantil da UFV, <i>campus</i> Viçosa	95
4.2. Perfil dos Beneficiários do Programa de Assistência Estudantil da UFV, <i>campus</i> Viçosa	97
4.3. Assistência Estudantil	100
4.4. Indicadores Acadêmicos	104
4.5. Percepção dos Estudantes	112
4.5.1. Interferência dos Benefícios Concedidos na Vida Familiar	112
4.5.2. Importância da Assistência Estudantil	113
4.5.3. Investimento em Capital Humano	114
5. Conclusões	117
6. Referências Bibliográficas	118
	121
CAPÍTULO 4 – ARTIGO ORIGINAL - AVALIAÇÃO DE IMPACTOS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA: UM ESTUDO COM EGRESSOS	
Resumo	122
Abstract	122
1. Introdução	123
2. Metodologia	125
3. Revisão de Literatura	126
3.1. Avaliação de Políticas e Programas	126
3.2. Projetos de Vida	129
4. Resultados e Discussões	132
4.1. Perfil dos Egressos	132

4.2.Percepções dos Egressos	140
4.2.1. Assistência Estudantil	140
4.2.2. Investimento em Capital Humano	144
4.2.3. Interferências da Assistência Estudantil nos Projetos de Vida	145
5. Conclusões	149
6. Referências Bibliográficas	150
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 152
APÊNDICES	156

LISTA DE FIGURAS

Total de Benefícios Concedidos aos Estudantes de Graduação em Vulnerabilidade Social, na Universidade Federal de Viçosa, <i>campus</i> Viçosa, 2012.	29
Evolução do Número de Atendimentos com Serviços e Bolsas Moradia na Universidade Federal de Viçosa, <i>campus</i> Viçosa, de 2009 a 2012.	32
Evolução do Número de Estudantes Atendidos com Serviço Alimentação na Universidade Federal de Viçosa, <i>campus</i> Viçosa, de 2007 a 2012.	33
Número de Atendimentos a Estudantes na Divisão de Saúde da Universidade Federal de Viçosa, <i>campus</i> Viçosa, de 2007 a 2012.	35
Atendimentos com Bolsa Creche/Pré-Escola Universidade Federal de Viçosa, <i>campus</i> Viçosa, de 2009 a 2012.	41
Orçamento disponibilizado para o PNAES de 2007 a 2012.	43
Total de Gastos com Assistência Estudantil de 2007 a 2012 da Universidade Federal de Viçosa, <i>campus</i> Viçosa.	44
Total de Gastos em 2012 com Assistência Estudantil na Universidade Federal de Viçosa, <i>campus</i> Viçosa, por Áreas de Atendimento.	45
Enfoques sobre a Pobreza em uma Linha Temporal.	55
Modelo de Exposição e Capacidade de Enfrentamento da Vulnerabilidade.	60
Distribuição dos Cursos dos Beneficiários do Programa de Assistência Estudantil por Centros de Ciências da Universidade Federal de Viçosa, <i>campus</i> Viçosa.	98
Porcentagem de Utilização de Bolsas e Serviços entre os Beneficiários do Programa de Assistência Estudantil da UFV, <i>campus</i> de Viçosa, em 2012.	100
Percentual de Bolsas de Pesquisa e Extensão ou Outras, Obtidas pelos Beneficiários do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa, <i>campus</i> Viçosa, 2012.	103
Coeficiente de Rendimentos dos Estudantes da Universidade Federal de Viçosa, <i>campus</i> Viçosa, no Ano de 2011.	105
Coeficiente de Rendimento dos Beneficiários do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa, <i>campus</i> Viçosa, no Ano de 2011.	106
Evolução da Evasão na Universidade Federal de Viçosa, <i>campus</i> Viçosa, nos Anos de 2007 a 2011.	108

Comparativo da Evolução da Evasão entre o Total de Matriculados na Universidade Federal de Viçosa e os Beneficiários do Programa de Assistência Estudantil, do <i>campus</i> Viçosa, de 2007 a 2011.	109
Número de Beneficiários do Programa de Assistência Estudantil por Ano de Ingresso na Universidade Federal de Viçosa, <i>campus</i> Viçosa.	111
Aspectos no Estabelecimento do projeto de Vida.	131
Situação de Trabalho dos Egressos do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa, <i>campus</i> Viçosa, em 2012.	133
Curso Superior dos Egressos do Programa de Assistência Estudantil, Formados em 2009, por Centros de Ciências, da Universidade Federal de Viçosa, <i>campus</i> Viçosa.	134
Benefícios Recebidos pelos Egressos do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa, <i>campus</i> Viçosa.	136

LISTA DE TABELAS

Número de Estudantes Beneficiários (possíveis formandos) e Egressos do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa, <i>campus</i> Viçosa, por Centros de Ciências.	09
Número de Refeições Servidas nos Restaurantes Universitários da Universidade Federal de Viçosa, <i>campus</i> Viçosa, de 2007 a 2012.	34
Perfil Familiar dos Beneficiários do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa, <i>campus</i> Viçosa, em 2012.	71
Serviços ou Tipos de Atendimento Utilizados pelos Beneficiários do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa, <i>campus</i> Viçosa, 2012.	102
Serviços ou Tipos de Atendimento Utilizados pelos Egressos do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa, <i>campus</i> Viçosa.	138

RESUMO

DEL GIÚDICE, Junia Zacour Azevedo, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2013. **Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa/MG: Repercussões nos Indicadores Acadêmicos e na Vida Pessoal, Familiar e Social dos Beneficiários.** Orientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Coorientador: Denilson Santos de Azevedo.

A assistência estudantil é um importante instrumento para as instituições de ensino superior público brasileiro, como compromisso de atendimento às demandas sociais. Em nosso país, a continuidade dos estudos em nível superior é ainda extremamente difícil para muitos indivíduos, em função, sobretudo, da exposição das unidades familiares aos riscos econômicos. As variáveis socioeconômicas incidem não apenas sobre o ingresso, mas também sobre a probabilidade de retenção e evasão. No entanto, a adoção de medidas de oportunidades de acesso e de permanência no ensino superior, combinadas com programas de apoio aos estudantes, pode reverter esta situação. Além disso, apesar da significativa demanda por assistência estudantil e do seu estabelecimento legal, inexistem estudos avaliativos sobre seus resultados e impactos. Nesse contexto, objetivou-se avaliar a dinâmica do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa (UFV), *campus* Viçosa, enquanto processo e resultado, por meio de uma abordagem descritiva e exploratória, com enfoque metodológico qualitativo e quantitativo. Especificamente, buscou-se examinar as implicações do Programa nos indicadores acadêmicos e nas condições de vida dos estudantes beneficiados, bem como na vida pessoal, familiar e social dos egressos. Os resultados mostram que a assistência estudantil da UFV vem acompanhando a realidade brasileira das políticas adotadas ao longo do tempo. Inicialmente, com ações mais pontuais, voltadas para as necessidades básicas dos estudantes, como moradia e alimentação e, posteriormente, com ações que visam atender de forma mais ampla as demandas estudantis. Os critérios utilizados para avaliação e caracterização da situação de vulnerabilidade social dos estudantes estão coerentes com o arcabouço teórico apresentado, apesar de se concentrar na questão econômica e social, tendo como indicadores a renda, a posse de bens, o trabalho, a saúde e a estrutura familiar. Como critério objetivo utiliza-se a renda das famílias e como subjetivos, as informações sobre a estrutura e as condições de vida das famílias (moradia, profissão, trabalho, renda, número de dependentes, problemas de saúde etc.), buscando-se o conhecimento de suas realidades e das situações que levam à vulnerabilidade social. Na percepção dos

estudantes, os benefícios interferem positivamente em seu rendimento acadêmico, além de proporcionar condições para que o estudante conclua seu curso em tempo hábil, como constatado pelos índices de diplomação e retenção. A maioria dos estudantes concorda que a assistência estudantil contribui para o desenvolvimento do capital humano, a partir do momento em que proporciona a oportunidade de concluir um curso superior e adquirir capacitação para o ingresso no mercado de trabalho em melhores condições, ou de realizar cursos de capacitação, como os de pós-graduação. Os benefícios recebidos interferiram positivamente em seus projetos de vida. No âmbito familiar permitiu um relacionamento mais tranqüilo com a diminuição das despesas e, em relação às redes sociais, proporcionou o desenvolvimento das relações humanas, demonstrando a efetividade do programa. Nesse contexto, pode-se concluir que as ações de assistência estudantil não devem ser vistas como gastos e sim como um investimento educacional, pois suas repercussões são amplas, indo além da pessoa do beneficiário, estendendo-se para o âmbito familiar e social. Representa um instrumento capaz de ampliar as capacidades e as oportunidades sociais, influenciando na qualidade de vida tanto dos beneficiários quanto de suas respectivas famílias.

ABSTRACT

DEL GIÚDICE, Junia Zacour Azevedo, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March 2013. **Student Assistance Program, Federal University of Viçosa / MG: Impact Indicators in Academic and Personal Life, Family and Social Beneficiaries.** Advisor: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Co-Advisor: Denilson Santos de Azevedo.

The student assistance is an important tool for public Brazilian higher education institutions, as a commitment to meeting the demands of society. In our country, to continue their studies at the college level is still extremely difficult for many individuals, due mainly to the economic risks of exposure of family units. Socioeconomic variables affect not only in the admission, but also on the likelihood of retention and dropout. However, the adoption of measures of opportunities for access and remain in higher education, combined with programs to support students, can reverse this situation. Furthermore, despite the significant demand for student assistance and its legal establishment, there are no evaluative studies on its results and impacts. In this context, the objective was to evaluate the dynamics of the Student Assistance Program, Federal University of Viçosa (UFV), campus Viçosa, while process and outcome, through a descriptive and exploratory approach, with qualitative and quantitative methodological approach. Specifically, we sought to examine the implications of the program in academic indicators and living conditions of students benefit as well as personal, family and social development of graduates. The results show that the UFV student assistance has been tracking the Brazilian reality the policies adopted over time. Initially, with more specific actions, aimed at students' basic needs such as housing and food, and later with actions aimed more broadly meet the student demands for permanence. The criteria used for evaluation and characterization of the social vulnerability of the students are consistent with the theoretical framework presented, while focusing on economic question and social indicators as having the income, asset ownership, work, health and structure family. Uses objective criteria as family incomes and subjective information about the structure and the living conditions of families (housing, profession, job, income, number of dependents, health problems etc.), seeking knowledge of their realities and situations that lead to social vulnerability. In the perception of the students, the benefits positively affect their academic performance and provide conditions for the student to complete their course in a timely manner, as evidenced by retention and graduation rates. Most students agree that

student assistance contributes to the development of human capital, from the time it provides the opportunity to complete a bachelor degree and get skills for entering the labor market in better condition, or conduct courses training such as graduate. The benefits received positively interfered in their life projects, within the family allowed a family relationship more peaceful with decreased spending and, in relation to social networks, enabled the development of human relations, demonstrating the effectiveness of the program. In this context, it can be concluded that the actions of student assistance should not be viewed as expenditure but as an educational investment, because its effects are broad, going beyond the person of the beneficiary, extending to the family and social context. Is a tool to extend the capabilities and social opportunities, influencing the quality of life of both recipient and their families.

1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS:

A TEMÁTICA DO ESTUDO E SUA ABORDAGEM

A necessidade de se promover ações de assistência estudantil é, sem dúvida, extremamente importante para as instituições de ensino superior e para a sociedade, como compromisso de atendimento às demandas sociais. Estas ações são evidenciadas como forma de permitir o acesso dos jovens às atividades acadêmicas e como possibilidade de permanecerem nos estudos, prevenindo a retenção e a evasão.

A realidade brasileira aponta para um crescimento do sistema educacional brasileiro na última década, especialmente em relação ao ensino superior. De acordo com a análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2011, a proporção de jovens estudantes de 18 a 24 anos que cursavam o nível superior cresceu de 27,0%, em 2001, para 51,3%, em 2011 (IBGE, 2012).

Apesar dos avanços, o número de brasileiros ingressos em curso superior ainda é pequeno, representando aproximadamente metade deste contingente populacional. Isso demonstra a importância da assistência estudantil, que pode contribuir para a redução da desigualdade social existente e da dificuldade de acesso de um número significativo de jovens.

A assistência estudantil está prevista em leis e é estratégica para permitir que jovens, principalmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social, tenham a oportunidade de ingressar em um curso superior. As primeiras ações institucionalizadas datam dos anos de 1930, expressas pela Carta Magna Brasileira, no Art. 157, parágrafo segundo, recebendo um *status* constitucional, afirmando que: “Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas.” (BRASIL, 1934).

Essa institucionalização da assistência estudantil também foi prevista na Constituição de 1946, Art. 172, ao definir como obrigatoriedade do Estado o auxílio a estudantes em vulnerabilidade social: “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar.” (BRASIL, 1946).

Especificamente, em termos de política educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada em 20/12/1996, trouxe dispositivos que amparam

a assistência estudantil, entre os quais se destaca: “Art. 3º - O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (...)” Além disso, determina que “a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”, conforme Lei nº. 9.394, de 29/12/96, Art. 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI (BRASIL, 1996)

Considerando as práticas sociais, o Plano Nacional de Educação, atendendo a uma reivindicação direta do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários, apresenta como um dos objetivos e metas “a adoção de programas de assistência estudantil, tais como, bolsa trabalho ou outros, destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico.” (BRASIL, 2001, p. 94).

Em 2007, foi instituído o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio da Portaria Normativa nº. 39, que prevê a vinculação da assistência estudantil às atividades de ensino, pesquisa ou extensão, sendo destinado aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, matriculados em cursos de graduação, das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O PNAES compreende ações nas seguintes áreas: moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico (ANDIFES, 2007).

No entanto, apesar do princípio da assistência estudantil estar previsto em Lei, as universidades, em que pesem os esforços de seus administradores, encontram fortes restrições para fazerem cumprir os próprios preceitos das leis e do Plano Nacional de Educação, pois os recursos repassados às IFES são insuficientes, o que demonstra o caráter contraditório da legislação ou a defasagem entre o discurso legal e sua prática.

Assim, ao nível externo, torna-se necessário um efetivo esforço de toda a comunidade universitária, para que o Governo Federal cumpra a legislação de forma a reduzir as desigualdades sociais, permitindo ao estudante em vulnerabilidade social a expressão de seu potencial durante a vida acadêmica. Por outro lado, ao nível interno a universidade deve incluir a política de assistência ao processo educativo, articulada com o ensino, a pesquisa e a extensão, permeando essas três dimensões e viabilizando o caráter transformador da relação universidade e sociedade. Isto significa entender a assistência estudantil como direito social, rompendo com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado.

Areladas à insuficiência de recursos para a assistência estudantil, estão as ações e políticas governamentais voltadas para a democratização do acesso e da permanência no ensino superior, bem como da expansão da oferta, como demonstrado nos resultados do Censo da Educação Superior 2010, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC), que reafirmam a tendência de ampliação do atendimento nesse nível de ensino ao longo da década. O referido censo mostra que o número de matrículas nos cursos de graduação aumentou em 110,6%, no período de 2001 a 2010. São ao todo 2.377 instituições de ensino superior em todo o Brasil, que oferecem 29,5 mil cursos (BRASIL, 2010).

Vários fatores podem ser atribuídos a essa expansão. Pela ótica da demanda, o crescimento econômico alcançado pelo Brasil, nos últimos anos, que vem estimulando uma busca do mercado por mão de obra mais especializada. Em contrapartida, pelo lado da oferta, o somatório das políticas públicas de incentivo ao acesso e à permanência na educação superior. Dentre elas, citam-se o aumento do número de financiamentos (bolsas e subsídios) aos estudantes, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)¹ e o Programa Universidade para Todos (PROUNI)², bem como o aumento da oferta de vagas na rede federal, via abertura de novos *campi* e novas IES, além da interiorização de universidades já existentes (BRASIL, 2011).

Outro fator atribuído à expansão do ensino superior foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que buscou ampliar o acesso e a permanência na educação superior. A meta do programa era de dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, permitindo o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação (BRASIL, 2007).

Para tanto, todas as universidades federais aderiram ao Programa e apresentaram ao ministério planos de reestruturação com ações que previam, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o

¹ O FIES é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

² O PROUNI tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa, é dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos.

aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão. Com isso, houve ampliação do número de *campi*, o que permitiu a interiorização e uma melhor distribuição geográfica da rede federal superior no país. De 2003, quando o país possuía 148 *campi*, até 2010, foram construídas 126 novas unidades, passando para 274. Até 2014, deverão ser criados mais 47 novos *campi* (BRASIL, 2007).

Esses dados, que indicam um processo de democratização e expansão da oferta no ensino superior, ocasionaram, dentre outros problemas, um inchaço nas universidades, além de provocarem um aumento significativo da demanda por assistência estudantil. Por isso, surge a necessidade de se criar e/ou ampliar a abrangência desses programas, conjugada com uma avaliação dos mesmos.

Nesse contexto, insere-se a Universidade Federal de Viçosa (UFV), que, ao longo da sua história, desde a sua origem, em 1926, mantém a tradição de promover a assistência estudantil e, nos últimos anos, vem desenvolvendo ações para expansão do Programa de Assistência Estudantil³, fundamentando-se em dois princípios básicos: a necessidade da efetiva contribuição da universidade pública na busca da redução das desigualdades sociais e a contribuição da política de assistência estudantil para a redução da evasão e do tempo médio de graduação dos estudantes em vulnerabilidade social.

A UFV originou-se da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), criada pelo Decreto 6.053, de 30 de março de 1922, pelo então Presidente do Estado de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes. A ESAV foi inaugurada em 28 de agosto de 1926, na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais, Brasil.

A cidade de Viçosa situa-se na Zona da Mata mineira e tem uma população de aproximadamente 72.000 habitantes, segundo dados do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A UFV possui mais dois *campi*. O *campus* de Florestal, situado na cidade de Florestal, próxima à capital mineira, Belo Horizonte, e tem sua origem, em 1939, como unidade de educação profissional técnica de nível médio e pesquisa. Em 2008, iniciou suas atividades acadêmicas com cursos superiores de graduação. O *campus* de Rio Paranaíba, situado na cidade de Rio Paranaíba, na região do triângulo mineiro, foi criado em 2006, como resultado da adesão ao Programa

³ Denomina-se Programa de Assistência Estudantil o conjunto das ações realizadas na UFV, nas áreas de saúde, alimentação, moradia, esporte e lazer, destinado aos estudantes matriculados na instituição. Na UFV não há ainda um programa estruturado e regimentado. Existem as ações, executadas ao nível das Divisões, que são os setores vinculados à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários. Portanto, optou-se por esta denominação, para facilitar a abordagem.

de Expansão do Governo Federal, iniciando suas atividades acadêmicas no segundo semestre de 2007, com os cursos de Agronomia e Administração.

A UFV, em 2013, completa 87 anos de existência, tendo como tradição o ensino, a pesquisa e a extensão. Oferece 67 cursos de graduação presenciais e à distância em seus três *campi* e 40 programas de pós-graduação *stricto sensu* colocados, igualmente, entre os melhores em avaliações oficiais e em publicações especializadas. Dos cursos presenciais, 45 são oferecidos no *Campus* Viçosa, 10 no *Campus* Florestal e 12 no *Campus* Rio Paranaíba. No *campus* Viçosa, em 2011, encontravam-se matriculados 11.726 estudantes nos cursos de graduação, e diplomaram-se 1.622 estudantes. O corpo docente era composto por 987 professores, sendo 689 com titulação de doutorado e 49 com pós-doutorado⁴.

A estrutura organizacional acadêmica do *campus* Viçosa concentra-se em áreas de conhecimento ou Centros de Ciências, a saber: Centro de Ciências Agrárias (CCA), Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCE), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH).

As ações de assistência estudantil do *campus* Viçosa, são realizadas por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD), nas áreas de moradia, alimentação, saúde, psicossocial, esporte, lazer e cultura, sendo usuários da assistência estudantil todos os estudantes matriculados na instituição. Porém, especificamente os benefícios Serviço ou Bolsa Moradia, Serviço Alimentação, Bolsa Manutenção e Bolsa Creche, são concedidos a aproximadamente 15% dos estudantes de graduação, regularmente matriculados, em vulnerabilidade social e que não possuem condições financeiras para se manterem na universidade. Tais estudantes foram o foco desta pesquisa, caracterizados como beneficiários do Programa de Assistência Estudantil.

O estudo teve por objetivo avaliar a dinâmica do referido Programa enquanto processo e resultado, considerando suas implicações nos indicadores acadêmicos e condições de vida dos estudantes beneficiados, bem como na vida pessoal, familiar e social dos egressos do Programa.

A escolha por este tema justificou-se pelo fato de praticamente inexistirem estudos que avaliem tanto o processo quanto os impactos dos programas já existentes, que poderiam subsidiar as decisões cotidianas e operativas, bem como o desempenho das ações, alcance dos objetivos, resultados e magnitude das mudanças. Além disso, existia todo o interesse da pesquisadora, motivado pela sua atuação na área de

⁴ Dados retirados do Relatório Anual de Atividades da UFV - 2012, disponível em www.ufv.br.

assistência estudantil da Universidade Federal de Viçosa (UFV), no *campus* de Viçosa, desde o ano de 2001, assim como, por acreditar ser de grande importância para a Instituição conhecer as condições e impactos das ações realizadas, no sentido de refletir sobre suas limitações e perspectivas.

Diante do exposto, o presente estudo teve por finalidade responder às seguintes questões: Como tem sido a dinâmica das ações do Programa de Assistência Estudantil da UFV? Os critérios de seleção do Programa refletem a situação de vulnerabilidade social dos estudantes de graduação? O Programa interfere na vida acadêmica dos estudantes, em termos de rendimento, evasão, retenção e demais atividades? Quais são as implicações ou repercussões na vida pessoal, familiar e social dos egressos do Programa?

Nesse contexto, pressupõe-se que as respostas aos referidos questionamentos pudessem subsidiar a avaliação dos programas de assistência da instituição em todos os seus *campi*, de forma que as políticas públicas sejam inclusivas, garantindo um atendimento justo e igualitário.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Avaliar a dinâmica do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa, do *campus* de Viçosa-MG, enquanto processo e resultado, considerando suas implicações nos indicadores acadêmicos e condições de vida dos estudantes beneficiados, bem como na vida pessoal, familiar e social dos egressos do Programa.

2.2. Objetivos Específicos

- Contextualizar historicamente o Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa.
- Examinar os critérios de vulnerabilidade social utilizados pelo Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa, em termos conceituais e empíricos.

- Avaliar o Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa, enquanto processo, examinando suas repercussões nos indicadores acadêmicos, bem como a percepção dos beneficiários sobre as ações da assistência e seus reflexos em suas condições de vida.

- Avaliar o Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa, enquanto resultado, considerando-se a percepção dos egressos sobre a influência da assistência em seus projetos de vida, seja no âmbito profissional, econômico-financeiro, familiar e social.

A partir dos quatro objetivos específicos, foram estruturados os capítulos da presente pesquisa, em formato de artigos, assim delimitados: o primeiro capítulo trata de uma revisão de literatura sobre a assistência estudantil no ensino superior público brasileiro e a evolução histórica da assistência estudantil na UFV, com uma descrição analítica das principais ações realizadas nesta área desde a fundação da Instituição, até o ano de 2012. O segundo capítulo traz uma abordagem, em termos conceituais e empíricos, sobre o tema vulnerabilidade social, o qual é utilizado como critério da metodologia de seleção dos estudantes a serem atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil da UFV. Apresenta as definições e a caracterização da vulnerabilidade social, relacionando-a a pobreza, à exclusão social e aos riscos. Neste capítulo são apresentadas também as percepções dos estudantes sobre o tema em questão. O terceiro capítulo trata da avaliação do Programa de Assistência Estudantil da UFV, enquanto processo, examinando suas repercussões nos indicadores acadêmicos e a percepção dos estudantes beneficiários sobre a assistência estudantil e seus reflexos em suas condições de vida. Finalmente, o quarto capítulo apresenta a percepção dos estudantes que foram beneficiários do Programa (egressos), sobre a influência da assistência estudantil em seus projetos de vida, seja no âmbito profissional, econômico-financeiro, familiar e social, compondo a avaliação do Programa enquanto resultado.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Classificação da Pesquisa

A pesquisa teve uma abordagem descritiva e exploratória, com enfoque metodológico qualitativo e quantitativo. A escolha justificou-se pelo fato de que, por

meio da pesquisa descritiva, é possível observar, registrar e analisar os fenômenos e a frequência com que acontecem. Permite a utilização de técnicas, tais como, aplicação de questionários e entrevistas para obtenção das informações. Acredita-se que os problemas podem ser resolvidos e as práticas podem ser melhoradas, por meio da descrição e análise de observações objetivas e diretas (CERVO e BERVIAN, 2002).

Por outro lado, a caracterização exploratória, neste tipo de pesquisa, implica na busca por maiores informações sobre determinado assunto investigado; na obtenção de nova percepção do fenômeno; na descoberta de novas ideias ou relações existentes entre os elementos componentes do fenômeno e permite a análise dos diversos aspectos do problema ou situação (MARCONI e LAKATOS, 2001).

A natureza quali-quantitativa da pesquisa é recomendada por diversos autores, porque a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, entendidos como parte da realidade social, buscando compreender como os indivíduos interpretam suas vivências e experiências. Em contrapartida, as pesquisas quantitativas são mais objetivas, visam descrever e explicar fenômenos que produzem regularidades. São consideradas ideais para se compararem grupos, uma vez que procuram verificar resultados em função dos objetivos definidos previamente por meio do estabelecimento de relações significativas entre variáveis. Os dados advindos de ambas não são incompatíveis, mas complementares e quando bem trabalhados, teórica e praticamente, produzem riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa (MINAYO *et al.*, 2006).

3.2. Local de Estudo

O estudo foi conduzido na Universidade Federal de Viçosa, *campus* de Viçosa – Minas Gerais – Brasil, pelo fato dessa universidade desenvolver ações de apoio à permanência dos estudantes desde sua origem, em 1926.

3.3. População e Amostra

A unidade empírica de análise deste estudo foi o Programa de Assistência Estudantil da UFV, *campus* de Viçosa-MG. O universo populacional foi composto por aproximadamente 3.700 estudantes de graduação, em vulnerabilidade social, que, em

2012, eram beneficiários do Programa de Assistência Estudantil, recebendo os benefícios moradia, alimentação e as bolsas manutenção e creche/pré-escola. A amostra, probabilística, foi composta por dois grupos de estudantes, sendo o primeiro grupo com estudantes que estavam no último ano da graduação, para conclusão de seus cursos, ou seja, os formandos do ano de 2012 e o segundo grupo com estudantes que se formaram no ano de 2009. Neste último caso, a escolha se pautou na suposição de que, com este tempo, três anos de conclusão de curso, o estudante já estaria inserido em alguma atividade, seja na pós-graduação ou no mercado de trabalho.

Os números de formandos no ano de 2012 e de formados em 2009, estão representados no Quadro 1, os quais estão distribuídos espacialmente por Centros de Ciências.

Tabela 1 – Número de Estudantes Beneficiários (possíveis formandos) e Egressos do Programa de Assistência Estudantil da UFV, *campus* de Viçosa por Centros de Ciências.

Centros de Ciências	Beneficiários Egressos de 2009	Beneficiários - Possíveis Formandos de 2012
CCA	87	107
CCB	68	34
CCE	79	73
CCH	111	176
TOTAL	345	390

Fonte: Sistema de Apoio ao Ensino (SAPIENS) e Sistema de Bolsas (SISBOLSA)/UFV, 2012.

OBS.: O número total de formandos de 2012 foi estimado, pois o número exato só poderia ser obtido no final do semestre letivo, que, por motivo de greve, foi estendido até abril de 2013.

Em função da disponibilidade de dados, foram enviados 364 questionários para os beneficiários, formandos de 2012 e 318 para os egressos, correspondente aos cadastros encontrados. Após vários contatos e sensibilização para participação, o percentual de respostas foi equivalente a 16,8% e 13,5%, respectivamente, totalizando uma amostra de 61 beneficiários e 43 egressos.

3.4. Técnicas de Coleta de Dados

De acordo com os objetivos propostos, inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica, histórica e descritiva, compondo uma análise qualitativa. Esta primeira pesquisa foi realizada por meio da busca de informações na legislação existente sobre a assistência estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras, compondo a evolução histórica da assistência estudantil no país, como foi concebida e construída ao longo do tempo. Em seguida foram realizadas consultas nos regimentos, normatizações e diretrizes para concessão dos auxílios, considerando seus registros históricos.

Posteriormente, foi realizada a pesquisa documental⁵ junto à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD), para verificação dos relatórios produzidos sobre os atendimentos realizados aos estudantes. Esta pesquisa permitiu a descrição das ações do Programa de Assistência Estudantil e suas diretrizes, principalmente quanto aos critérios de seleção adotados ou de vulnerabilidade social, identificando suas evidências empíricas, que foram contrapostas aos critérios conceituais e percepções dos estudantes quanto ao tema em questão.

O instrumento utilizado para coleta de dados foi o questionário, cuja escolha se pautou na possibilidade de aplicação simultânea a todos os indivíduos que compõem a amostra do estudo, além de se obter maior uniformidade na avaliação e respostas mais rápidas e precisas.

Foram elaborados dois tipos de questionários, em atendimento às especificidades dos dois grupos que constituíam a amostra do estudo (estudantes beneficiários, formandos em 2012 e ex-alunos beneficiários, formados em 2009). Os questionários (Apêndices 1 e 2 respectivamente) foram estruturados em blocos, com *design* no programa *Microsoft Office Word*. Posteriormente, optou-se pelo uso de uma ferramenta do GOOGLE, disponível no ambiente da *internet*. O recurso em tela é um produto da empresa “Google”, sendo de uso livre e sem necessidade de instalação de *software* no computador. Para usar tal ferramenta, fez-se necessária a abertura de uma conta, a qual possibilitou a criação de um *link* para estruturação do questionário.

⁵ A pesquisa documental, segundo Sá-Silva (2009), propõe-se a produzir novos conhecimentos, criando novas formas de compreender os fenômenos e como estes têm sido desenvolvidos. A análise documental permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social e favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros.

O questionário foi ambientado e publicado e, em seguida, foi realizado um pré-teste para verificar se apresentava falhas na elaboração das questões e, ou, geração de dupla interpretação. Os sujeitos que participaram dessa fase, que foram três estudantes voluntários, não tiveram dificuldade em respondê-lo e, portanto, não houve correção nem adaptações das questões formuladas.

Após esta etapa, os questionários foram encaminhados via *e-mail* aos estudantes que compunham os dois grupos da amostra, para preenchimento no *link* de acesso. Junto ao questionário foram enviadas informações introdutórias que continham o objetivo da pesquisa, com seu título e autores e a solicitação de participação dos estudantes e ex-alunos. Além disso, foi enviado também o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, com os devidos esclarecimentos sobre a participação na pesquisa, conforme orientação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV. O participante somente conseguiria enviar o questionário, após declarar ter lido e aceito o referido termo.

A escolha desta ferramenta se pautou na facilidade de confecção do questionário e de envio aos participantes da pesquisa. Além de garantir a impessoalidade das respostas, pois, à medida que os sujeitos respondiam, em tempo real, os dados compunham uma planilha com as informações solicitadas.

Outro fator importante é que os dados coletados puderam ser salvos em uma planilha do programa *Microsoft Office Excel*, o que facilitou a análise e interpretação dos mesmos. Os dados foram analisados por meio da estatística descritiva, utilizando-se média, frequência e análises tabulares e gráficas.

Para avaliação do Programa, como processo, foi realizada a coleta de dados relativos aos indicadores acadêmicos, tais como coeficiente de rendimento acadêmico, índices de evasão e retenção; à percepção dos estudantes em relação ao Programa e outros dados para compor a avaliação. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental e aplicação de questionários aos estudantes que compunham o primeiro grupo da amostra, os formandos de 2012.

Quanto à percepção dos egressos, sobre as implicações do Programa na sua vida profissional, pessoal, social e familiar, foram coletadas informações na intenção de conhecer sua realidade atual e as interferências e contribuições da assistência estudantil em sua vida pessoal, profissional e familiar, como forma de avaliar os resultados do Programa.

Os contatos com os estudantes e com os egressos foram feitos via *email*, com o envio dos questionários para preenchimento. Para contato com os egressos, buscou-se nos arquivos da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, Serviço de Bolsa, os dados cadastrais dos estudantes que se formaram em 2009, para posteriormente entrar em contato com os mesmos. Porém, no intuito de obter dados atualizados, foi solicitada uma consulta no sistema informatizado da Associação dos Ex-Alunos da UFV, a qual foi realizada por funcionário indicado, mediante autorização específica.

3.5. Estratégias de Sensibilização para Participação

Uma vez detectado baixo retorno de respostas dos *emails* enviados, um total aproximado de 14%, fez-se necessária uma intervenção com a intenção de sensibilizar os estudantes para a importância da participação da referida pesquisa.

Inicialmente procedeu-se à prorrogação do prazo para a coleta dos dados, tendo em vista então, o baixo retorno das respostas aos questionários e o fato de que a UFV estava em greve. A greve ocorreu no período de 15 de maio, com suspensão das aulas, até dia 23 de setembro, o que dificultou o contato com os estudantes do primeiro grupo da amostra, os formandos de 2012, pois, neste período, poucos estudantes permaneceram no *campus*. Somente em final de setembro, então, foi possível estabelecer contato pessoal com os estudantes. Outras estratégias utilizadas, também, foram o contato telefônico, o envio de mensagens por *email* e a distribuição de cartazes nos prédios de alojamentos, incentivando a participação. Porém, com o prazo curto e a grande dificuldade de se fazer contato com os estudantes, não se obteve um número satisfatório de respostas.

Para estabelecer contato com os estudantes do segundo grupo da amostra, os egressos, foram realizadas ligações telefônicas para a casa dos pais destes estudantes. Os números dos telefones foram obtidos dos registros cadastrais existentes no Serviço de Bolsa. No entanto, houve também dificuldades em obter as informações, pelo receio em expor os filhos e a família, mesmo fornecendo os devidos esclarecimentos sobre o objetivo da pesquisa. Foram realizadas 28 ligações telefônicas, mas somente 19 concordaram em participar da pesquisa.

Acredita-se que as estratégias propiciaram um resultado positivo, porém ainda pequeno, pois provocaram um retorno imediato de respostas, pelo preenchimento dos questionários enviados via *link* específico, apesar de todas as limitações expostas.

3.6. Variáveis e Categorias de Análise

Para caracterizar e contextualizar o Programa de Assistência Estudantil foi feito um levantamento junto à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e seus órgãos específicos sobre a cobertura da assistência estudantil e os atendimentos realizados, levando-se em consideração as seguintes variáveis: número de atendimentos por semestre e por ano; metodologias utilizadas para concessão dos benefícios, considerando os critérios para seleção (normas e regulamentos); tipos de atendimentos ou serviços da assistência estudantil que o estudante utilizou durante a realização do seu curso (saúde, psicossocial, alimentação, creche, esporte e lazer etc.); perfil dos beneficiários (informações sobre idade, sexo, estado civil, origem escolar, situação de trabalho e renda); perfil da família do beneficiário (profissão e situação de trabalho dos pais, renda familiar e número de dependentes desta renda, bens móveis e imóveis, situação conjugal dos pais). Foram também utilizadas as variáveis sobre o número de estudantes com bolsa de iniciação científica e extensão universitária.

Ainda na contextualização do Programa, foi feita a identificação dos recursos destinados à assistência estudantil, a evolução dos gastos e a distribuição dos recursos entre os setores e os diferentes tipos de atendimentos.

Em relação aos índices de evasão da UFV *campus* de Viçosa-MG, as variáveis selecionadas foram: o número de evasões por ano e nos últimos cinco anos, para se estabelecer uma evolução deste processo, entre beneficiários e demais estudantes.

Da mesma forma, as retenções dos estudantes foram analisadas por meio das variáveis: número de estudantes beneficiados com “Bolsas” e “Serviços” da assistência estudantil e o período de tempo em que estão na UFV, no *campus* de Viçosa-MG.

Os dados relacionados à percepção dos estudantes em relação ao Programa foram analisados por meio da aplicação de questionários, os quais continham as seguintes variáveis: quais os tipos de benefícios (bolsas e serviços) o estudante recebia da UFV; como estes benefícios contribuíram para sua manutenção na universidade; como seria sua situação sem o recebimento destes benefícios e as repercussões dos benefícios em sua vida acadêmica e familiar.

Os dados sobre aos resultados do Programa foram coletados por meio de informações sobre a realidade do egresso e como, na sua visão, a assistência estudantil influenciou nessa realidade, considerando seus projetos de vida, seja no âmbito profissional, econômico-financeiro, familiar, social ou de redes de convivência.

3.7. Análise dos Dados

Na análise dos dados quantitativos foi feito uso da estatística descritiva, por meio de média, frequência, porcentagem e análises tabulares e gráficas. Os dados qualitativos foram analisados pela interpretação do conteúdo das mensagens escritas, primeiramente com uma leitura flutuante e exploratória de todas as respostas e, posteriormente, pela análise de cada uma das respostas, inferindo as ideias registradas. Após esta etapa, passou-se à apuração dos dados e à análise e interpretação geral.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDIFES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília, 2007. Disponível em www.andifes.org.br. Acesso em: 02 ago. 2012.

BRASIL. **Carta Magna Brasileira de 1934**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 10 set. 2012.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 10 de set. 2012.

BRASIL, **Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 07 ago. 2012.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102480>. Acesso em: 02 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2010**. Brasília, 2011. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em: 02 fev. 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** – Brasília: Senado federal, UNESCO, 2001. 186p. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em: 02 out. 2012.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica : para uso dos estudantes universitários**. 3.ed. São Paulo : McGraw-Hill do Brasil, 1983.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais 2012. Comunicação Social da Presidência da República. Brasília, 21 set. 2012. Disponível em:**
<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=2268>. Acesso em 16 nov. 2012.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Orgs.). **Avaliação por Triangulação de Métodos:** abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CAPÍTULO 1 – ARTIGO DE REVISÃO

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA/MG: PANORAMA HISTÓRICO

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA/MG: PANORAMA HISTÓRICO

RESUMO

A pesquisa apresenta um panorama histórico da assistência estudantil na Universidade Federal de Viçosa/MG, com uma descrição analítica das principais ações realizadas nesta área ao longo da sua trajetória. Para uma melhor compreensão dessas ações, considerou-se pertinente traçar a dinâmica das políticas voltadas para esse tipo de assistência no ensino superior brasileiro. O estudo, por meio de pesquisa bibliográfica, teve por objetivo identificar e descrever as ações da Instituição direcionadas aos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade social, nas diversas áreas, como saúde, alimentação, esporte, cultura e lazer, que contribuem para sua permanência e conclusão de seus cursos de graduação, prevenindo a retenção e a evasão. Conclui-se que a assistência estudantil da UFV vem acompanhando a realidade das políticas públicas adotadas, com ações concentradas em alimentação e moradia, pela insuficiência de recursos.

Palavras-chave: Assistência Estudantil, Ensino Superior, Inclusão Social.

ABSTRACT

The research presents a historical overview of student assistance at the Federal University of Viçosa/MG, with an analytical description of the main actions undertaken in this area along its trajectory. To better understand these actions, it was considered pertinent to trace the dynamics of policies for this type of assistance in Brazilian undergraduate education. The study through bibliographic research aimed to identify and describe the actions of the institution directed to graduate students in social vulnerability, in diverse areas such as health, food, sport, leisure and culture, which contribute to the persistence and completion of their undergraduate degrees, preventing retention and evasion. We conclude that the UFV student assistance has been following the reality of public policies adopted, with actions focused on food and housing, due to insufficient resources.

Keywords: Student Care, Undergraduate Education, Social Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

As universidades públicas brasileiras em sua totalidade possuem órgãos de assistência estudantil, por meio dos quais buscam desenvolver ações de apoio aos estudantes, com a finalidade de permitir que jovens capacitados possam desenvolver-se e ocupar papéis estratégicos na sociedade.

A Universidade Federal de Viçosa (UFV), desde sua criação, em 1926, como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), proporciona suporte à permanência dos estudantes, tendo como base as diretrizes da sua política de assistência estudantil, materializadas, até o ano de 2012, em um amplo programa de apoio⁶. Tais ações objetivam assistir aos estudantes, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, permitindo a permanência e o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, com excelência em sua formação integral e prevenindo a retenção e a evasão.

A assistência estudantil está prevista em leis e é estratégica para permitir que jovens, principalmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social, tenham a oportunidade de ingressar em um curso superior. A educação desempenha um papel de suma importância para o desenvolvimento sociocultural e econômico do indivíduo, principalmente em uma sociedade em que o conhecimento e aprimoramento de novas competências técnicas e científicas são fundamentais para se inserir no mercado de trabalho.

A universidade tem a tarefa de formar agentes culturais, que usem a educação como instrumento para consolidação da cidadania. Entretanto, o contexto sócio cultural brasileiro tem demonstrado, historicamente, que a educação não tem sido um direito exercido por todos os cidadãos, apesar de ser concebida, na legislação, como fundamental, universal, inalienável e um instrumento de formação integral do ser humano.

A realidade brasileira aponta para um crescimento do sistema educacional brasileiro na última década, especialmente em relação ao ensino superior. De acordo com a análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2011, a proporção de jovens estudantes de 18 a 24 anos que cursavam o

⁶ No presente estudo, considerou-se como Programa de Assistência Estudantil, o conjunto de ações realizadas nas áreas de saúde, alimentação, moradia, esporte e lazer e destinadas aos estudantes de cursos de graduação presenciais, que favoreçam a sua permanência na Instituição para conclusão dos seus cursos.

nível superior cresceu de 27,0%, em 2001, para 51,3%, em 2011 (IBGE, 2012). Isso demonstra que o número de brasileiros ingressos em curso superior ainda é pequeno, evidenciando a desigualdade social existente e a dificuldade de acesso de um número significativo de jovens à universidade, o que destaca a importância da assistência estudantil.

A necessidade de adoção de políticas pautadas na garantia dos direitos sociais e de cidadania é, também, reafirmada quando se analisam resultados das pesquisas realizadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras. As pesquisas realizadas em 1998 e 2004 constataram que uma parcela significativa dos estudantes era oriunda de camadas sociais de baixa renda, ou seja, com renda familiar de até três salários mínimos. A última pesquisa realizada pelo FONAPRACE, no ano de 2010, revelou uma representação de 44% dos estudantes das federais pertencentes a esta camada social (NASCIMENTO, 2011).

Nesse contexto, o presente estudo teve por objetivo realizar uma revisão de literatura sobre a evolução histórica da assistência estudantil na Universidade Federal de Viçosa, *campus* de Viçosa, Minas Gerais, Brasil, por meio da identificação e descrição analítica das principais ações realizadas nesta área ao longo da sua trajetória. No entanto, para melhor compreender como estas ações foram desenvolvidas no âmbito institucional, considerou-se pertinente traçar a evolução histórica da assistência estudantil no país, como foi concebida e construída ao longo do tempo.

Os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo constaram de pesquisa bibliográfica, histórica e descritiva, compondo uma análise qualitativa, por meio da busca de informações na legislação existente sobre assistência estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), nos regimentos da assistência estudantil da UFV, *campus* de Viçosa, nas normatizações e diretrizes para concessão dos auxílios e funcionamento do Programa, considerando seus registros históricos.

Posteriormente, foi realizada uma pesquisa documental junto à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD), para verificação dos relatórios produzidos sobre os atendimentos realizados aos estudantes, no *campus* de Viçosa, o que permitiu conhecer o funcionamento do Programa de Assistência Estudantil e suas diretrizes.

Para caracterização e contextualização do Programa de Assistência Estudantil, realizou-se um levantamento junto à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e seus

órgãos específicos sobre a cobertura da assistência estudantil e os tipos de atendimentos realizados. Consideraram-se, assim, as seguintes variáveis e categorias de análise: número de atendimentos por semestre e por ano; metodologias utilizadas para concessão dos benefícios; normas e regulamentos existentes e tipos de atendimentos ou serviços de assistência estudantil. Ainda na contextualização do Programa, investigou-se sobre os recursos destinados à assistência estudantil e a evolução dos gastos com os diferentes tipos de atendimentos.

2. EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA BRASILEIRA

Historicamente, do ponto de vista legislativo, a assistência estudantil foi expressa pela primeira vez, pela Carta Magna Brasileira de 1934, em seu Art. 157, Parágrafo Segundo, onde se afirma que uma parte dos recursos se aplicaria em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica (BRASIL, 1934).

A década de 1940 consolidou o direito ao acesso à educação, pela Constituição de 1946, que apresentava, em seu Art. 166, a educação como um direito de todos, devendo ser ministrada no lar e na escola e inspirando-se nos ideais de liberdade e solidariedade humana. O Art. 172 tratava da assistência estudantil como meio de se garantir o sucesso escolar dos alunos necessitados (BRASIL, 1946).

Posteriormente, a Constituição Federal de 1967, trouxe o direito à igualdade de oportunidades (BRASIL, 1967) e a emenda constitucional de 1969, no Art. 176, incisos III e IV, atribuía que o ensino seria gratuito, no ensino médio e superior, para aqueles que demonstrassem “efetivo aproveitamento” e não tivessem condições financeiras para mantê-los e que o poder público poderia conceder bolsas de estudo mediante restituição (BRASIL, 1969).

No ano de 1970, o governo federal criou o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), com a finalidade de promover a assistência estudantil a nível nacional, com ênfase para os programas de alimentação, moradia e assistência médica e odontológica (FONAPRACE, 1995).

No final dos anos de 1970, começou um processo de redemocratização no país, decorrente da crise econômica ocorrida no governo militar. Iniciaram-se, neste contexto, a reformulação de políticas públicas, abrindo espaço para uma série de debates que

visavam garantir os direitos sociais dos cidadãos e inseriram a assistência estudantil no contexto das temáticas. Os debates culminaram na promulgação da Constituição Federal de 1988.

A referida Constituição trouxe, em seu Artigo 206, inciso I, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e, no inciso IV, a gratuidade do ensino público. A assistência ao estudante incorporou-se ao rol de deveres do Estado relativos à garantia do direito à Educação, pois, para parcelas significativas dos estudantes, estas ações foram, e continuam sendo, pré-requisitos para a permanência na universidade (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ainda em vigor em 2012, também contém dispositivos que amparam a assistência estudantil, seguindo as diretrizes da Constituição de 1988. Determina, ainda, que a educação engloba os processos formativos e que o ensino deve ser ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 1996).

Em 2004, foi promulgada a Lei 10.861, instituindo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Tem como meta a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social. Em especial, a promoção dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade (BRASIL, 2004).

Em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto 6.096, em seu Artigo 1º, apresenta por objetivo “criar condições para ampliação do acesso e da permanência na educação superior”. E, em seu artigo 2º, inciso V, que o Programa tem como uma das diretrizes, a “ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil” (BRASIL, 2007).

A política de assistência estudantil, ao nível nacional, vem sendo, então, reformulada, focando não apenas em programas básicos (alimentação, saúde e moradia), mas em outras demandas dos estudantes, contribuindo efetivamente para a sua permanência na universidade.

Os esforços para que uma nova política mais abrangente fosse implantada,

foram intensos por parte das entidades engajadas na luta pela efetivação dos direitos na área da educação. Dentre elas, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE)⁷, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Secretaria Nacional de Casa de Estudantes (SENSE)⁸.

Neste contexto, então, foi elaborado pelo FONAPRACE, o Plano Nacional de Assistência Estudantil, contendo as diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos com ações assistenciais estudantis. O Plano foi embasado em pesquisas realizadas por este Fórum, nos períodos de 1996 a 1997 e de 2003 a 2004, nas instituições federais de ensino superior, sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação.

O Plano culminou na criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação. O PNAES tem por objetivo garantir o acesso, a permanência e a conclusão do curso dos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida. O Programa apresenta como meta o estímulo à adoção de programas de assistência estudantil, destinados a apoiar estudantes em situação de vulnerabilidade social que demonstrem bom desempenho acadêmico (ANDIFES, 2007).

A implantação do referido Programa ocorreu em dezembro de 2008 e representa a garantia de repasse de recursos da matriz orçamentária do Ministério da Educação destinada às IFES, exclusivos à assistência estudantil.

Em julho de 2010, entrou em vigor o Decreto nº. 7.234 da Presidência da República, que regulamenta o PNAES, para ser executado no âmbito do Ministério da Educação e implantado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação. Assim, é objetivo do PNAES a democratização das condições

⁷ O FONAPRACE foi criado por ocasião do III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, realizado de 21 a 23 de outubro de 1987, na cidade de Manaus/AM e congrega os Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES do Brasil. Tem por finalidade contribuir para a integração das IFES, na busca pelo fortalecimento da política de assistência estudantil. É um órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

⁸ A Secretaria Nacional de Casas de Estudantes (SENSE) é um movimento social autônomo, independente e apartidário (mas não anti-partidário) que se organiza de forma horizontal (sem direções centralizadas) através de colegiado. Na história recente, durante o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), as casas de estudantes serviram como locais estratégicos de refúgio e resistência. (disponível em: www.sencebrasil.blogspot.com).

de permanência dos jovens na educação superior pública federal; a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais; a redução das taxas de retenção e evasão e a contribuição para promoção da inclusão social pela educação.

O PNAES propõe ações nas seguintes áreas, de acordo com o Art. 3º, parágrafo primeiro: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010).

A implantação do PNAES representa um marco histórico na área de assistência estudantil. Sabe-se que estudantes de baixa condição socioeconômica enfrentam graves dificuldades para sua manutenção nos cursos que escolheram, abandonando-os e perdendo a oportunidade de obter um diploma de curso superior e uma qualificação profissional.

A partir desse contexto histórico, ao nível nacional, dar-se-á seguimento ao panorama histórico da assistência estudantil, da instituição Universidade Federal de Viçosa, especificamente do *campus* de Viçosa, visando compreender como as ações do Programa de Assistência Estudantil têm sido desenvolvidas ao longo do tempo, até o ano de 2012. Acredita-se que o resgate da memória possibilita o entendimento do funcionamento, dos objetivos e das metas propostas por este Programa social.

3. PANORAMA HISTÓRICO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFV

A Universidade Federal de Viçosa, desde suas origens, em 1926, como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), desenvolve ações que propiciam a permanência dos estudantes na Instituição.

As primeiras instalações, do conjunto arquitetônico do *campus* de Viçosa, foram construídas, em um terreno que era de uma fazenda, embasadas nos *Land Grant Colleges* norte-americanos, escolas agrícolas. Constavam de três edifícios: a Casa do Diretor, atual Reitoria; o Edifício Arthur Bernardes (Prédio Principal), destinado ao corpo administrativo, departamentos, salas de aulas e laboratórios e o Edifício Bello Lisboa para alojamento masculino. A justificativa para a construção do alojamento se devia ao fato de que o funcionamento da escola fundamentava-se na atuação em três campos básicos: ensino, pesquisa e extensão, exigindo permanência dos estudantes na instituição em tempo integral.

O prédio era composto por seis seções, com um total de quarenta apartamentos e um refeitório no primeiro pavimento. De acordo com Borges et al. (2006), as duas primeiras seções do prédio do dormitório foram inauguradas em 26 de junho de 1928. Até então, os estudantes ficaram alojados no porão do Prédio Principal.

O alojamento funcionava em regime de internato e, de acordo com Lam-Sánches (2006, p. 286), “o alojamento era a nossa casa, e, como em todo lar adotado, a boa convivência imprimia em nós um sentimento fraternal”. O internato era ocupado pelo corpo discente universitário durante os meses letivos. No período de férias escolares, o alojamento abrigava pessoas que vinham para outras atividades que se realizavam na instituição, tais como a Semana de Fazendeiro, formaturas, dentre outras. Os alojamentos hospedavam os parentes dos formandos, situação que se mantinha até o ano de 2012, assim como o fato do Edifício Bello Lisboa, conhecido como Alojamento Velho, alugar somente estudantes do sexo feminino.

O referido autor também relata que, externamente ao prédio, mas em seu prolongamento sudoeste e logo depois do refeitório, havia uma pequena capela, onde eram celebradas missas aos domingos de manhã.

Alguns registros foram também encontrados sobre iniciativas relacionadas a atividades esportivas, bem como atendimentos na área da saúde. Borges et al. (2006) relatam que a primeira iniciativa no esporte foi um time de futebol dos operários, sendo que, em 1928, os estudantes também formaram o deles. Na década de 1930, foi construído o primeiro “estádio”, localizado no terreno onde se situava o Edifício Fábio Ribeiro Gomes. Logo depois, o estádio se tornou a Praça de Esportes da ESAV, com pistas de corridas em volta, campos de Basquete e de Vôlei no centro, o Pórtico na cabeceira, e o campo de Tênis atrás do Alojamento.

Em relação ao atendimento na área da saúde, em 1933, foi contratado um médico com dedicação em tempo integral, para atendimento aos doentes. Havia um Serviço de Saúde, entretanto os pacientes eram atendidos pelos médicos da cidade (BORGES et al., 2006).

Os artigos de higiene pessoal, material escolar e livros didáticos, eram vendidos em uma cooperativa, que se situava no prolongamento do alojamento, numa pequena casa. De acordo com Lam-Sánches (2006), os estudantes mantinham esta pequena cooperativa de consumo, que foi criada em 1942 e denominada Cooperativa Estudantil dos Alunos e Professores da Escola Superior de Agricultura (CEAPUL), suprida e gerenciada por meio do trabalho de estudantes abnegados.

Em 1948, aconteceu uma primeira expansão significativa da instituição, passando a ser denominada Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), composta pelas Escolas Superiores de Agricultura, de Veterinária, de Ciências Domésticas, pela Escola de Especialização, Pós-Graduação, pelo Serviço de Experimentação e Pesquisa e pelo Serviço de Extensão.

Nessa época iniciaram várias obras, destacando-se a construção de ampla Praça de Esportes, com um ginásio coberto com capacidade para cinco mil pessoas, destinado também à realização das cerimônias de colação de grau, bailes, teatros, shows e concertos. Porém, com o crescimento da Universidade e do número de formandos, o ginásio passou a ser utilizado exclusivamente para atividades esportivas (BORGES et al., 2006).

A prática de esportes era comum entre os estudantes, como diversão e predominavam os desportos coletivos, principalmente futebol, vôlei e basquete. A partir de 1960, a Escola conseguiu formar uma equipe competitiva de futebol, que se destacou na Zona da Mata. Certa vez, as alunas do curso de Ciências Domésticas, também formaram um time de futebol de salão. “Elas se trajavam de calça comprida preta, blusa branca e tênis (LAM-SÁNCHEZ, 2006, p. 318).

As opções de lazer mais comuns, além das atividades esportivas, eram escutar música, conversar ou ler jornal na sede social do “diretório”, à frente da piscina. No mesmo local, depois do lanche noturno no refeitório, por volta das vinte e uma horas, realizavam-se sessões de música clássica. Havia também uma biblioteca, mantida pelos estudantes, que ficava dentro de uma pequena sala, da sede social do diretório acadêmico, com algumas centenas de obras da literatura mundial e brasileira, bem como de impacto social (LAM-SÁNCHEZ, 2006).

Segundo o referido autor, a piscina também era uma boa alternativa para o lazer e o desporto. A construção contou com a mão-de-obra inicial e voluntária do alunado, que ajudou na remoção de grande quantidade de terra, cavando o enorme buraco, dentro do qual se fez a base sólida. Em 1957 e 1958, a piscina era mantida de forma rudimentar, não tinha filtro nem bomba de sucção, mas funcionava bem.

Outra forma de entretenimento dos estudantes era o teatro amador da Universidade. Várias peças eram encenadas, tradição que se mantinha em 2012, por meio das Oficinas Teatrais da UFV e da Companhia Universitária de Encenação, que promoviam de várias peças nos finais de semana e os convites extensivos à população da cidade de Viçosa.

Em 1952, foi criado o curso de Economia Doméstica, sendo caracteristicamente voltado para estudantes do sexo feminino. Surgiu, então, a necessidade de se construir mais unidades de alojamentos. No início do curso, as estudantes ficavam alojadas no prédio onde funcionava a Reitoria e onde também passou a funcionar o restaurante universitário. Em 1963 foi inaugurado o prédio de Alojamento Feminino, com uma segunda parte inaugurada em 1972 (BORGES et al., 2006).

No ano de 1964, foi inaugurado o Centro Social, e o refeitório obteve a sua sede própria e com as características de uma unidade de alimentação e nutrição de grande porte (BORGES et al., 2006). Os produtos vinham da própria instituição, que era um verdadeiro laboratório e linha de produção e o resultado dessas atividades, que vinham dos campos da Escola, era transferido para utilização no restaurante. Tanto os grãos e cereais, verduras e frutas, como as carnes, de gado vacum, porcino ou de aves. Os ovos, o leite, os queijos, a manteiga, o doce de leite, o café, o mel, enfim, tudo era produzido na própria Escola (LAM-SÁNCHEZ, 2006).

A federalização aconteceu em 1969, passando de Universidade Rural do Estado de Minas Gerais para a atual Universidade Federal de Viçosa (UFV). Aconteceu então uma nova e grande expansão e, nesse período, foram construídos novos edifícios para moradia estudantil. Era ainda a UREMG quando se iniciou a construção de mais alojamentos, no local onde se tinha duas quadras de tênis, as quais não eram muito utilizadas (LAM-SÁNCHEZ, 2006). Em 1970, a UFV já possuía 1.126 estudantes e a previsão era de crescer até 2.500 matriculados até 1975, de acordo com dados do Registro Escolar, sendo, por isso, inaugurados os alojamentos que foram denominados de “Novo” e “Novíssimo”.

Em 1972, havia 744 vagas para moradia estudantil na UFV, representando mais de 50% do corpo estudantil, sendo 500 vagas destinadas aos estudantes do sexo masculino e 244 para o feminino, segundo informações obtidas na Divisão de Assistência Estudantil da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD).

Nesta época foi também criado o Departamento de Assistência Estudantil, subordinado ao Ministério da Educação, com a responsabilidade de conduzir as políticas de assistência estudantil, atendendo aos programas de habitação e alimentação.

Em 1976, o restaurante foi ampliado e passou a atender com 2.500 refeições por dia. Em 2012, o número era de aproximadamente 10.500, em dias letivos, incluindo café-da-manhã, almoço e jantar e considerando que eram dois restaurantes

universitários existentes na instituição, de acordo com relatórios da PCD.

No início dos anos 1980, finalizaram os últimos edifícios de moradia dentro do *campus* de Viçosa, os quais foram inaugurados em 1982 e denominados “Pós” e “Posinho”, designação oriunda de suas destinações originais, ou seja, aos estudantes da pós-graduação, que recebiam a moradia como auxílio para realização dos cursos. Se o pós-graduando tivesse família, era concedido um apartamento de três quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviços; senão, o mesmo dividia o apartamento com outros estudantes também da pós-graduação.

A política de expansão da UFV, nesse período, tinha como objetivo o incentivo à criação de cursos de mestrado e doutorado, de forma que estes edifícios foram planejados para abrigar as famílias dos pós-graduandos. Mas, por pressão do movimento estudantil por mais vagas, estes edifícios foram convertidos em alojamentos somente para graduandos, o que se manteve até 2012.

Nesse cenário, foi criada uma comissão permanente, para atuar no processo de seleção de bolsas, denominadas Bolsas Carência, à época, sob coordenação do Serviço Psicossocial, vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários.

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD) foi criada em 13 de março de 1978 para atender as necessidades de descentralização da Reitoria, em face ao crescimento da UFV, vindo a substituir, então, a Divisão de Assistência. A sua finalidade principal era a de coordenar as atividades relacionadas com a promoção do bem-estar social da comunidade universitária e, especialmente aos estudantes, proporcionar a oportunidade de desenvolver atividades esportivas, artísticas e culturais.

Em 1995, com a criação da Divisão de Assistência Estudantil, foi implantado o Serviço de Bolsa (SBO), responsável pela gestão das bolsas e serviços assistenciais oferecidos pela UFV aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, bem como o Serviço de Alojamento, responsável pelo controle da utilização dos alojamentos, visando a preservação da ordem e segurança em suas dependências, como também a manutenção preventiva e corretiva das instalações.

Em 2012, verificou-se que estavam vinculados à PCD, as divisões e serviços: Divisão de Alimentação, Divisão de Assistência Estudantil, Divisão de Esporte e Lazer, Divisão Psicossocial e Divisão de Saúde.

4. CENÁRIO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFV

Em 2012, o número de matriculados em cursos presenciais de graduação, no *campus* de Viçosa, era de 11.726 estudantes. Destes, 15%, aproximadamente 1.780 estudantes, eram beneficiários do Programa de Assistência Estudantil, ou seja, estudantes em vulnerabilidade social (UFV, 2000 a 2012).

O referido Programa envolve ações relacionadas à promoção do bem-estar, tornando possível a permanência dos estudantes na UFV e proporcionando a oportunidade de desenvolver atividades esportivas, artísticas, culturais e de cidadania. As ações se concentram nas áreas de saúde física e mental, com atividades preventivas e curativas; alimentação, com distribuição de refeições nos restaurantes universitários; esporte e lazer.

Aos estudantes de graduação, em situação de vulnerabilidade social, a UFV oferece a possibilidade de obtenção gratuita de moradia nos alojamentos e de alimentação nos restaurantes universitários, além das ações acima citadas. Neste estudo, a abordagem teve como foco principal a assistência a este público.

4.1. Modalidades de Bolsas e Serviços oferecidos pelo Programa de Assistência Estudantil da UFV, campus de Viçosa.

As modalidades dos benefícios concedidos, específicas para estudantes em situação de vulnerabilidade social, serão apresentadas a seguir, por um recorte cronológico, tomando-se como referência o ano de 2000, pois somente a partir deste período foram identificados registros e materiais mais consistentes sobre as ações desenvolvidas.

No ano de 2000, as modalidades de benefícios concedidos pertenciam a uma categoria designada de Bolsa-Carência, que consistia na concessão de: Bolsa Integral, exclusiva para estudantes portadores de necessidades especiais (portadores de deficiência); Bolsa Atividade (concessão de alimentação gratuita com a contrapartida de realização de atividades realizadas em algum setor da UFV, pelos estudantes); Bolsa COLUNI (concessão de alimentação gratuita aos estudantes do ensino médio do Colégio de Aplicação da UFV); Bolsa Arte (concessão de alimentação gratuita aos estudantes que participassem do grupo de teatro e do Coral da UFV) e Bolsa LUVE (o estudante que participasse de atividades esportivas como atleta era isento do pagamento da alimentação no RU) (UFV, 2000 a 2012).

A contrapartida exigida aos estudantes, pela aquisição da Bolsa Atividade, consistia no desempenho de atividades, nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e administrativa, nos diversos setores da UFV, com carga horária de dez ou doze horas semanais. Os estudantes bolsistas prestavam serviços, sem vínculo empregatício, em conformidade com a Lei 9.608 de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário, mediante celebração de um “Termo de Adesão” entre a instituição e o estudante, onde constava o objeto e as condições do seu exercício⁹.

A partir de 2008, com a implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), estudos foram realizados, no sentido de adaptar os procedimentos, em atendimento às normatizações propostas. Algumas modalidades de bolsa foram extintas e novas foram criadas. A metodologia de atendimento e de avaliação do ano de 2000 foi, então, totalmente reestruturada e foram criados dois tipos de concessão de benefícios, caracterizados como “bolsas” e “serviços”¹⁰, nas modalidades: Serviço Moradia (antiga Bolsa Moradia), Serviço Alimentação (antiga Bolsa Atividade), Bolsa Moradia, Bolsa Manutenção e Bolsa Creche/Pré-Escola (UFV, 2000 a 2012).

Em 2012, o total de benefícios concedidos era de 3.705, representando um total acumulado dos anos, distribuídos por modalidades conforme apresentado na Figura 1, a seguir:

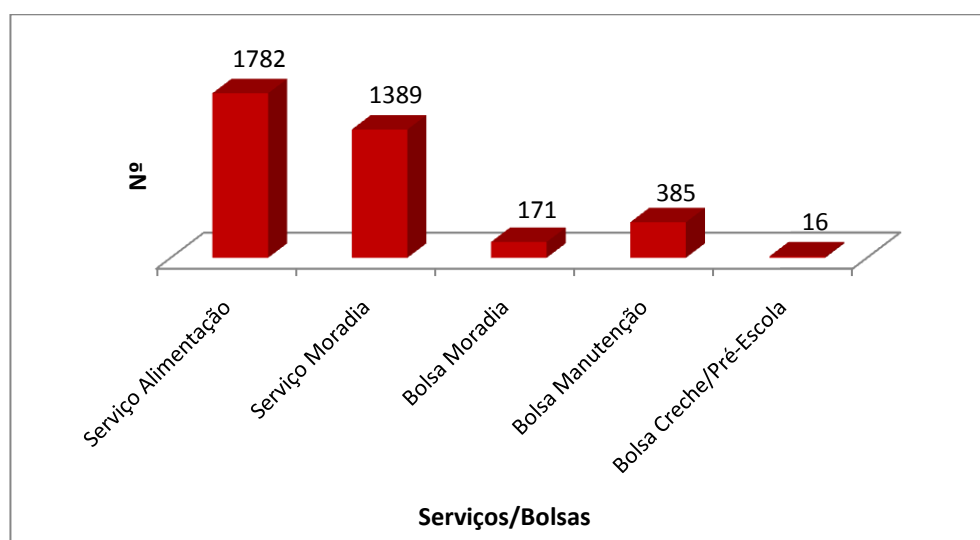


FIGURA 1 – Total de Benefícios Concedidos aos Estudantes de Graduação, em Vulnerabilidade Social, na UFV - *campus* de Viçosa, 2012.

FONTE: Serviço de Bolsa/PCD/UFV. Elaborado pela própria autora.

⁹ Dados retirados do regimento interno da Bolsa Atividade.

¹⁰ Os “serviços” consistem de concessões gratuitas de vaga para moradia nos alojamentos e de alimentação no Restaurante Universitário, sem a exigência de contrapartida e as “bolsas”, a concessão de recursos financeiros.

4.2 – A Assistência Estudantil por Áreas de Atendimento

Seguindo as áreas de atendimento propostas pelo PNAES (moradia, alimentação, transportes, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico), a UFV vem desenvolvendo, no *campus* de Viçosa, ações voltadas ao apoio de estudantes de graduação, incluindo aqueles em situação de vulnerabilidade social. Os dados a seguir, serão apresentados em conformidade com os relatórios anuais de 2000 a 2012, da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (UFV, 2000 a 2012).

4.2.1. Assistência à Moradia

A assistência à moradia, no *campus* de Viçosa, é realizada somente aos estudantes de graduação de cursos presenciais, em situação de vulnerabilidade social. Os estudantes podem ser beneficiados com a concessão de Bolsa Moradia ou com vagas nos alojamentos (Serviço Moradia), dos quais a UFV é responsável pela manutenção e o gerenciamento. Tradicionalmente, a UFV adota o sistema de alojamentos, conforme o entendimento etiológico da palavra “alojamento”: ato ou efeito de alojar, local onde se reside por mais ou menos tempo, estalagem.

Os estudantes são alojados em quartos, que possuem mobiliário próprio, composto por cama, armário e escrivaninha e banheiro, com exceção do alojamento “Velho”, que possui banheiro coletivo em cada seção de quatro quartos. Na época da pesquisa, em 2012, eram alojados nos quartos, três a cinco estudantes, dependendo da estrutura de cada prédio. Nos alojamentos “Pós” e “Posinho”, que tinham a estrutura de apartamentos de três quartos, com sala, cozinha e área de serviço, eram alojados nove estudantes em cada apartamento. Todos os prédios possuíam Laboratórios de Informática, que antes funcionavam como salas de estudos e lavanderia comunitária, com exceção dos alojamentos “Pós” e “Posinho”, que possuíam área de serviço.

A Divisão de Assistência Estudantil (DAE) coordena e supervisiona as atividades relacionadas com a moradia estudantil, no *campus* de Viçosa, administrando a distribuição das vagas existentes e promovendo orientações de convivência comunitária e inclusão digital dos moradores de alojamento, de acordo com o regimento, Resolução 1/98 do Conselho Universitário (CONSU) (UFV, 1998).

No caso de ocorrência de alguma irregularidade, indisciplina ou infringência das normas, a DAE conta com a Comissão Disciplinar, que a auxilia no julgamento dos casos, propondo sanções cabíveis, respeitando-se os princípios do contraditório e da

ampla defesa, segundo a Resolução 1/98 do CONSU. A Comissão Disciplinar, nomeada pelo Pró-Reitor de Assuntos Comunitários, é constituída por quatro representantes dos professores e funcionários técnico-administrativos da UFV, *campus* de Viçosa e dois representantes da Comissão de Moradores dos Alojamentos (CMA).

A CMA é o órgão de representação e de ligação entre o conjunto de moradores dos alojamentos e a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, para assuntos de interesse de ambas as partes.

Nos alojamentos da Universidade, do *campus* de Viçosa, existiam, no ano de 2012, 1.389 estudantes alojados, número correspondente às vagas existentes. A cada semestre, devido às formaturas, as vagas liberadas são redistribuídas para os estudantes que se encontram em uma lista de espera ou para os novos ingressantes (calouros).

De acordo com os regimentos dos alojamentos, criados em 1986 e reformulados em 1998 pelo CONSU, porém ambos ainda vigentes em 2012, as vagas são distribuídas da seguinte forma: 728 vagas nos alojamentos masculinos, sendo 188 no alojamento “Novíssimo”, 360 no “Pós” e 180 no “Posinho” e 728 nos alojamentos femininos, sendo 291 no alojamento “Feminino”, 188 no “Novo” e 182 no “Velho”.

A demanda pela moradia nos alojamentos é crescente, acompanhando os períodos de expansão da Universidade. Porém, o número de vagas existentes continua sendo o mesmo desde início dos anos de 1980, quando os últimos prédios foram inaugurados.

Com a implantação do PNAES e a destinação de recursos para a assistência estudantil foi possível investir em reformas das estruturas físicas, visando um atendimento de melhor qualidade aos estudantes. Para execução das reformas, os estudantes tiveram que desocupar os alojamentos, mas como não havia vagas disponíveis nos outros prédios, os estudantes tiveram que ir morar na cidade. Nesse sentido, foi necessário, então, criar uma forma de ajudá-los com os pagamentos dos aluguéis e, portanto, foi criada a Bolsa Moradia, em 2009. Entretanto, com o aumento da demanda por vagas em alojamentos, as quais passaram a ser insuficientes mediante o crescimento da UFV, os atendimentos com esta Bolsa foram estendidos, a partir de 2011, aos estudantes que não tinham sido contemplados com as referidas vagas, com o objetivo de custear a sua moradia na cidade.

Em 2012, eram beneficiários da Bolsa Moradia 278 estudantes, sendo que destes, 107 obtinham o benefício em virtude das reformas e o restante, 171 estudantes, receberam a bolsa por atenderem aos critérios de vulnerabilidade social e não haverem

vagas disponíveis nos alojamentos. O valor unitário da bolsa era de R\$ 200,00 (duzentos reais), conforme dados da UFV (2000 a 2012).

Na Figura 2, estão representados os números de atendimentos com Serviços e Bolsas Moradia, no período de 2009 a 2012.

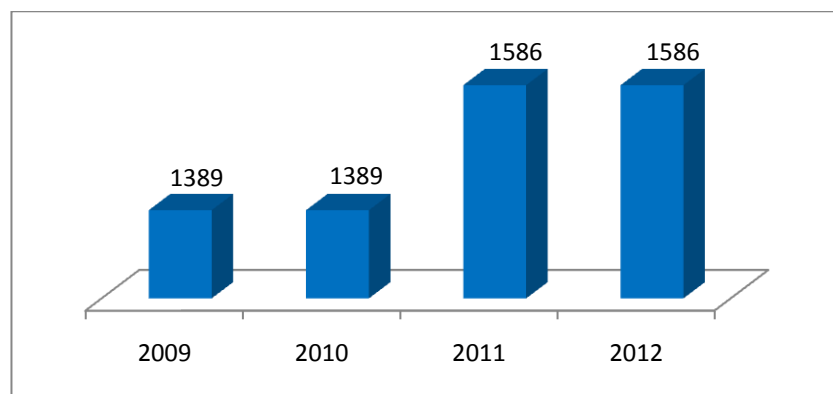


FIGURA 2 - Evolução do Número de Atendimentos com Serviços e Bolsas Moradia na UFV– *campus* Viçosa, de 2009 a 2012.

FONTE: Relatórios Anuais SBO/PCD/UFV. Elaborado pela própria autora.

A partir de 2011, ampliaram-se os atendimentos que passaram de 1.389, número correspondente à lotação completa dos alojamentos, para uma média de 1.586, ou seja, um aumento em torno de 197 concessões, na ordem de aproximadamente 14%.

De acordo com informações obtidas no Serviço de Bolsa, no ano de 2012, todas as solicitações pelo benefício Moradia de estudantes que se enquadravam nos critérios de vulnerabilidade social e que entregaram toda a documentação necessária, para comprovar sua situação e de sua família, dentro dos prazos estabelecidos, foram atendidos.

4.2.2. Assistência à Alimentação

A UFV, *campus* de Viçosa, promove assistência na área de alimentação, com a distribuição de alimentação, nos Restaurantes Universitários (RUs), a todos os estudantes matriculados na instituição. Aos estudantes em situação de vulnerabilidade social é concedido o Serviço Alimentação, antiga Bolsa Atividade, extinta no ano de 2012. A extinção da Bolsa Atividade ocorreu devido às reivindicações dos estudantes e orientações do FONAPRACE contra a exigência da contrapartida, que era o exercício de atividades como condição para o recebimento do benefício alimentação (UFV, 2000 a 2012).

O Serviço Alimentação consiste na concessão da alimentação gratuita, que

inclui as refeições café-da-manhã, almoço e jantar, a todos os estudantes que são moradores dos alojamentos, além de estudantes em vulnerabilidade social que solicitam somente este tipo de benefício. Estes últimos são, geralmente, estudantes que moram na região próxima a Viçosa e se deslocam diariamente, utilizando os meios de transporte oferecidos pelas prefeituras locais; estudantes que não se adaptaram com a moradia nos alojamentos da UFV e encontraram um quarto em república ou pensão de custo acessível.

A cota disponível para os atendimentos vinha acompanhando a demanda, até o ano de 2012, principalmente depois da implantação do PNAES. A evolução deste tipo de atendimento está representada na Figura 3.

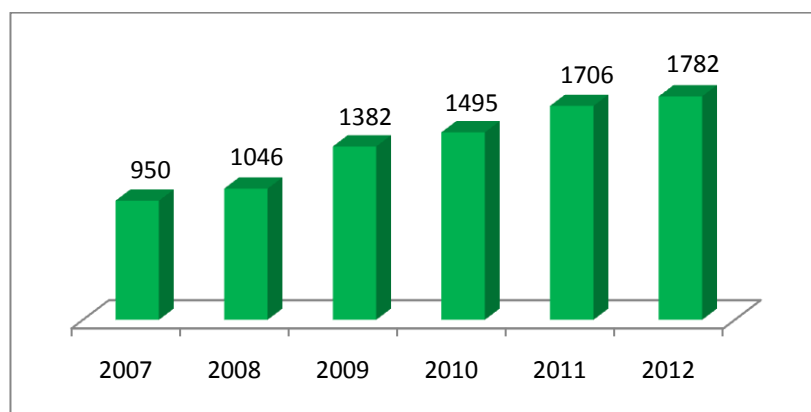


FIGURA 3 - Evolução do Número de Estudantes Atendidos com Serviço Alimentação na UFV – *campus* Viçosa, de 2007 a 2012.

FONTE: Relatórios Anuais DAL/PCD/UFV. Elaborado pela própria autora.

Os Restaurantes Universitários (RUs), do *campus* de Viçosa, estão vinculados à Divisão de Alimentação (DAL), sendo responsáveis pelo fornecimento de refeições a preços subsidiados, que compreendem café da manhã, almoço e jantar, a todos os estudantes regularmente matriculados. Além disso, os RUs apoiam a realização de pesquisas e estágios profissionalizantes e diversos eventos institucionais, como, congressos, semanas acadêmicas, dentre outros. Para oferecer um cardápio balanceado, os RUs possuem uma equipe técnica, com treinamento específico na área. Na elaboração de cardápios procura-se observar os seguintes itens: composição nutricional, hábitos alimentares, aceitação dos pratos, custos, abastecimento de gêneros, estrutura física e disponibilidade de equipamentos.¹¹

Os RUs exercem um papel importante na permanência do estudante na

¹¹ Dados coletados na Divisão de Alimentação em 2012 e em relatórios da PCD/UFV de 2010 a 2012.

instituição no intervalo entre os turnos de aulas, contribuindo para a otimização do seu tempo livre, que pode ser destinado aos estudos e, conseqüentemente, para seu rendimento acadêmico e conclusão do seu curso em tempo hábil.

O sistema de distribuição dos RUs conta com a colaboração de estudantes, que possuem a Bolsa Manutenção, os quais devem ter horários disponíveis e compatíveis com o funcionamento dos RUs e cumprirem, normalmente, com uma carga horária de sete horas semanais, garantindo assim, o pronto atendimento, no que diz respeito aos horários de distribuição das refeições. A carga horária tende a ser menor para estes bolsistas, pelas características do serviço prestado.

Os usuários dos RUs compreendem os alunos da Graduação, da Pós-Graduação e do Colégio de Aplicação da UFV (CAP-COLUNI), que ministra o Ensino Médio. Estes se dividem em pagantes e não pagantes. Os “não pagantes” são os estudantes que foram beneficiados com o Serviço Alimentação.

Os números de refeições servidas nos RUs, no período de 2007 a 2012, estão demonstrados na tabela 1.

Tabela 1- Número de Refeições Servidas nos Restaurantes Universitários da UFV – *campus* Viçosa, de 2007 a 2012.

Refeição	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Café da Manhã	126.173	113.763	126.184	138.950	131.041	105.278
Almoço	767.937	732.049	975.321	1.080.249	1.147.270	941.544
Jantar	255.542	274.208	290.750	319.577	247.154	222.893
Total	1.149.652	1.120.020	1.392.255	1.538.776	1.525.465	1.269.715

Fonte: Relatórios da PCD/UFV 2007 a 2012.

Observa-se que o número total de atendimentos é sempre crescente, acompanhando o processo de expansão da Universidade, com a criação de novos cursos e aumento no número de matrículas. Porém, cabe salientar que o número de refeições servidas em 2012 diminuiu devido ao período de greve, ocorrida na UFV de maio a setembro, em que um dos RUs permaneceu fechado e o outro atendendo somente com o oferecimento de uma refeição, o almoço.

De acordo com os dados dos Relatórios do Registro Escolar da UFV¹², foram criados dez novos cursos no *campus* de Viçosa a partir de 2007, com a oferta de mais 430 vagas, além de 130 vagas acrescidas em alguns cursos já existentes. O número de

¹² Relatórios disponíveis na página eletrônica do Registro Escolar, em www.res.ufv.br.

matriculados em cursos de graduação, no primeiro semestre 2006, era de 9.047 estudantes, passando para 11.565, no primeiro semestre de 2012.

4.2.3. Assistência à Saúde

A assistência à saúde é prestada pela Divisão de Saúde (DSA), que foi inaugurada em 1982, em sua nova sede, modelo ainda em funcionamento em 2012. Tem por objetivo, prestar uma assistência à saúde de qualidade a toda a comunidade universitária (funcionários e estudantes). Em 2012, contava em seu quadro com 16 médicos de diferentes especialidades, 05 cirurgiões-dentistas, 05 fisioterapeutas e o serviço de atendimento nutricional, realizado por professores e estudantes do curso de Nutrição da UFV. Para subsidiar estes atendimentos, havia o laboratório de análises clínicas, o serviço de raios-x e o setor de enfermagem, equipado com eletrocardiógrafo e equipamentos para atendimentos de urgências e emergências, de acordo com informações coletadas na DSA.

Em 2012, menos de 20% dos estudantes de graduação da UFV possuíam plano privado de saúde, dependendo, portanto, de um serviço de saúde atuante, resolutivo e de qualidade. E, ainda, havia a necessidade constante de locomoção de estudantes com urgências médicas para centros especializados, normalmente, Juiz de Fora ou Belo Horizonte, localizados a 170 e 220 km de distância, respectivamente, do município de Viçosa, utilizando-se de ambulância devidamente equipada¹³.

Na Figura 4, estão representados os números de atendimentos aos estudantes na Divisão de Saúde, no período de 2007 a 2012.

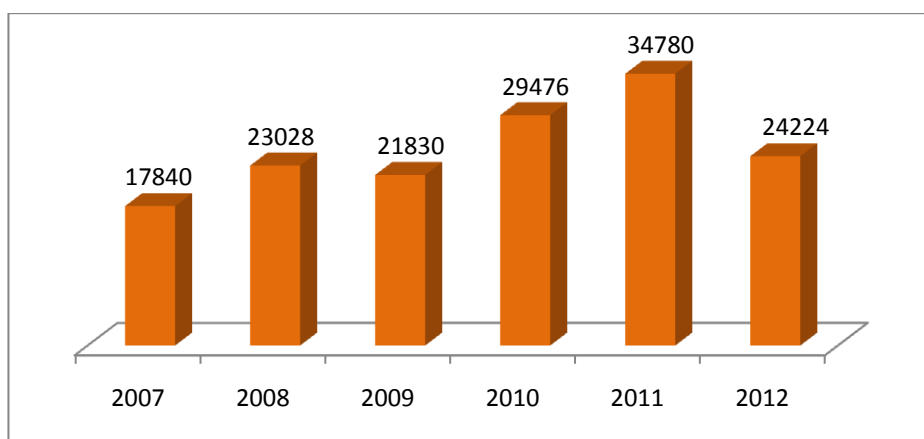


FIGURA 4 - Número de Atendimentos a Estudantes na Divisão de Saúde da UFV–campus Viçosa, de 2007 a 2012.

FONTE: Relatórios da DSA/PCD/UFV 2007 a 2012. Elaborado pela própria autora.

¹³ Dados retirados dos relatórios anuais da PCD/DSA/UFV (2007 a 2011).

Percebe-se que o número de atendimentos aumentou muito, acompanhando o número crescente de estudantes matriculados na UFV e a melhoria dos atendimentos na DSA nos últimos anos, bem como com a aquisição de novos equipamentos e de mais profissionais qualificados. Ressalta-se que o número de atendimentos caiu em 2012 devido à greve ocorrida na UFV, no período de maio a setembro.

4.2.4. Orientação Psicossocial

A PCD dispõe também de orientação psicossocial à comunidade universitária, do *campus* de Viçosa, realizada pela Divisão Psicossocial (DVP), que é formada por uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais da área de Psicologia, Psiquiatria e de Serviço Social. A DVP busca dar amplitude às ações da PCD, na atenção e desenvolvimento de ações em prol da qualidade de vida e bem-estar social da comunidade universitária.

De acordo com informações obtidas na DVP, o serviço de orientação psicossocial surgiu a partir da articulação de um grupo multiprofissional e de vários setores da Instituição, no final da década de 1980 e início de 1990, composto por psicólogos, assistentes sociais e médicos. Havia, na ocasião, à luz da Psicologia Social, uma forte crítica ao modelo praticado pela psicologia clínica tradicional, de caráter individual e curativo, tendo em vista a Reforma Psiquiátrica ocorrida no Brasil, no início da década de 1970.

Nesse contexto, surgiu a proposta de criação de um órgão com uma identidade psicossocial, integrando os profissionais de psicologia e de serviço social em atuações de caráter interdisciplinar, a partir de um novo modelo incorporando ações coletivas e preventivas.

Movido por contingências institucionais da época, o grupo desenvolveu uma proposta de atuar de forma integrada na atenção ao servidor alcoolista. Assim, surgiu, em agosto de 1989, o Programa de Reintegração e Educação do Alcoolista (PREA). Outro fato que também contribuiu para maior integração de parte desse grupo foi a designação para atuarem na Comissão de Avaliação de Bolsa-Carência.

A criação oficial do Serviço Psicossocial (SPS) só veio a acontecer em 1998, em virtude da mudança ocorrida no organograma da PCD, por ocasião da criação da Divisão de Assistência Estudantil. Foram oficialmente vinculados a esta Divisão, os Serviços de Bolsa, de Alojamento e Psicossocial, conforme artigo 58 do anexo da Resolução 01/1998 do CONSU (UFV, 1998).

Em 2007, devido à destinação de vagas de psicólogos, assistentes sociais e psiquiatra, para o SPS, em virtude do Projeto de Redimensionamento do PREA, no período de 2007 a 2009, o SPS ganhou uma nova configuração, permitindo-lhe atuar em conformidade com a sua filosofia e identidade, ampliando o leque de serviços no campo da psicologia e psiquiatria, sendo este último inaugurado em 2009.

Em junho de 2009, o Serviço Psicossocial ganhou o status de Divisão, passando a denominar-se Divisão Psicossocial (DVP), tornando-se, assim, o centro de referência em saúde mental da UFV, com o objetivo de atuar na promoção do bem estar, na prevenção de transtornos mentais e no tratamento e reabilitação das pessoas, conforme o novo conceito de saúde mental preconizado pela Organização Mundial de Saúde.

A DVP atua nos aspectos sociais e psicológicos das demandas advindas do contexto universitário, relacionadas tanto ao indivíduo (docente, técnico administrativo, discente e familiar), quanto à coletividade (grupos, instituição, comunidade). Proporciona aos estudantes "instrumentos" emocionais e sociais para sua permanência na Instituição, contribuindo para o desempenho acadêmico e para a redução da evasão, quando decorrente de dificuldades psicológicas e sociais. Possibilita, também, por meio de ações de caráter grupal, que um número maior de estudantes possa se beneficiar da atenção e intervenção de profissionais das áreas de Psicologia e Serviço Social¹⁴. O número de atendimentos em geral, especificamente a estudantes, foi de 4.169 em 2012.

A DVP também é gestora do Projeto Linha Saúde, do Seguro Escolar e do Centro Regional de Referência sobre Drogas, no *campus* de Viçosa. O Projeto Linha Saúde compreende o oferecimento de transporte aos servidores e estudantes da UFV, para fins de tratamento de saúde na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Em 2012, foram atendidos 207 estudantes.

O Seguro Escolar refere-se à cobertura, em caso de acidentes, a todos os estudantes de graduação da UFV, regularmente matriculados. O seguro cobre acidentes com morte, invalidez permanente, total ou parcial; acidentes com produtos químicos nas dependências da UFV e despesas médicas, hospitalares e odontológicas. O valor investido neste seguro foi de R\$146.160,00 (cento e quarenta e seis mil, cento e sessenta reais), em 2012.

O Centro Regional de Referência sobre Drogas tem por objetivo oferecer cursos de capacitação para profissionais que atuam nas redes de atenção integral à saúde

¹⁴ Dados coletados nos relatórios anuais do período de 2007 a 2012 da PCD/UFV.

e de assistência social para usuários de drogas ilícitas e seus familiares. Em 2012, foram realizadas as seguintes atividades que fizeram parte de uma Campanha contra o uso de drogas: entrevista na Rádio e TV Universitária e emissoras locais; encontros com órgãos colegiados e de representação estudantil e sindical; distribuição de cartazes e adesivos; realização do III Simpósio UFV de Atenção ao Uso de Álcool e Outras Drogas; sensibilização e reflexão junto aos alunos do Colégio de Aplicação – CAPCOLUNI, de ensino médio. O público alvo foram 2.418 estudantes (UFV, 2007 a 2012).

4.2.5. Esporte e Lazer

A Divisão de Esporte e Lazer (DLZ), da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, foi criada em 2008, mas o esporte é praticado na UFV, *campus* de Viçosa, desde sua criação, como citado anteriormente, com a realização de campeonatos de futebol, dentre outros. De acordo com relatórios da PCD, a DLZ tem por finalidade promover o esporte e o desporto universitário na UFV; prestar apoio logístico às atividades da Associação Atlética Acadêmica/LUVE; incentivar e apoiar eventos esportivos e de lazer promovidos na UFV; apoiar as equipes e os atletas de destaque regional, estadual e nacional nos eventos em que participassem representando a UFV; coordenar os eventos esportivos e projetos institucionais relacionados com atividades físicas, esportivas e de lazer. As atividades esportivas e de lazer são destinadas a toda comunidade universitária (funcionários e estudantes).

A Liga Universitária Viçosense (LUVE) foi fundada em 05 de abril de 1962, sendo reconhecida como órgão máximo de representação das atividades esportivas universitárias da UFV. A instituição tem como sede a UFV e como foro a comarca de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

Na década de 1980, a LUVE passou a ser denominada de Associação Atlética Acadêmica (AAA). Apesar de ser regida por um estatuto próprio, está vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários por meio da Divisão de Esporte e Lazer, da qual recebe subsídios para manutenção de suas atividades.

A Associação tem como principal objetivo a difusão da prática desportiva em caráter competitivo, visando a participação em competições estaduais e nacionais.

A LUVE é constituída por professores e estudantes de graduação e pós-graduação regularmente matriculados na UFV, sendo sua diretoria eleita pelos associados para um mandato de um ano.

Aos estudantes de graduação, que são treinadores e auxiliares nas diversas modalidades esportivas, é concedida a Bolsa LUVÉ, caracterizada como benefício alimentação, como um incentivo ao desenvolvimento das atividades. Em 2012, 141 estudantes eram beneficiados com esta bolsa. Para seleção dos bolsistas, é utilizado somente o critério “habilidade” para a modalidade esportiva.

Os treinamentos são realizados semanalmente para um total de mais de 300 atletas, acompanhados por técnicos e auxiliares nas seguintes modalidades: Atletismo masculino e feminino, Basquete masculino, Basquete feminino, Ciclismo masculino e feminino, Futebol de campo, Futsal masculino, Futsal feminino, Handebol masculino, Handebol feminino, Judô masculino e feminino, Karatê masculino e feminino, Natação masculino e feminino, Taekwondo masculino e feminino, Voleibol masculino, Voleibol feminino, Xadrez masculino e feminino e Polo aquático. As equipes representam com êxito a AAA e a UFV em competições dentro e fora do Estado de Minas Gerais¹⁵.

4.2.6. Inclusão Digital

A inclusão digital é uma das propostas do PNAES e refere-se ao aumento no nível de conhecimento em informática e ao acesso à *internet*, visando redução do percentual de estudantes que não dominam este recurso.

Tem por objetivo proporcionar oportunidades aos estudantes de realizarem pesquisas e trabalhos acadêmicos e participarem de cursos e treinamentos em informática. Em atendimento a este objetivo, foram criados, então, os laboratórios de informática nos prédios dos alojamentos, para uso exclusivo dos seus moradores e que são controlados pela UFV, com ajuda dos próprios estudantes.

Em 2012, existiam 06 laboratórios instalados nos prédios dos alojamentos da UFV, *campus* de Viçosa, cada um com 15 microcomputadores, todos com acesso à *internet*, com exceção do laboratório situado no prédio do “Alojamento Novíssimo”, que possuía 13 microcomputadores. Os laboratórios de informática estavam funcionando com o apoio administrativo de 51 estudantes, que possuíam a Bolsa Manutenção, sendo um deles o coordenador geral, que atuava no controle de uso dos microcomputadores e ao acesso à *internet*, na orientação dos estudantes e na manutenção dos equipamentos.

¹⁵ Dados retirados dos relatórios anuais da PCD/UFV (2007 a 2011) e Estatuto da LUVÉ.

4.2.7. Assistência Relacionada à Manutenção do Estudante

A permanência dos estudantes em vulnerabilidade social muitas vezes não seria possível, se não fossem proporcionados auxílios para sua manutenção, além da assistência nas áreas básicas, de moradia, saúde e alimentação. Geralmente são estudantes advindos de famílias que não possuem condições financeiras para custear suas despesas pessoais, com materiais didáticos, entre outras.

Nesse contexto, foi criada, a Bolsa Manutenção, com recursos do PNAES, a qual constitui em recurso financeiro, que visa um apoio ao custeio da vida estudantil. Destina-se aos estudantes em vulnerabilidade social, regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação, do *campus* de Viçosa, estimulando a inserção dos mesmos em atividades vinculadas a projetos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão e atividades administrativas.

Esta bolsa, que foi ativada em 2012, tendo por objetivo ampliar as condições para a permanência destes estudantes na UFV, *campus* de Viçosa, e, ao mesmo tempo, contribuir para a formação de profissionais cidadãos com competência técnico-administrativa e responsabilidade social. O estudante tem que ter a disponibilidade de dez horas semanais, obedecendo aos horários estipulados em cada setor da UFV. Foram concedidas, em 2012, 385 Bolsas Manutenção, no valor unitário de R\$ 100,00 (cem reais) mensais¹⁶.

4.2.8. Auxílio Creche/Pré-Escola

Por meio de recursos do PNAES foi criada, também, a Bolsa Creche/Pré-Escola, no ano de 2009. A bolsa é destinada ao pagamento de mensalidades de creche/pré-escola dos filhos dos estudantes que não conseguem vagas nos Laboratórios de Desenvolvimento Humano (LDH) e de Desenvolvimento Infantil (LDI) da UFV, *campus* de Viçosa. O auxílio financeiro é repassado aos responsáveis legais, que tenham a guarda legal de crianças de 0 a 6 anos de idade.

Os critérios para concessão desta bolsa é o de que o estudante esteja matriculado em curso presencial de graduação e em situação comprovada de vulnerabilidade social. Conforme Figura 5, foram concedidas, em 2012, 16 Bolsas Creche/Pré-Escola, no valor unitário de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais). Este valor foi depositado em conta bancária mensalmente, por um período de nove meses,

¹⁶ Dados retirados no relatório semestral do Serviço de Bolsa PCD/UFV, de 2012.

correspondente aos meses de março a junho e de agosto a dezembro¹⁷.

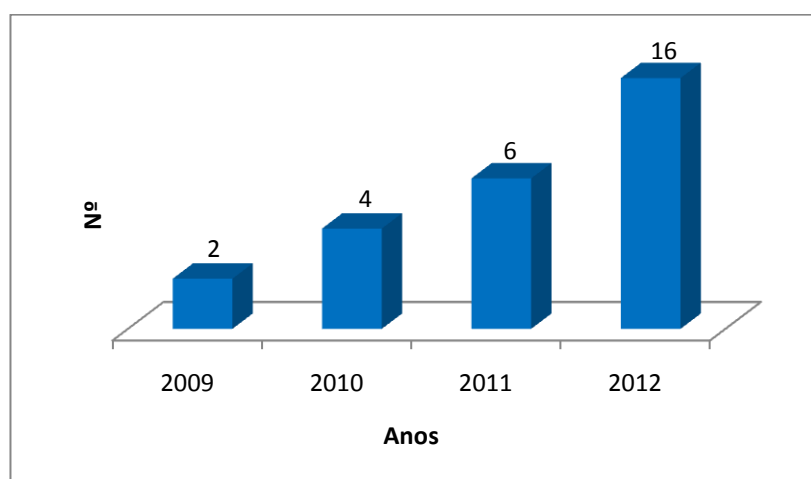


FIGURA 5 - Atendimentos com Bolsa Creche/Pré-Escola na UFV, *campus* Viçosa, de 2009 a 2012.

FONTE: Relatórios Anuais SBO/PCD/UFV, de 2009 a 2012. Elaborado pela própria autora.

Como este tipo de benefício foi criado em 2009, o número de atendimentos ainda era pequeno, porém percebe-se que tem havido um aumento significativo ao longo dos últimos quatro anos, ou seja, oito vezes maior.

4.2.9. Cultura e Arte

Como incentivo à cultura e à arte, a UFV concede a Bolsa Arte aos estudantes de graduação que possuem habilidades para dançar ou para cantar no Coral da UFV ou para encenação em teatro. A bolsa é caracterizada como benefício alimentação, aos estudantes de graduação. Os estudantes são selecionados apenas pelo critério “habilidade”. Em 2012, o número total de beneficiários com a Bolsa Arte¹⁸ era de 39 estudantes, no *campus* de Viçosa.

De acordo com o cenário apresentado, percebe-se um desenvolvimento das ações seguindo as legislações existentes no país, na área de assistência estudantil. Houve um crescimento nos números e tipos de atendimentos, que foram possíveis a partir da implantação do PNAES. Porém, não foi possível ainda o atendimento em todas as áreas propostas pelo PNAES, como por exemplo, auxílio transporte, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

¹⁷ Dados coletados no Serviço de Bolsa PCD/UFV.

¹⁸ Dados retirados dos relatórios anuais da PCD/UFV (2007 a 2011).

5. RECURSOS PARA A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

As universidades públicas federais brasileiras sempre encontraram fortes restrições para desenvolver ações de assistência aos estudantes de graduação. Até o ano de 2008, não havia destinação, pelo governo federal, de verba específica para este fim. Os programas de assistência estudantil sobreviviam graças aos recursos gerados pelas próprias universidades, que, sem estes recursos, deixavam de atender outras necessidades das instituições. As ações eram mais pontuais, de acordo com a realidade de cada uma e a demanda dos estudantes.

No caso da UFV, com a demanda sempre crescente e vagas limitadas em alojamentos, o número e tipo de benefícios concedidos eram fixados anualmente pela Reitoria, podendo ser aumentado ou reduzido, em função dos recursos financeiros que a Universidade dispusesse.

A ausência de definição de recursos, para a manutenção de políticas de assistência estudantil, influenciava, então, no número de estudantes a serem atendidos. Esta situação desencadeou vários problemas, dentre eles o de retenção e o de evasão, levando os estudantes, muitas vezes, a retardarem a conclusão do seu curso ou até a desistirem dele por não terem condições de se manterem. Um dos principais motivos que ocasionaram esta situação estava relacionado ao fator socioeconômico, vinculado às dificuldades financeiras dos estudantes, como visto nos dados apresentados sobre as pesquisas realizadas pelo FONAPRACE, sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras, realizadas nos anos de 2004 e 2010 (NASCIMENTO, 2011).

Com a implantação do PNAES, a partir de 2008, o investimento em ações de assistência estudantil permitiu às instituições o planejamento e a implantação de programas destinados ao apoio dos estudantes de baixa condição socioeconômica para permanecerem nos cursos que escolheram, proporcionando-lhes a chance de uma qualificação profissional.

De acordo com a Assessoria de Comunicação Social do MEC¹⁹, os recursos repassados às universidades, por meio do PNAES, vêm aumentando ao longo dos anos. Entre 2008, ano da criação do PNAES, e 2012, o volume destinado ao programa quadruplicou — passou de R\$ 126,3 milhões para R\$ 503,8 milhões. Para o próximo

¹⁹ Página eletrônica do MEC, disponível em: <portal.mec.gov.br>. Assessoria de Comunicação Social: **Recursos quadruplicam e passam de R\$ 1 bilhão em cinco anos**. Notícia de 21 de setembro de 2012.

ano, a previsão é de mais de R\$ 603 milhões. Na Figura 6 representa-se o orçamento disponibilizado para a assistência estudantil nas IFES.

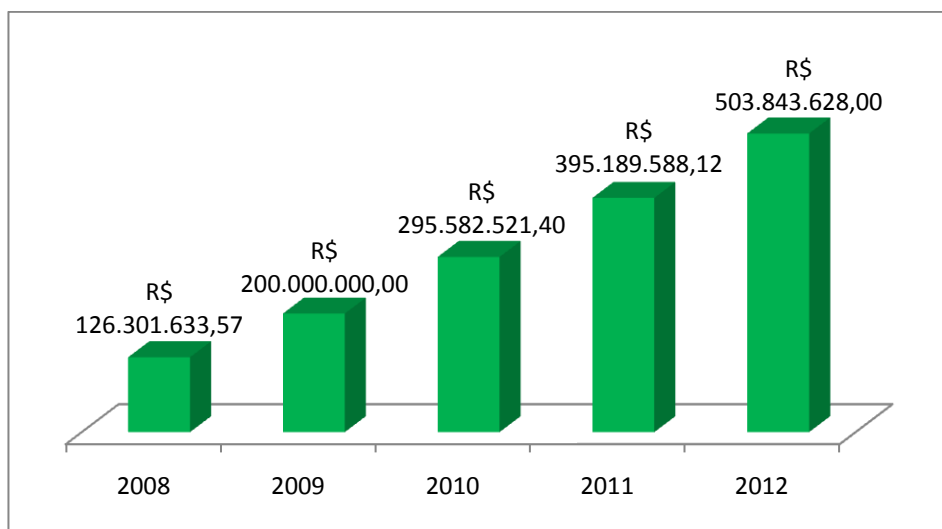


FIGURA 6 - Orçamento disponibilizado para o PNAES de 2007 a 2012.
FONTE: MEC, 2012. Elaborado pela autora.

Os gastos da UFV para desenvolvimento do Programa de Assistência Estudantil, segundo informações obtidas na Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PPO), estão representados na Figura 7, tomando-se por base o período de 2007 a 2012. Os gastos anteriores a 2007, não foi possível contabilizá-los, porque eram computados no item de despesas gerais da Instituição, os quais estão desmembrados entre as despesas com material permanente, material de consumo, salário dos funcionários, dentre outras.

Os gastos referem-se aos recursos investidos nas áreas de moradia, alimentação, saúde, esporte e lazer, inclusão digital e concessão de bolsas. Estão incluídos, na área de alimentação, apenas os gastos com material de consumo (gás, materiais de limpeza etc.) e serviços dos dois restaurantes universitários. Na área de moradia, apenas os gastos com material permanente (móveis, bebedouros etc.), material de consumo (materiais de limpeza, materiais para manutenção dos móveis etc.), serviços de portaria e as Bolsas Moradia concedidas. A assistência à saúde inclui os valores gastos com materiais permanentes (equipamentos e outros) e de consumo somente.

Vale ressaltar que, no total, não estão computados os valores gastos com energia elétrica, água e sistema de aquecimento, pois tais valores vêm em apenas uma conta em que estão os gastos da Universidade em geral.

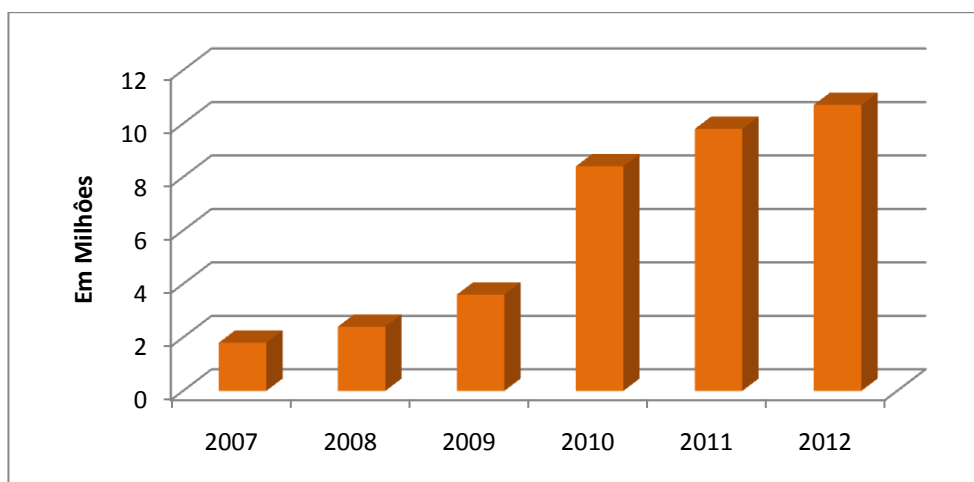


FIGURA 7 – Total de Gastos com Assistência Estudantil de 2007 a 2012, da UFV *campus* Viçosa.

FONTE: SIAFI – Sistema de Informação Financeira/UFV. Elaborado pela própria autora.

Os valores de 2012 constituem uma previsão, pois ainda não se tem os valores gastos até o final do ano, uma vez que os dados foram coletados nos meses de outubro e novembro de 2012.

Observa-se também, que há um aumento progressivo no período, justificado pela implantação de novos tipos de atendimento nesta área, possibilitando a Instituição ampliar o seu Programa e, conseqüentemente, atender maior número de estudantes.

Na Figura 8, estão discriminados os gastos com assistência estudantil por áreas de atendimento (alimentação, moradia, saúde, esporte e lazer), no ano de 2012.

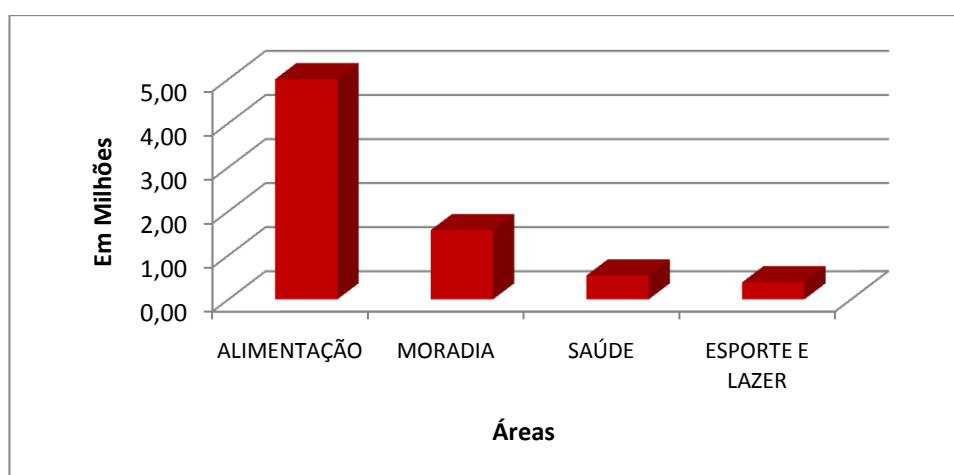


FIGURA 8 – Total de Gastos em 2012, com Assistência Estudantil na UFV, *campus* Viçosa, por Áreas de Atendimento.

FONTE: PPO e PCD/UFV. Elaborado pela própria autora.

Os dados da Figura 8 demonstram uma diferença na distribuição dos recursos, os quais são em grande parte destinados a suprir os gastos com alimentação e, principalmente, para a compra de gêneros alimentícios.

6. CONCLUSÕES

O panorama histórico do Programa de Assistência Estudantil mostra que a UFV, durante toda sua trajetória, sempre se preocupou em desenvolver ações, caracterizadas como apoio à permanência dos estudantes para realização de seus cursos. Especialmente aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, tais ações objetivam o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas, prevenindo a retenção e a evasão.

Nesse sentido, a Universidade vem cumprindo seu papel de socializadora, na medida em que proporciona aos jovens maiores oportunidades de ingresso e de permanência em um curso superior.

Percebe-se que a assistência estudantil da UFV vem acompanhando a legislação brasileira e as políticas adotadas ao longo do tempo. Inicialmente, com ações mais pontuais, voltadas para as necessidades básicas dos estudantes, como moradia e alimentação, pela limitação de recursos e, posteriormente, com ações que visam atender de forma mais ampla as demandas para permanência dos estudantes de graduação, com o investimento do governo nesta área.

O cenário evolutivo identificou duas etapas na história da assistência estudantil, marcadas pelo antes e o depois da implantação do PNAES. Na primeira etapa, verifica-se a insuficiência de recursos, onde a Universidade encontrava restrições para manter o Programa, pois não havia destinação, pelo governo, de verba específica para este fim. O Programa sobrevivia graças aos recursos gerados pela própria universidade, que, sem estes recursos, deixava de atender outras necessidades da instituição.

A implantação do PNAES representa um marco histórico para a assistência estudantil, pois o investimento nesta área permitiu o planejamento e a implantação de um maior número de ações destinadas ao apoio aos estudantes de baixa renda para permanecerem nos cursos que escolheram, proporcionando-lhes a chance de uma qualificação profissional.

No início, como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), oferecia

suporte aos estudantes, com vagas em alojamento, em regime de internato e com a existência do restaurante. Posteriormente, em seu processo de expansão, houve necessidade de aumentar o número de alojamentos. Em 1948, quando passa a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) e, em 1952, com a criação do curso de Economia Doméstica, caracteristicamente voltado para estudantes do sexo feminino. Em 1969, quando acontece a federalização, torna-se Universidade Federal de Viçosa (UFV) e aumentam o número de cursos oferecidos e de estudantes matriculados. Consequentemente, houve novamente necessidade de ampliação do número de vagas nos alojamentos e, então, foram construídos novos edifícios para moradia estudantil. O número de vagas em alojamentos passou de 182, em 1926, para 1.389 no final da década de 1980, número que prevaleceu até 2012, época em que foi realizada esta pesquisa.

Pelo estudo verificou-se que tem sido possível implantar novas formas de atendimento, com a criação de outras modalidades de benefícios, devido à destinação de recursos do governo federal para assistência estudantil, por meio do PNAES. No caso da concessão de vagas em alojamentos, como houve uma crescente demanda nos últimos anos e o número de vagas permaneceu o mesmo desde final dos anos 1980, os atendimentos passaram a ser complementados, então, com a concessão da Bolsa Moradia. Foram criadas a Bolsa Manutenção e a Bolsa Creche/Pré-Escola e foi possível investir, também, em ações como a inclusão digital, criando laboratórios de informática para uso dos estudantes. Os investimentos proporcionaram ainda, melhorias nos atendimentos em geral.

No entanto, mesmo com a destinação de verbas específicas, constatou-se pelo estudo que um dos pontos cruciais, para manutenção das ações relacionadas à assistência estudantil, continua sendo a disponibilização de recursos financeiros para a Instituição desenvolver ações que se concentram principalmente nas áreas de moradia e alimentação, onde se tem os maiores gastos.

Em função da demanda de estudantes que dependem do apoio oriundo das políticas de assistência estudantil, pode-se concluir que, apesar do princípio da assistência estudantil estar previsto em leis e haver destinação de orçamento para viabilização das ações, a Universidade enfrenta dificuldades, pois os recursos são ainda insuficientes. Há necessidade de se aumentar a cota de atendimentos nas outras áreas e de investir na infra-estrutura para viabilizar maior número de atendimentos. Além disso, é preciso pensar na melhoria da qualidade da permanência do estudante na Instituição.

O número de estudantes que utilizam diariamente os RUs é grande, sendo necessário o aumento da sua capacidade de atendimento. Assim como, a criação de áreas de convivência e de lazer para os estudantes.

Concluindo, o estudo possibilitou a comprovação de que as políticas de assistência estudantil estão contribuindo cada vez mais para minimizar as diferenças de ordem socioeconômica, acadêmica e cultural, uma vez que possibilita aos estudantes oriundos de famílias de baixa renda a oportunidade de realizar um curso superior, obtendo uma qualificação e melhor capacitação para o ingresso no mercado de trabalho.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDIFES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília, 2007. Disponível em <www.andifes.org.br>. Acesso em: 02 ago. 2012.

BORGES, J. M.; SABIONI, G. S.; MAGALHÃES, G. P. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. 2. Ed. Viçosa: Ed. UFV, 2006.

BRASIL. **Carta Magna Brasileira de 1934**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 10 set. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1946**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 03 ago. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 03 de agosto de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 03 ago. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 07 ago. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, 2010. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 02 ago. 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 07 ago. 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 07 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2010**. Brasília, 2011. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 02 mar. 2012.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Moradias Estudantis: histórico e realidade atual das IFES**. Maceió, 1995.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: famílias e domicílios - resultados da amostra**. Brasília, 2012. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=2240. Acesso em 12/12/2012.

LAM-SÁNCHEZ, A. **A UFV nos Tempos da Escola Superior de Agricultura – UREMG**. Viçosa: Ed. UFV, 2006.

NASCIMENTO, V. **Relatório da Pesquisa sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. SIPE – Sistema de Informação do Perfil do Estudante. Brasília: ANDIFES/FONAPRACE, 2011.

UFV. **Relatórios Anuais da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários** – PCD e das Divisões: Alimentação, Assistência Estudantil, Esporte e Lazer, Psicossocial e Saúde. Viçosa, Minas Gerais: UFV, 2000 a 2012.

UFV. **Resolução 1/98 do CONSU** – Conselho Universitário. Viçosa - Viçosa, Minas Gerais: UFV, 1998.

CAPÍTULO 2 – ARTIGO ORIGINAL

VULNERABILIDADE SOCIAL COMO CRITÉRIO UTILIZADO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA-MG: UMA ANÁLISE CONCEITUAL E EMPÍRICA

VULNERABILIDADE SOCIAL COMO CRITÉRIO UTILIZADO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA/MG: UMA ANÁLISE CONCEITUAL E EMPÍRICA

RESUMO

O critério de vulnerabilidade social é incorporado em diferentes programas, para análise das condições de pobreza e exclusão social. No caso do Programa de Assistência Estudantil, o aumento da demanda e insuficiência de recursos exige que o acesso aos benefícios esteja vinculado ao critério de vulnerabilidade social, cujos indicadores podem variar institucionalmente. Sendo assim, buscou-se examinar de forma conceitual e empírica, o critério de vulnerabilidade social adotado na assistência estudantil da Universidade Federal de Viçosa/MG, para seleção dos estudantes beneficiados, por meio de pesquisa bibliográfica e questionário. Para tanto, apresenta-se, a princípio, uma análise conceitual, caracterizando a vulnerabilidade social e relacionando-a à exclusão social e aos riscos. Em um segundo momento, aborda-se, em termos empíricos, mostrando a percepção dos estudantes sobre o tema em questão. Conclui-se que a abordagem empírica remete-se ao conceitual, estando a vulnerabilidade social concentrada em indicadores econômicos e sociais, representados pela renda, posse de ativos, trabalho, saúde e estrutura familiar.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social, Assistência Estudantil, Ensino Superior.

ABSTRACT

The criterion of social vulnerability is embedded in different programs for the analysis of poverty and social exclusion. In the case of the Student Assistance Program, increasing demand and insufficient resources requires that access to benefits is linked to social vulnerability criteria, whose indicators may vary institutionally. Therefore, we sought to examine conceptually and empirically, the criterion of social vulnerability adopted in student assistance from the Federal University of Viçosa / MG, for selection of students benefited, through literature review and questionnaire. It presents itself, at first, a conceptual analysis, characterizing the vulnerability and linking it to social exclusion and risks. In a second moment, it approaches in empirical terms, showing students' perceptions about the topic in question. We conclude that the empirical approach refers to the conceptual, being social vulnerability concentrated on economic and social indicators, represented by income, ownership of assets, work, health and family structure.

Keywords: Social Vulnerability, Student Assistance, Undergraduate Education.

1. INTRODUÇÃO

As ações que compõem a assistência estudantil da Universidade Federal de Viçosa (UFV), *campus* de Viçosa, nas áreas de moradia, alimentação, saúde física e mental, esporte e lazer, de um modo geral, são direcionadas a todos os estudantes matriculados na Instituição. Porém, existem aquelas que são destinadas exclusivamente ao apoio dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, que não possuem condições financeiras de ter acesso e/ou de permanecer no ensino superior. Estes últimos constituíram o público alvo deste estudo.

Como forma de tornar o acesso à educação superior mais democrático, proporcionando igualdade de oportunidades, as universidades públicas brasileiras vêm adotando diversas políticas de inclusão, como é o caso da UFV.

Como apresentada no capítulo anterior, a realidade brasileira revela que apenas 51,3% dos jovens, na faixa etária entre 18 e 24 anos, frequentavam as universidades em 2011. As pesquisas realizadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, em 1998 e 2004, constataram que uma parcela significativa dos estudantes era oriunda de camadas sociais de baixa renda, ou seja, com renda familiar de até três salários mínimos (FONAPRACE, 2004). A última pesquisa realizada pelo FONAPRACE, no ano de 2010, revelou uma representação de 44% dos estudantes das federais pertencentes a esta camada social. Portanto, considera-se que é um número grande de estudantes que necessitam de apoio para realização de um curso superior (FONAPRACE, 2010).

Este critério de atendimento, de estudantes em vulnerabilidade social, é proposto também pelo PNAES. De acordo com Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o PNAES, Artigo 4º, Parágrafo único:

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010).

O Artigo 5º expõe a prioridade de atendimento para estudantes advindos de famílias de baixa renda:

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, a UFV sempre se preocupou em atender aos estudantes em vulnerabilidade social, oferecendo apoio para sua permanência na Instituição, principalmente nas áreas de moradia, alimentação, saúde, esporte e lazer. Os atendimentos são realizados baseando-se em metodologia própria onde constam os critérios para seleção dos estudantes. O PNAES estabelece, em seu Artigo 3º, parágrafo segundo, que “caberá à instituição federal de ensino superior, definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados” (BRASIL, 2010).

Assim, cada instituição possui autonomia para a delimitação dos critérios de vulnerabilidade social, tornando-se relevante entender o contexto da adoção deste tema como critério para seleção de estudantes. Diversos autores, como De León (2006), Carneiro (2005), Cunha (2004), associam a vulnerabilidade social à pobreza, à exclusão social e aos riscos. Entretanto, o tema pobreza é abrangente e multidimensional, estando relacionado com as dimensões econômicas e sociais.

Por outro lado, a exclusão social pode ser examinada pelo enfoque das situações sociais limites, de pobreza ou marginalidade, uma vez que as pessoas, nessa condição, se encontram em risco pessoal e social, excluídas das políticas sociais básicas, tais como, trabalho, educação, moradia, saúde e alimentação. Além disso, a associação entre vulnerabilidade e riscos, sejam eles ligados a fatores físicos, sociais, econômicos e ambientais, incorpora elementos de exposição e capacidade de enfrentamento dos indivíduos.

Nesse contexto, questiona-se como a UFV tem incorporado esses indicadores no seu critério de vulnerabilidade. E qual é a percepção dos estudantes sobre a adoção deste critério de vulnerabilidade social para avaliação e seleção de estudantes para recebimento dos benefícios.

Sendo assim, este estudo teve por objetivo examinar os critérios utilizados pelo Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa, *campus* de Viçosa, para caracterizar a situação de vulnerabilidade social, em termos conceituais e empíricos.

2. METODOLOGIA

O estudo de caso foi conduzido na Universidade Federal de Viçosa, *campus* de Viçosa – Minas Gerais – Brasil, pelo fato de contar com ações de apoio, caracterizadas como assistência estudantil desde sua origem, em 1926. A unidade empírica de análise deste estudo foi o Programa de Assistência Estudantil²⁰, assim denominado pela autora para facilitar a abordagem. O público-alvo foi constituído pelos estudantes que receberam os benefícios “bolsas” e “serviços” e que se formaram no ano de 2012. Participaram da pesquisa 61 estudantes, totalizando 16,8% da população total.

O estudo enquadra-se no tipo descritivo e exploratório, com enfoque metodológico qualitativo e quantitativo, que fez uso tanto da pesquisa documental, como da aplicação de questionários. O levantamento foi feito junto à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários - PCD/UFV e seus setores específicos, em relatórios produzidos sobre os atendimentos realizados aos estudantes.

As variáveis e categorias de análise referiram-se ao conhecimento sobre o funcionamento do Programa de Assistência Estudantil e suas diretrizes, principalmente quanto aos critérios de seleção ou de vulnerabilidade social, visando identificar as evidências empíricas, que foram contrapostas aos critérios conceituais e com as percepções dos estudantes sobre este tema. Aos estudantes foram feitas as perguntas sobre o tema vulnerabilidade social, se consideravam que suas famílias eram vulneráveis e se alguma vez estiveram em situação de risco e/ou de exclusão social.

Os dados coletados foram digitados e analisados com o auxílio do programa Microsoft Office Excel 2007, sendo os dados qualitativos analisados em função das respostas e do conteúdo escrito nos questionários.

3. VULNERABILIDADE SOCIAL – CONCEITOS E INTERFACES.

Vulnerabilidade, definida em dicionários da língua portuguesa, significa o estado de vulnerável, que é o lado fraco de um assunto ou de uma questão, ou o ponto pelo qual alguém pode ser atacado ou ferido. Entretanto, uma forma de abordar vulnerabilidade proposta pelo ISDR (*International Strategy for Disaster Reduction*) e apresentada por De León (2006, p. 13), refere-se ao “conjunto das condições e

²⁰ Denomina-se Programa de Assistência Estudantil o conjunto das ações realizadas na área de assistência estudantil da UFV.

processos resultantes de fatores físicos, sociais, econômicos e ambientais que aumentam a susceptibilidade da comunidade aos impactos e riscos”.

Os fatores físicos englobam a localização e o ambiente construído e pode ser representado por meio de fatores, tais como, densidade populacional, situação de um assentamento populacional, o local propriamente dito e os tipos de construções. Os fatores sociais envolvem questões, como bem-estar, gênero, saúde, alfabetização, segurança, acesso aos direitos humanos, equidade social, valores tradicionais, crenças e sistemas organizacionais. Em contraste, os fatores econômicos relacionam-se à pobreza a níveis individual e comunitário, referente a reservas econômicas, dívida, acesso ao crédito, empréstimos e seguros, dentre outros. Finalmente, os fatores ambientais incluem esgotamento e depredação de recursos naturais.

Cientificamente, o termo vulnerabilidade tem sido associado ao meio ambiente, sendo usado em literaturas sobre mudanças climáticas e acidentes e prejuízos causados nas comunidades e a seres humanos, especialmente crianças, como resultado de pobreza, exclusão e marginalização, sendo generalizada por processos sociais, econômicos e políticos (BARNETT, 2001, *apud* BRAUCH, 2005).

Segundo Abramovay (2002), o termo vulnerabilidade social está comumente relacionado à pobreza, partindo do reconhecimento do fenômeno do bem-estar social e das múltiplas causas e dimensões associadas a esse processo. De acordo com o autor, estudos sobre vulnerabilidade social datam apenas dos últimos anos, período em que se dedicou mais aos estudos sobre pobreza, bem como os resultados de políticas associadas a eles na América Latina. Tais estudos identificaram os setores mais vulneráveis da população, a serem atendidos pelas políticas sociais, baseando-se apenas no uso de indicadores de renda ou de carências que delimitam a insatisfação de necessidades básicas, em vez de analisar as complexas raízes desse fenômeno. A dissertação de Carneiro (2005) aborda esta questão considerando que:

O enfoque da vulnerabilidade contribui para alterar a forma de entender a pobreza, sendo que os mais tradicionais adotam uma perspectiva ex-post da pobreza, vista pela ótica da renda e necessidades e concentrando-se nos resultados. A literatura mais voltada à concepção de vulnerabilidade preocupa-se com a identificação das causas da vulnerabilidade à pobreza na perspectiva da exclusão, ou vulnerabilidade ex-ante, orientando-se para os processos, examinando as estratégias que as famílias utilizam para lidar com os eventos e a queda de bem-estar. Estratégias que permitem escapar da pobreza ou que a fazem perpetuar, o que remete à contribuição possível e necessária das políticas públicas no fortalecimento das capacidades de indivíduos, famílias e regiões para o enfrentamento e a superação da condição de pobreza (CARNEIRO, 2005, p. 64).

Para a referida autora, a pobreza pode ser vista por várias dimensões que a definem através dos tempos (Figura 1). Antes dos anos 1970, a pobreza era vista como condição exclusivamente econômica, sendo abordada a partir da perspectiva monetária, focalizando a renda e o consumo, de indivíduos e famílias, como informação básica tanto para concepção quanto para mensuração. São considerados pobres, então, aqueles que não possuem renda suficiente para satisfazer necessidades básicas de sobrevivência, tais como, saúde, habitação, transporte, educação etc..

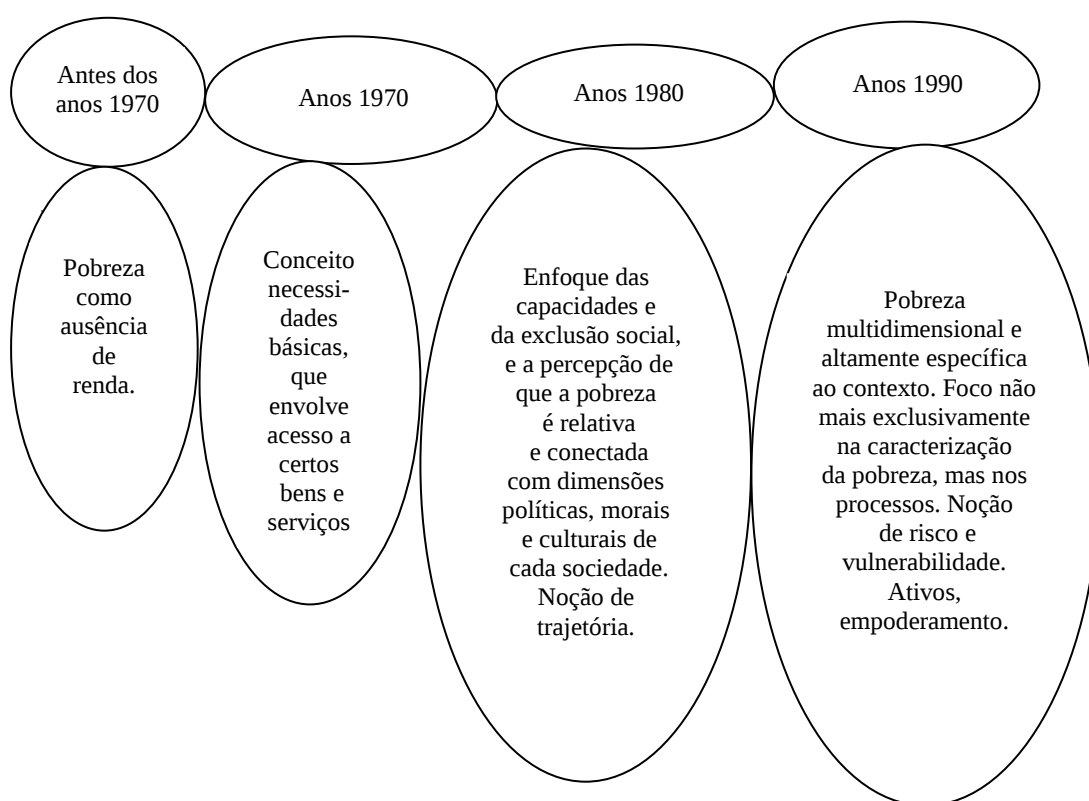


FIGURA 1: Enfoques sobre a Pobreza em uma Linha Temporal
 FONTE: Carneiro (2005, p. 36)

Nos anos 1970, o conceito de pobreza passa a incorporar variáveis não monetárias que influem na condição de pobreza, por meio do conceito de necessidades básicas. A autora sustenta que são pobres aqueles que não têm suas necessidades básicas satisfeitas, cujo consumo de bens e serviços não atinge o mínimo considerado necessário. Entretanto, esclarece que existe uma relatividade na caracterização e mensuração da pobreza, que as necessidades são relativas a tempos e lugares e se referem aos padrões vigentes em cada sociedade.

Nessa perspectiva, o enfoque das capacidades, introduzido nos anos de 1980, passa a definir pobreza como carência ou privação de capacidades para os indivíduos operarem no meio social e terem oportunidade de alcançar níveis minimamente aceitáveis de realizações, independente da renda que possuem.

Nos anos de 1990, o enfoque da pobreza é ampliado, incorporando a noção de vulnerabilidade, riscos, ativos e empoderamento. A noção de ativos articula-se diretamente com riscos e vulnerabilidade. O mapeamento dos ativos possibilita a identificação de estratégias de manejo dos ativos, ou as formas que indivíduos, famílias e comunidades utilizam os ativos humanos, físicos, financeiros e sociais, durante períodos de crises e mudanças. As estratégias utilizadas podem produzir resultados diferentes quanto à vulnerabilidade, comprovando que não há uma relação unívoca e unidirecional entre pobreza e vulnerabilidade (CARNEIRO, 2005).

Por outro lado, Cunha (2004) apresenta que a vulnerabilidade está associada a outros conceitos que têm apoiado a investigação de temáticas, como segregação sócio-espacial e exclusão social. A abordagem da vulnerabilidade, apesar de se relacionar com o processo de segmentação ou segregação sócio-espacial, cria novas alternativas para identificação e análise das estratégias utilizadas pela população para mitigar a acumulação de carências urbanas.

Nessa perspectiva, Warner (2007) apresenta que o tema vulnerabilidade social tem atraído a atenção dos políticos interessados em gerenciar as questões que incluem os desafios da pobreza e problemas de equidade ambiental e social, além de uma variedade de outros fatores estressantes para a sociedade ou que ocasionam riscos para a comunidade. Mas, ideologicamente, com escassez de recursos, os esforços para reduzir a vulnerabilidade social e melhorar a qualidade de vida das pessoas são contraditórios para o crescimento e desenvolvimento da economia, uma vez que a administração dos recursos escassos gera uma contradição na sua aplicação. Podem ser aplicados para garantir melhor qualidade de vida sem retorno financeiro imediato, ou seja, com retorno a longo prazo, ou aplicação em situações que promovam o crescimento econômico com retorno financeiro imediato, sem redução da vulnerabilidade social a curto prazo. Tal situação pode explicar a existência de áreas onde a vulnerabilidade social e outros componentes de risco são particularmente concentrados.

Brauch (2005) traz também a concepção de outros pesquisadores sobre o tema, como O’Riordan (2002), Oliver-Smith (2004), Wilches-Chaux (1989) e Cardona (2004). O’Riordan define vulnerabilidade a nível social como a “incapacidade de evitar

o risco ou perigo, ou o desconhecimento sobre alguma ameaça iminente, ou mesmo, ser forçado a viver em condições de risco” (p. 31). Para Oliver-Smith vulnerabilidade pode tornar-se um conceito chave para traduzir a multi-disciplinaridade na transposição das circunstâncias da vida que representam um desastre ou perigo. Ele argumenta que os desastres ou crises são canalizados e distribuídos sob a forma de risco no seio da sociedade, pelas práticas políticas, sociais, econômicas e institucionais. Pode estar associada à interação entre natureza e cultura e ligada a aspectos sociais e econômicos, cultura, valores e desastres ambientais.

Cardona (2004, *apud* BRAUCH, 2005, p. 32) propôs repensar que a vulnerabilidade humana está intrinsecamente ligada a diferentes processos sociais e é originada como consequência de três fatores: fragilidade física ou exposição, ligada à susceptibilidade dos assentamentos humanos serem afetados por fenômenos naturais ou sociais, devido à sua localização em uma área com propensão ao risco; fragilidade socioeconômica, ligada à predisposição em sofrer danos devido à marginalização, segregação social e pobreza; e finalmente, pela falta de resiliência, relacionada com as limitações de acesso e mobilização de recursos, bem como com incapacidade de absorção do impacto de um desastre, que podem estar ligadas à falta de estratégias de gestão de riscos. Estas dimensões incorporam os custos de recuperação e o papel das relações sociais e dos atores em vários níveis, na determinação das condições de exposição ao risco ou perigo.

Nesse sentido, Nathan (2007) caracterizou a vulnerabilidade como um processo complexo abrangendo múltiplas dimensões e que está em constante mutação. Em sua visão, a vulnerabilidade é freqüentemente cumulativa e está relacionada ao sujeito e ao risco, causando crises ou agravando-as, ou, mesmo adicionando vulnerabilidade a outros riscos, como é o caso dos riscos socioeconômicos, dentre outros. Portanto é preciso especificar qual nível de análise de risco de vulnerabilidade se está falando, se é individual, do grupo ou da sociedade. A vulnerabilidade é também diferenciada, pois os sujeitos, mesmo estando em níveis semelhantes, têm vulnerabilidades diferentes. Geralmente os mais pobres e excluídos sofrem mais, bem como os menos organizados socialmente. A vulnerabilidade depende do contexto, seja de um indivíduo exposto a riscos naturais, a nível doméstico, ou da comunidade em um nível mais abrangente ou global. Os mais pobres e excluídos estão sujeitos a mais riscos e enfrentam mais dificuldades, têm menos oportunidades sociais e menos capacidade de enfrentamento, pela falta de recursos à sua disposição.

A capacidade insuficiente de prevenir, preparar, encarar e lidar com perigos e desastres foi categorizada por Nathan em: fraqueza física, que é a incapacidade física de resistir ou recuperar dos impactos dos perigos; a falta de regulamentações de prevenção, mitigação, enfrentamento e recuperação de desastres; fraqueza organizacional, em todos os níveis; falta de conhecimento inadequado e/ou uso inadequado de técnicas de gestão; fraqueza política, de sua legitimidade e controle, como também inadequação do esquema de controles, políticas e planejamentos; vulnerabilidade psicológica e cultural, ou seja, paradigma inadequado de segurança ou de percepções de risco, anomia cultural, apego às zonas de risco ou comportamentos de risco, falta de vontade ou incapacidade do indivíduo de proteger a si mesmo; vulnerabilidade socioeconômica, relacionada à segregação sócio-espacial, grandes desigualdades de renda e de acesso à segurança, miséria, falta de organização social, pobreza e exclusão social e existência de maiores riscos sociais vividos pelas pessoas.

O referido autor conclui que a vulnerabilidade global de um indivíduo para um ou vários perigos é uma mistura dessas vulnerabilidades particulares e, por esta razão, a vulnerabilidade assume uma abordagem multidimensional e constitui um processo complexo.

A revisão da literatura sobre a vulnerabilidade revela que o termo tem sido usado em vários contextos diferentes por vários autores, demonstrando que o campo é vasto e que é possível encontrar diferentes noções a respeito de como a vulnerabilidade tem sido percebida. Porém, este estudo aponta para um enfoque da vulnerabilidade voltado à apreensão de fatores que tornam os indivíduos e/ou famílias mais ou menos expostos aos riscos sociais, deixando de enfatizar as concepções relacionadas ao meio ambiente, embora não necessariamente as desconsidere. Nesse caso, são as vulnerabilidades de pessoas e, portanto, sociais, que serão o foco deste estudo, pressupondo que a pobreza possui dimensão relacional.

3.1. Vulnerabilidade e Riscos

Muitos estudos sobre vulnerabilidade social são encontrados na literatura com enfoque na gestão de risco. No entanto, como visto, a vulnerabilidade social é uma condição pré-existente, que afeta a capacidade de uma sociedade para se preparar e recuperar de um evento perturbador. Ou seja, a vulnerabilidade articula-se

frequentemente com a idéia de risco e, conseqüentemente, com as estratégias de enfrentamento, prevenção e mitigação dos mesmos.

A vulnerabilidade, quando relacionada ao risco, adquire diferentes significados que são usados por grupos de pesquisa e profissionais distintos, tais como, da academia, da gestão de desastres ambientais e de mudanças climáticas e de agências de desenvolvimento (DE LEÓN, 2006). De acordo com o autor, para entender os riscos e contribuir para a implementação de políticas e atitudes de prevenção, é necessária a integração de diversos campos do saber, desde as geociências, a história, as ciências políticas, o direito, a psicossociologia, as ciências exatas, etc., que buscam entender o significado do risco e suas interfaces.

Risco é definido por De León (2006), como a magnitude das conseqüências prováveis advindas do perigo (perturbação ou stress) e das vulnerabilidades. O raciocínio por trás dessa abordagem é o fato de que os modelos de risco típicos, baseados em perigo e vulnerabilidade, não abordam a forma na qual o sistema amplifica ou atenua os impactos do perigo; os componentes que conduzem aos impactos do perigo ou stress; e a função da política econômica, especialmente, estruturas sociais e instituições nestas situações.

Os riscos podem ser causados ou podem desencadear conseqüências para a sociedade. Podem estar relacionados às formas de políticas administrativas (crescimento urbano, densidade populacional e industrialização), a elementos naturais e ameaças externas (terremotos, secas e inundações), à saúde (doenças, epidemias, deficiências), ao ciclo de vida (nascimento, maternidade, velhice, morte, ruptura familiar), a fatores sociais (crime, violência doméstica, terrorismo, gangues, exclusão social), econômicos (choques de mercado, riscos financeiros), ambientais (poluição, desmatamento, desastre nuclear) e políticos (discriminação, golpes de estado, revoltas), como sistematizado pela Unidade de Proteção Social do Banco Mundial, citado por Carneiro (2005).

Birkmann (2005, *apud* DE LEÓN, 2006, p. 17) associa vulnerabilidade e riscos, incorporando elementos de exposição e capacidade de enfrentamento, como pode ser visto na Figura 2. O autor considera que as dimensões de vulnerabilidade são: exposição, sensibilidade e adaptação/resiliência e propõe um modelo que incorpora distúrbios ou crises múltiplas, que emanam das esferas ambiental, social e econômica, sendo as tensões e perturbações manifestadas via estressores. Exemplos de estressores humanos são macro-economia, política, dinâmicas sócio-estrutural, globalização, etc. e de estressores naturais o estado da biosfera ou mudança ambiental global, dentre outros.

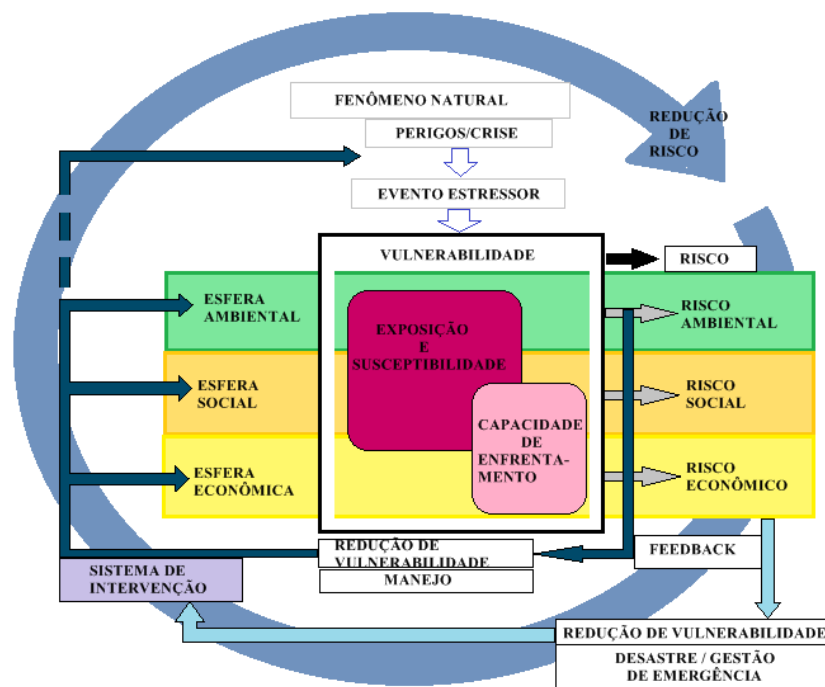


FIGURA 2 - Modelo sobre Exposição e Capacidade de Enfrentamento da Vulnerabilidade.

FONTE: Birkmann (2005, *apud* DE LEÓN, 2006 p. 17), adaptado e traduzido pela autora.

O modelo teórico-conceitual envolve a questão da exposição ou susceptibilidade e da capacidade de enfrentamento da vulnerabilidade, em um momento de crise ou perigo, causado por um evento estressor. A vulnerabilidade refere-se a uma situação de risco, que pode ser ambiental, social ou econômico e para que se opere em sua redução, é necessário atuar, por meio de um sistema de intervenção, nas esferas ambiental, social e econômica, de acordo com o tipo de vulnerabilidade ou risco a que uma pessoa ou família ou comunidade esteja exposta.

Quanto maior for a capacidade do indivíduo de prever, lidar, resisitir e se recuperar de uma crise ou desastre, seja ele natural ou social, menor será sua vulnerabilidade, pois maior será seu poder de conhecimento das causas e, conseqüentemente, das decisões a serem tomadas para se evitar ou minimizar os riscos e os impactos das crises.

A sensibilidade está relacionada com as condições existentes e com aspectos do ambiente, enquanto que a resiliência está associada com a capacidade de enfrentamento dos riscos. A capacidade de enfrentamento é influenciada pela ação, considerando a abordagem teórica, que abrange os meios e formas utilizadas pelas pessoas para agirem, seja por vontade própria ou como resultado de restrições

sociais, governamentais ou econômicas; por modelos de acesso aos bens, de natureza diferente, que permitem a redução da vulnerabilidade; pela crise e teoria do conflito, que se concentra tanto na resolução de conflitos e no controle dos recursos e bens quanto na capacidade de gerenciar situações de crise (DE LEÓN, 2006).

Lavell (2004) citado por De León (2006), concebe a noção de dois níveis de risco e vulnerabilidade, como: vulnerabilidade excepcional, que retrata eventos ocasionais e a vulnerabilidade permanente, associada à condição de pobreza das pessoas (problemas de saúde, desnutrição, desemprego, baixa renda, violência social e doméstica, alcoolismo etc.), o que limita o desenvolvimento pessoal e social.

Ao considerar esta última perspectiva, um ponto para reflexão é o fato de que as pessoas, que se encontram em vulnerabilidade permanentemente, se mantêm nesta posição, considerando-se que se encontram inseridas em um “ciclo vicioso”, no momento em que uma situação acarreta a outra e, assim, sucessivamente, sendo uma consequência da outra. Pressupõe-se que este ciclo somente poderá ser quebrado com intervenção, como, por exemplo, do Estado, na medida em que é de responsabilidade do poder público a implementação de políticas com o objetivo de retirar deste meio quem nele vive, ou de melhorar as suas condições. Além disso, a disponibilidade de ativos, das estruturas e processos vigentes, conduzem as pessoas a que possam escolher estratégias que levem a distintos resultados, quanto ao seu bem-estar, dependendo do contexto de vulnerabilidade.

Na visão de Warner (2007), a vulnerabilidade social é criada por múltiplos tensores e pode ser reduzida por meio da interação de forças sociais grupais e não individuais, as quais podem quebrar o “ciclo vicioso”. A vulnerabilidade social pode persistir por causa de influências sociais e políticas ou estruturas que a reforcem. Porém, existem políticas diretivas que focam cada vez mais na redução de aspectos da vida, como a pobreza, a fome, doenças etc.

No entanto, de acordo com De León (2006), os sistemas de intervenção físicos e sociais podem apresentar fraquezas ou vulnerabilidades. A vulnerabilidade do sistema físico é representada pela fragilidade das infra-estruturas, sendo quantificada em função da intensidade do perigo, enquanto que a vulnerabilidade social é mensurada em função de variáveis complexas, como as sociais, econômicas, políticas e culturais. A estimativa numérica das vulnerabilidades é feita em termos das fatalidades ou perdas econômicas.

Um estudo realizado por Caroline Moser (1998, apud CARNEIRO 2005, p. 71), traz uma abordagem sobre vulnerabilidade de ativos, tratada a partir de dois eixos:

“um que reflete a *sensitividade* do sistema (indivíduo, família, comunidade) quanto aos eventos externos; e outro que expressa sua *resiliência* ou a facilidade e rapidez com que um sistema se recupera do *stress*”. A combinação dessas duas dimensões permite identificar situações distintas de vulnerabilidade, como, por exemplo, alta sensibilidade e baixa resiliência implicam em estado muito vulnerável. Baixa sensibilidade e alta resiliência implicam em um estado não vulnerável. Nesse sentido, o foco concentra-se nos ativos utilizados como estratégias e recursos que os indivíduos utilizam para enfrentar situações de privação em períodos de crise. O estudo incorpora também aspectos como “capital social e o papel das relações familiares como elementos de um *portfolio* de ativos”, numa abordagem mais sociológica, abrangendo laços e relações familiares e comunitárias. “Os ativos considerados no estudo foram agrupados em três níveis ou unidades de análise – indivíduo, família e comunidade - e cinco ativos principais: trabalho, capital humano, moradia, relações familiares e capital social”.

No plano individual foram considerados os ativos trabalho e capital humano, onde o trabalho é o primeiro recurso que as famílias pobres utilizam, aumentando o número de trabalhadores da família e, inclusive, fazendo uso do trabalho infantil. Os retornos vão depender da estrutura e composição dos domicílios. Por outro lado, o ativo capital humano encontra-se ligado à provisão da infra-estrutura econômica e social (educação, saúde, água, transporte e eletricidade), uma vez que uma adequada provisão de serviços pode viabilizar que os indivíduos utilizem suas habilidades e conhecimentos de forma produtiva. Os ativos produtivos englobam uma variedade de itens, desde carro e utensílios domésticos a moradia e terra, principais ativos produtivos na zona urbana e rural, respectivamente.

As relações familiares constituem outro importante ativo e diz respeito à composição, estrutura e coesão dos laços familiares. Em tempos difíceis, a família pode atuar como importante rede de suporte, antes mesmo da assistência externa (MOSER, 1998, p. 34, *apud* CARNEIRO, 2005). Ou seja, “as relações familiares e as estratégias das quais as famílias lançam mão em momentos de crise ou mudança, seja interna (nascimento, morte, separação dos cônjuges) ou externa (desemprego, por exemplo), constituem recursos centrais para a redução da vulnerabilidade” (CARNEIRO, 2005, p. 73).

Assim, o manejo de riscos envolve a definição de estratégias para enfrentá-los, “estabelecendo um marco que inclui três estratégias (prevenção, mitigação, superação), três níveis de formalidade (informal, de mercado e público) e vários atores envolvidos

(pessoas, comunidades, governos, agências internacionais, ONGs, etc), conforme destacam Holzmann, Jorgesen (2000, *apud* CARNEIRO, 2005, p. 119).

3.2. Vulnerabilidade e Exclusão Social

O termo exclusão social antecede à formulação do conceito de vulnerabilidade social, tendo como foco a caracterização de situações sociais limites, de pobreza ou marginalidade, para realização de intervenções e formulação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento destas questões. Originou-se na França, na década de 1970, especificamente relacionando-se a pessoas ou grupos desfavorecidos.

Na década de 1980, o conceito de exclusão expandiu-se, abrangendo também aqueles que foram excluídos do mercado de trabalho e a instabilidade dos vínculos que estes grupos estabelecem com a sociedade mais geral. Nesse sentido, a exclusão social referia-se às dificuldades ou problemas sociais que levam ao isolamento e até à discriminação de pessoas, grupo ou família de uma determinada sociedade. Estes grupos excluídos ou, que sofrem de exclusão social, precisam assim de uma estratégia ou política de reinserção de modo a que possam ser aceitos pela sociedade.

O sociólogo francês Robert Castel (1998) definiu a exclusão social como o ponto máximo atingível no decurso da marginalização, sendo este, um processo no qual o indivíduo vai progressivamente se afastando da sociedade por meio de rupturas consecutivas com a mesma.

Segundo Adorno (2001), o termo vulnerabilidade está relacionado à exclusão econômica e social, considerando-se que um indivíduo ou um grupo torna-se vulnerável quando é levado a quebrar seus vínculos sociais com o trabalho, a família ou seu círculo de relações.

O termo pode ser utilizado também para indicar “categorias muito distintas de indivíduos e situações”, tais como, “inserção precária ou não-inserção no mercado”, “situações de dependência, segregação, vulnerabilidade de certos grupos” e “situações de desestruturação familiar, doenças e incapacidades ou condições específicas ligadas ao ciclo de vida familiar” (CARNEIRO, 2005 p. 73-74).

De acordo com Leal (2004), não existe uma única teoria sobre exclusão social, mas diferentes significados para o termo, que podem ser identificados, em linhas gerais, em três conjuntos combináveis entre si: a) rupturas sucessivas de laços sociais, que caracterizam situações de precariedade e vulnerabilidade social que podem chegar à

ruptura total, com potencial fonte de ameaças de violência contra os incluídos; b) inserção precária no mundo do trabalho e/ou consumo, atribuído ao funcionamento da organização social, compreendendo dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas e resultando da dinâmica e contradições do capitalismo, segundo Martins (1997); c) exclusão social sendo vista como não-cidadania; sendo que, na concepção de Soares (2013), a qualidade de ser cidadão possui características próprias, que se diferenciam conforme o tempo, o lugar e as condições socioeconômicas existentes.

A exclusão social geralmente está associada à situação de pobreza, uma vez que as pessoas, nessa condição, se encontram em risco pessoal e social, excluídas das políticas sociais básicas (trabalho, educação, moradia, saúde e alimentação). Segundo Carneiro (2005, p. 44), a literatura destaca três dimensões da exclusão social na perspectiva da pobreza: a relacional, a subjetiva e a de processos ou dinâmica.

A dimensão relacional refere-se ao aspecto social, como produto de relações e interações sociais, onde a exclusão diferencia-se de uma sociedade para outra, considerando dimensões sociais, políticas e culturais envolvidas, além da renda.

A dimensão subjetiva contempla elementos simbólicos, que fazem parte da pobreza e da exclusão, relacionados à constituição e manutenção da ordem social (identidade, valores e crenças, normas e padrões sociais). A pobreza envolve fatores, tais como, a perda de auto-estima e da identidade, enfraquecimento dos laços familiares, sociais e comunitários, levando à diminuição da coesão social, degradação das redes de reciprocidade e solidariedade. Importante destacar que esta dimensão coloca em foco, o fato de que esses fatores, ao mesmo tempo em que resultam da situação de pobreza, contribuem para sua manutenção.

Na dimensão de processos ou dinâmica, “as expectativas de futuro são tão relevantes quanto as circunstâncias correntes para a definição da exclusão”. Envolve a noção de tempo e espaço e relaciona-se às ações ou à característica “dinâmica” da pobreza. Um grupo social estará excluído dependendo do lugar a que pertence, como também da estrutura e conjuntura social e econômica que o rege (CARNEIRO, 2005, p. 44).

Em termos gerais, exclusão social está relacionada à falta de acesso aos meios de vida, tais como: falta de emprego, de salários, de propriedades, de moradia, de um nível mínimo de consumo; ausência ou dificuldades no acesso ao crédito, à terra, à educação, à cidadania e aos bens e serviços públicos básicos. Além disso, um conjunto

de questões relacionadas à identidade cultural, gênero, raça e posição na família também são elementos utilizados nas caracterizações de exclusão social (DEDECA, 2007).

Uma das questões que traz como consequência a vulnerabilidade social são as relações de poder que excluem certos indivíduos ou grupos. Manifestam-se por fatores socioeconômicos, institucionais ou culturalmente determinados (WARNER, 2007).

De acordo com o mesmo autor, os mais afetados pela vulnerabilidade social são os grupos marginalizados, tais como, os pobres, mulheres, crianças e idosos. Esses grupos também podem ter mecanismos de enfrentamento como fortes redes sociais que os ajudam a sobreviver aos efeitos negativos dos impactos, que podem ser ameaças pessoais ou desastres naturais.

A exclusão social conduz, portanto, à vulnerabilidade social, pois se traduz em uma situação de falta de acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade aos seus membros, implicando em privação, falta de recursos ou, de uma forma mais abrangente, ausência de cidadania, que significa a participação plena na sociedade, nos diferentes níveis em que esta se organiza e se exprime: ambiental, cultural, econômico, político e social. Constitui um tema da atualidade, utilizado nas mais variadas áreas do conhecimento e abrange várias tipologias.

Nesse sentido, pressupõe-se que a pobreza seja multidimensional e associada ao contexto, incorporando-se a noção de vulnerabilidade e sua associação com riscos e exclusão social.

4. VULNERABILIDADE SOCIAL E SUA DIMENSÃO EMPÍRICA

4.1. Critérios Utilizados pelo Programa de Assistência Estudantil da UFV para Concessão dos Benefícios.

Os critérios para concessão de benefícios aos estudantes foram adaptados ao longo do tempo, acompanhando as políticas adotadas no país. No entanto, a UFV, desde sua fundação em 1926, tem proporcionado suporte aos estudantes para a permanência na Instituição. No início, o número de vagas acompanhava a demanda e atendiam-se a maioria dos estudantes matriculados, mesmo porque os cursos exigiam dedicação integral, como explicado no primeiro capítulo deste estudo. Com o processo de expansão da instituição e a demanda sempre crescente pelo apoio à permanência, várias adaptações ou mudanças foram feitas, acompanhando esta demanda. Foram criadas mais vagas em alojamentos, com a construção de novos prédios, ampliando-se os

atendimentos com bolsas e a metodologia foi sendo adaptada para as diversidades existentes, visando um atendimento justo e igualitário. A vulnerabilidade social passou então a ser considerada como condição única para recebimento dos benefícios.

Uma das mudanças realizadas foi com relação à designação da situação do estudante, que antes se utilizava o termo “carente” ou situação de “carência” e atualmente passou a ser caracterizada como vulnerabilidade social. É importante destacar a diferença entre vulnerabilidade e “carente”, como demonstrado por Adorno (2001). As palavras usadas para denominar pessoas, normalmente expressam o lugar ou *status* que é dado a elas na sociedade, portanto, dizer que um indivíduo é vulnerável é diferente de dizer que ele é carente. Segundo o referido autor, o termo carente parece rotular a pessoa, como se carência fizesse parte de sua identidade. Quando se chama alguém de carente, que necessita de assistência, não o trata como sujeito portador de direitos, pois esse termo indica alguém desprovido de algo e que, por isso, precisa ser atendido e tratado paternalisticamente. Já o termo vulnerabilidade carrega em si a ideia de compreender, primeiramente, o conjunto de elementos que caracterizam as condições de vida de uma pessoa ou de um grupo, avaliando em que medida tem acesso a: rede de serviços disponíveis, como escolas e unidades de saúde; os programas de cultura, lazer e de formação profissional e as ações do Estado que promovem justiça e cidadania entre eles.

O referido autor apresenta também que, refletir sobre a vulnerabilidade de uma situação concreta, implica pensar em ações positivas e afirmativas que, sem paternalismo nas relações, contribuindo para a promoção e proteção dos grupos desfavorecidos, reduzindo as desigualdades sociais. Porém, isso somente se consegue com ações que buscam oferecer meios para que possam ampliar o leque de oportunidades de participação social, de acesso aos serviços e ao mercado de trabalho.

O autor argumenta que o contraponto dessa realidade é o processo educacional, que, por meios e circunstâncias, possibilita que os jovens possam reinterpretar criticamente sua própria trajetória e condição de vida. As condições de vida da família podem retratar fatores de dificuldade, de obstáculo na realização dos projetos pessoais dos jovens, ao mesmo tempo em que favorecem estilos de vida e de integração social que podem adicionar riscos à sua trajetória.

A avaliação da situação das famílias dos estudantes, candidatos ao recebimento de “bolsas” e “serviços”, constitui-se, então, da determinação de indicadores de vulnerabilidade social, sendo o principal referente à escassez ou falta de recursos

financeiros e/ou econômicos para custear as despesas de moradia e/ou alimentação. Acredita-se que este é o fator predominante que impede os estudantes de prosseguirem com seus estudos e, de acordo com De León (2006), os fatores econômicos, relacionados à pobreza, ao nível individual e comunitário, constituem um dos fatores que indicam a vulnerabilidade.

Como apresentado no primeiro capítulo deste estudo, as pesquisas realizadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras, em 1998, 2004 e 2010, constataram que uma parcela significativa dos estudantes era oriunda de camadas sociais de baixa renda, ou seja, com renda familiar de até três salários mínimos, sendo que na última pesquisa a representação é de 44% dos estudantes das federais pertencentes a esta camada social (NASCIMENTO, 2011).

O PNAES prevê, em seu Artigo 5º, o estabelecimento do apoio aos estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010). E ainda estabelece, no Artigo 3º, parágrafo 2º, que cabe à instituição definir os critérios e a metodologia de seleção dos estudantes a serem beneficiados.

O processo de avaliação, seleção e concessão de benefícios obedece, então, a uma metodologia própria, acompanhando as diretrizes estabelecidas pelo PNAES. A metodologia consiste em avaliação da situação de vulnerabilidade social do estudante e, posteriormente, do processo de seleção e acompanhamento.

Para avaliação da situação de vulnerabilidade social são utilizados meios disponíveis, tais como, a aplicação de questionário socioeconômico, que contempla variáveis relacionadas ao estudante e ao grupo familiar e, especialmente, provas documentais.

Para caracterização da situação do estudante, considera-se: o estado civil, a moradia do estudante, que compreende a localização da residência da família; a situação escolar, se a educação básica foi realizada em escola pública ou particular, com ou sem bolsa; a sua situação econômica e de trabalho.

A situação do grupo familiar é avaliada levando-se em consideração as informações gerais obtidas com a documentação que comprova a renda, a composição familiar, a situação civil dos pais, a situação de trabalho e a profissão exercida, a renda

familiar, a residência da família (própria, alugada ou financiada), os bens patrimoniais, as despesas e problemas de saúde.

A renda familiar compreende o somatório de todos os rendimentos das pessoas que compõem o núcleo familiar e as rendas obtidas pelos bens imóveis e de capital. As despesas são consideradas apenas como indicadores da situação financeira da família e não são descontadas da renda familiar, incluindo: os gastos com aluguel, água, luz, instrução e problemas de saúde.

Os documentos exigidos são as declarações de rendimentos, contracheques de órgãos públicos, declarações de empresas, atestados de autoridades constituídas, comprovantes de despesas, certidões negativas sobre existência de imóveis e veículos. Quando julgado conveniente, informações adicionais são solicitadas aos estudantes, para melhor esclarecer a situação, por meio de entrevistas ou provas documentais complementares.

A análise dos dados, para a definição da situação do estudante, é realizada com base nas informações prestadas no questionário e na documentação apresentada. Mas, nem sempre a documentação é suficiente para esclarecer determinadas situações, peculiares, citadas pelos estudantes no espaço do questionário destinado à justificativa para requisição dos benefícios. Nestes casos, são realizadas entrevistas com os estudantes, onde eles têm oportunidade de explicar a situação pela qual sua família vem passando e as estratégias de enfrentamento do problema. Os dados mostraram que, geralmente, são problemas relacionados a alcoolismo dos pais, endividamento ou problemas graves de saúde de algum membro da família.

Após a etapa de análise ou de avaliação, segue-se à seleção. Inicialmente procede-se a uma classificação dos estudantes em três grupos. No primeiro grupo, estão concentrados estudantes provenientes de escolas públicas, vindos de cidades que não pertencem à microrregião de Viçosa, cujas famílias não possuem veículos nem outros imóveis, além da moradia. A renda da família é, quase sempre, proveniente de apenas um membro, onde o valor *per capita* médio está em torno de um terço do salário mínimo vigente²¹. A escolaridade do chefe da família em sua maioria é classificada como “analfabeto” ou “ensino fundamental completo”.

No segundo grupo, também prevalecem estudantes provenientes de escola pública e de cidades que não pertencem à microrregião de Viçosa. Porém, a maior parte

²¹ O salário mínimo vigente, na época da aplicação dos questionários, foi instituído pelo Decreto Nº 7.655, de 23 de dezembro 2011, da Presidência da República, está no valor de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais).

das famílias possui veículos e/ou outros imóveis. A situação de trabalho da maioria dos pais é vista como mais estável e o nível de escolaridade prevalecente inclui o “ensino médio completo”. A renda *per capita* média está em torno de meio salário mínimo.

O terceiro grupo possui um perfil socioeconômico semelhante ao anterior, porém a renda *per capita* média é de mais que um do salário mínimo, porém menor que um salário mínimo e meio.

Os dois primeiros grupos são atendidos com as bolsas e serviços moradia, alimentação e manutenção, porém, ao primeiro grupo, o atendimento é prioritário e imediato. O terceiro grupo é beneficiado no decorrer do ano, mas o atendimento está condicionado à existência de vagas (UFV, 2011).

O acompanhamento é realizado mediante consulta sistemática sobre os indicadores acadêmicos, tais como, o rendimento acadêmico dos estudantes e dados sobre evasão, no banco de dados do Sistema Informatizado de Cadastros do Serviço de Bolsa (SISBOLSA), para verificar possíveis interferências e no sentido de orientar os estudantes na transposição de dificuldades. Além disso, são analisados os relatórios de frequência também gerados pelo mesmo sistema e as prestações de contas feitas pelos estudantes que recebem as bolsas, que consistem na concessão de recurso financeiro (UFV, 2011).

Nessa perspectiva, os critérios utilizados para avaliação e caracterização da situação de vulnerabilidade social dos estudantes estão coerentes com Warner (2007), ao destacar que: a vulnerabilidade social deve ser considerada como um fenômeno multidimensional, sendo um desafio para as pesquisas e ações, sob a perspectiva do sistema social complexo, entender e relativizar a importância dos fatores que contribuem para a vulnerabilidade social. Torna-se necessária, portanto, uma abordagem multidisciplinar para enfrentar a complexidade do sistema social e dos padrões de vulnerabilidade.

Quando se toma por base informações sobre as condições de vida das famílias (moradia, profissão, renda, número de dependentes etc.), e não somente informações sobre rendas, buscam-se o conhecimento de suas realidades e das situações que levam à vulnerabilidade, seja econômica ou financeira, ou mesmo, associados a problemas de saúde, etc. Nesse sentido, na pesquisa em questão, a vulnerabilidade é dimensionada por indicadores econômicos e sociais, considerando a renda *per capita* média, a posse de ativos ou bens patrimoniais, as condições de trabalho e de saúde dos membros familiares, além da composição e estrutura da família.

A vulnerabilidade, sob o ponto de vista da pobreza, não considera a renda como variável determinante, mas uma compreensão mais abrangente das realidades locais, das estratégias de enfrentamento e da disponibilidade de ativos. Entretanto, o poder aquisitivo familiar pode ser demonstrado em pesquisas por meio de dados coletados, ao passo que informações sobre a privação vivenciada pelas pessoas ou pelas famílias e as estratégias de enfrentamento são mais difíceis ou impossíveis de quantificar, como destaca Carneiro (2005):

Embora algumas famílias possam se situar acima da linha da pobreza com o rendimento do trabalho de seus filhos, elas encontram-se em um nível maior de vulnerabilidade do que famílias que abdicaram dessa estratégia, comprometendo ativos e condições de vida presente e futura. Algumas estratégias de curto prazo das quais as famílias lançam mão (trabalho infantil) podem danificar, a longo prazo, sua base de ativos. De forma semelhante, a erosão do ativo relações familiares pode ter implicações econômicas, na medida em que a saída de um dos cônjuges do espaço doméstico pode implicar na diminuição da renda familiar (CARNEIRO, 2005 p. 72).

Por esta razão, mesmo tendo por base critérios bem definidos, ainda têm-se dificuldades ao analisar as situações devido às peculiaridades existentes. Um dos principais problemas enfrentados, no que se refere à análise e julgamento, está associado à documentação exigida, que, mesmo sendo ampla, muitas vezes não é suficiente; e, pelo fato de a universidade atender estudantes de diversas localidades do país, não tem como conferir na prática as diferentes situações, as quais geralmente são resolvidas com entrevistas.

4.2. Perfil Familiar dos Usuários do Programa de Assistência Estudantil.

O perfil familiar dos usuários do Programa de Assistência Estudantil é um dos indicadores para delimitação da vulnerabilidade social. Verificou-se que entre os entrevistados, conforme dados da Tabela 1, prevaleceu o estado civil dos pais “casados” (54%), com idade entre 51 a 60 anos (59% dos pais e 46% das mães). Quanto à escolaridade, mais de 60% dos pais não conseguiram concluir o ensino superior, tendo 47% dos pais e 39% das mães apenas o ensino fundamental. O tamanho médio da família foi de 5 membros, variando de 02 até 09, o que está coerente com os dados do Censo 2010 do IBGE, ao apontarem que há 3,39 pessoas vivendo em cada domicílio (IBGE, 2012).

Tabela 1 – Perfil Familiar dos Beneficiários do Programa de Assistência Estudantil da UFV, *campus* de Viçosa, em 2012.

PERFIL FAMILIAR					
SITUAÇÃO CONJUGAL DOS PAIS				Nº	%
Casados				33	54,1
Separados/divorciados				16	26,2
Pai falecido				7	11,5
Mãe falecida				3	4,9
Outros				2	3,3
Idade do Pai	Nº	%	Idade da Mãe	Nº	%
30 a 40 anos	1	1,6	30 a 40 anos	2	3,3
41 a 50 anos	13	21,3	41 a 50 anos	27	44,2
51 a 60 anos	36	59,1	51 a 60 anos	28	45,9
Acima de 60 anos	5	8,2	Acima de 60 anos	2	3,3
Não se aplica	6	9,8	Não se aplica	2	3,3
ESCOLARIDADE					
Pai	Nº	%	Mãe	Nº	%
Analfabeto	4	6,6	Analfabeto	3	4,9
Ensino fundamental	10	16,4	Ensino fundamental	8	13,2
Ensino fundamental incompleto	19	31,0	Ensino fundamental incompleto	16	26,2
Ensino médio	15	24,6	Ensino médio	18	29,5
Ensino médio incompleto	5	8,2	Ensino médio incompleto	4	6,6
Ensino superior	4	6,6	Ensino superior	3	4,9
Ensino superior incompleto	0	0,0	Ensino superior incompleto	7	11,5
Pós-graduação	0	0,0	Pós-graduação	1	1,6
Não se aplica	4	6,6	Não se aplica	1	1,6
SITUAÇÃO DE TRABALHO					
Pai	Nº	%	Mãe	Nº	%
Trabalho formal	23	37,7	Trabalho formal	23	37,7
Trabalho informal	11	18,0	Trabalho informal	11	18,0
Desempregado ou não trabalha	5	8,2	Desempregado ou não trabalha	10	16,4
Não se aplica	22	36,1	Não se aplica	17	27,9
RENDA FAMILIAR				Nº	%
Até 1 SM				8	13,2
Acima de 1 a 2 SM				20	32,7
Acima de 2 a 3 SM				17	27,9
Acima de 3 a 4 SM				8	13,2
Acima de 4 a 5 SM				2	3,3
Acima de 5 a 6 SM				2	3,3
Acima de 6 a 7 SM				1	1,6
Acima de 7 a 8 SM				0	0,0
Acima de 8 a 9 SM				1	1,6
Acima de 9 a 10 SM				1	1,6
Acima de 10 SM				1	1,6
NÚMERO DE DEPENDENTES				Nº	%
1				2	3,3
2				10	16,4
3				13	21,3
4				21	34,5
5				11	18,0
6				2	3,3
7				1	1,6
8				1	1,6

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à situação de trabalho dos pais, considerou-se como trabalho formal, aquele que é exercido com carteira assinada, de acordo com a legislação trabalhista vigente. O trabalho informal é o tipo de trabalho desvinculado a qualquer empresa, ou seja, é o trabalho indireto onde não há vínculo empregatício por meio de documentação legalizada.

Observa-se que a maioria dos pais possui um trabalho considerado formal (76% - sendo 38% dos pais e 38% das mães).

Considera-se importante destacar que na questão sobre a situação de trabalho dos pais, um número relativamente alto de estudantes escolheu a resposta do questionário “não se aplica” (36,1% dos pais e 27,9% das mães). Ao analisar estas respostas juntamente com as demais, verificou-se que os motivos poderiam ser aposentadoria, separação conjugal ou morte.

Analisando a renda familiar dos estudantes beneficiários do Programa, constatou-se que 61% das famílias tinham renda entre 1 e 3 salários mínimos, oscilando entre a categoria de menos de um salário mínimo (13%), ou seja, menos de R\$ 622,00 e dez salários mínimos ou mais (2%). Isto mostra a disparidade de renda encontrada. A renda *per capita* média era de aproximadamente R\$ 622,00 (um salário mínimo), considerando-se que 89% tinham de 2 a 5 dependentes, ou seja, pessoas morando no mesmo domicílio que eram dependentes da mesma renda familiar.

As diretrizes do PNAES, determinam que o apoio deve ser destinado aos estudantes com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, que seria, em valores do ano de 2012, correspondente a R\$ 933,00. Observou-se, então, que a população atendida pela UFV estava dentro da faixa de renda estabelecida.

Um estudo realizado nos anos de 2004 e 2009 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre a pobreza no Brasil revelou que uma parcela da população, 58%, vivia com menos do que um salário mínimo per capita. Em 2009, havia no Brasil cerca de 9 milhões de extremamente pobres ou 4,7% da população e os pobres chegavam a quase 18 milhões, 9,4% dos brasileiros. Portanto, aproximadamente 27 milhões de brasileiros, 14% da população, viviam com menos de R\$ 134,00 por mês²² (OSÓRIO *et al.*, 2011).

Os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social. Essas condições de desigualdade social elevam a

²² No estudo em questão foi considerado o salário mínimo R\$ 465,00, vigente em 2009.

probabilidade da menor inserção ao ensino superior daqueles jovens oriundos de famílias em estado de pobreza.

Outro dado importante diz respeito à estrutura familiar, considerando o número de famílias cuja situação conjugal dos pais referia-se a “separados” ou “divorciados”, representando 26%. Considerou-se um número expressivo, tendo em vista que esta situação pode acentuar as dificuldades financeiras, além de trazer outros prejuízos para a família.

4.3. Percepção dos Estudantes quanto aos Critérios Adotados pelo Programa de Assistência Estudantil

Na verificação das percepções dos estudantes quanto ao significado do termo vulnerabilidade social, que constitui um dos objetivos do trabalho em questão, observou-se que 5% dos estudantes não souberam defini-la. Os demais participantes se dividiram entre 64% que ligaram o termo à falta de recursos financeiros ou à pobreza e 28% que incluíram, além desses, outros fatores, conforme relato de uma estudante:

Não sei qual é a definição deste termo, mas entendo como um indivíduo ou grupo de indivíduos que possui um renda muito baixa, o que pode ser medido pelo salário que recebe e quantos na família são dependentes deste, bens que possui e o quanto gasta (aluguel, remédios...) e o quanto estes fatores influenciam na educação, saúde, convívio social dos indivíduos (Part. n. 40, CCE, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Os estudantes que definiram vulnerabilidade social como falta de recursos financeiros, citaram, por exemplo, que “Vulnerabilidade social seria uma condição na qual a renda mensal de uma família não permite que, por exemplo, um filho vá morar em outra cidade para poder estudar” (Part. n. 21, CCE, sexo masculino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Um estudante, participante da pesquisa, declarou que considera sua família vulnerável por problemas relacionados a desemprego: “pela idade do pai ser avançada e ficar em media mais de 8 meses desempregado por ano” (Part. n. 26, CCH, na faixa etária de 18 a 24 anos). Outro estudante relatou a necessidade de ajuda de terceiros: “a maior parte do dinheiro que recebo não vem dos meus pais e sim de uma mesada que é depositada por 5 diferentes pessoas da minha família. Cada um deposita um pouco” (Part. n. 03, CCA, na faixa etária de 18 a 24 anos).

A percepção sobre vulnerabilidade remeteu-se à pobreza, seja pela baixa renda ou desemprego, que refletem na incapacidade de atender as necessidades básicas. Os

estudantes que ligaram o termo a outros fatores, incluindo os fatores sociais, emocionais, culturais, e relacionados à saúde, moradia, alimentação e educação. Como exemplo, transcreve-se as respostas:

Representam situações em que por motivos de renda, escolaridade, cultura dentre outros, as pessoas encontram maiores dificuldades em alcançar direitos e oportunidades dispostas na sociedade (Part. n. 13, CCH, sexo masculino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Estar em situações de risco, como a pobreza, ser de famílias desestruturadas, casos de doença na família. Ou seja vulnerabilidade social para mim, é estar a margem de situações de risco, perante a sociedade (Part. n. 15, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Acredito que leva em conta aspectos tanto econômicos quanto sociais. Baixa renda do grupo familiar, desemprego, caso de doença na família (dependência química, doenças crônicas degenerativas, transtornos mentais etc), aluguel, outros dependentes menores de idade no grupo familiar, entre outros. Acredito que nas situações em que o emprego do recurso familiar para a manutenção dos estudos interferir na renda e na manutenção do próprio grupo familiar, configura vulnerabilidade social (Part. n. 33, CCB, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Assim, o termo vulnerabilidade foi relacionado à exposição aos riscos, sejam econômicos e sociais, que limitam o alcance de direitos e oportunidades sociais. De acordo com Birkmann (2005, *apud* DE LEÓN, 2006), a vulnerabilidade está associada aos riscos, incorporando elementos de exposição e capacidade de enfrentamento. As vulnerabilidades, sejam econômicas, sociais e ambientais, sintetizam a idéia de uma maior exposição e sensibilidade de indivíduos ou grupos a certos riscos, bem como a capacidade de lidar com eles ou enfrentamento, que deve ser aprimorada, por meio do sistema de intervenção, que busque a redução da vulnerabilidade e, portanto, dos riscos.

Quando perguntado se os estudantes consideram a sua família vulnerável e em que aspectos, 15% responderam que não, em contrapartida, 85% consideravam suas famílias vulneráveis, sendo que a maioria, 64%, citaram os aspectos financeiros, de acordo com o relato de uma estudante:

(...) minha família é vulnerável, meus pais são trabalhadores rurais, logo não têm renda fixa, o sítio em que moram e trabalham é arrendado, tenho dois irmãos de 17 e 11 anos que estudam em escola pública, assim como eu sempre estudei. Durante o terceiro ano do ensino médio e fiz um curso pré-vestibular porque consegui bolsa integral, o que foi determinante para que eu fosse aprovada no vestibular, mas eu tinha a certeza de que só poderia vir para Viçosa estudar se conseguisse as bolsas moradia e alimentação (Part. n. 40, CCE, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Associaram também a vulnerabilidade à situação da moradia (21%), relatando o fato de não possuírem casa própria; terem dificuldade em arcar com as despesas de

aluguel, pela separação dos pais, tendo que morar com avós. Citaram também o fato de morarem em local distante de recursos e serviços: “... minha família é constituída por lavradores e de certo modo carece de recursos e serviços pelo fato de morar bem distante da cidade” (*Part. n. 22, CCH, sexo masculino, na faixa etária de 18 a 24 anos*).

Outros aspectos foram citados pelos participantes, dentre eles, o relacionado a problemas de saúde (8%), como por exemplo, um estudante citou “quadro de doenças na família (dependência química e hipertensão arterial); desemprego; baixa renda e menores dependentes” (*Part. n. 33, CCB, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

A educação foi outro aspecto, citado por 7% dos estudantes. De acordo com os relatos, o grau de escolaridade influenciava no tipo de emprego que os pais possuíam e na renda. Uma participante declarou que: “meus pais não possuem trabalho registrado nem salários decentes, acredito que seja resultado do pouco estudo deles. Sendo assim, os bicos de pedreiro que meu pai faz, geralmente só suprem as necessidades básicas da família sendo impossível me manter fora” (*Part. n. 37, CCB, na faixa etária de 18 a 24 anos*).

A questão da separação dos pais, citada por 5% dos entrevistados, geralmente implicava em dificuldades financeiras, levando a um dos membros, na maioria das vezes a mãe, a exercer alguma atividade remunerada para suprir as despesas da família. Como exemplo, cita-se a declaração de uma estudante: “minha mãe é divorciada e cuidou de duas filhas sozinha, atuando como cabeleireira. Meu pai é alcoólatra” (*Part. n. 34, CCE, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Assim, a vulnerabilidade foi associada principalmente à questão financeira, tanto em termos de escassez quanto de instabilidade. A insuficiência de renda impõe sacrifícios e renúncias para toda a família, sendo que à medida que a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de socialização e de amparo aos seus membros, criam-se situações de vulnerabilidade.

Como visto anteriormente, o termo vulnerabilidade social comumente está relacionado à pobreza. De acordo com Carneiro (2005), as abordagens sobre pobreza partem de distintas formas para a mensuração e alternativas de intervenção, bem como da focalização, para identificar indivíduos e famílias, com implicações nas políticas públicas. As concepções de pobreza se fundamentam em fatores tais como: insuficiência de recursos financeiros, necessidades básicas insatisfeitas, desqualificação social, vulnerabilidade e riscos.

Com relação aos riscos, foi perguntado aos estudantes se sua família já esteve em situação de risco ambiental, social ou econômico e quais foram as dificuldades encontradas e as estratégias de enfrentamento utilizadas. Dos participantes da pesquisa, 36% relataram que suas famílias nunca estiveram em situação de risco. O risco econômico ou financeiro foi percebido como mais relevante por 51% dos estudantes, relacionado ao desemprego dos pais, do próprio estudante ou de outro membro da família:

Desde que passei no vestibular e deixei o emprego que sustentava a minha família, eles viveram durante 3 anos (mãe e avós) com apenas as aposentadorias dos meus avós (2 salários mínimos no total). Por inúmeras vezes eu tive que trabalhar, mesmo fazendo um curso integral, para mandar dinheiro para minha família a fim de cobrir despesas básicas como contas de água e luz ou mesmo alimentação (Part. n. 02, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 31 a 40 anos).

Neste depoimento, o próprio estudante era o provedor da família e, sua escolha em realizar um curso superior, implicou em sacrifícios para todos. Em tempos difíceis, a família pode atuar como importante rede de suporte, pois as relações familiares e as estratégias das quais as famílias lançam mão em momentos de crise ou mudança, como no caso do desemprego ou separação dos pais, por exemplo, constituem recursos centrais para a redução da vulnerabilidade. Essa prática de reciprocidade foi citada pelos participantes da pesquisa, principalmente nos casos de separação dos pais, de acordo com os seguintes depoimentos:

As dificuldades encontradas, com a separação dos pais, foram que minha mãe saiu de nossa casa, e foi com seus três filhos para casa de minha tia, então minha tia arrumou um barracão para ficarmos, com péssimas condições de moradia. Depois disso, minha mãe ficou desempregada e passamos a vida por doações de amigos e familiares, para nos sustentar. As estratégias utilizadas foram minha mãe conseguir na justiça o direito da pensão alimentícia e termos uma casa. Outra estratégia foi minha mãe estudar e trabalhar para nos sustentar (Part. n. 15, CCB, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Minha mãe ao se separar teve que ir morar com minha avó, já que meu pai nunca arcou com nenhuma despesa dos 3 filhos (Part. n. 19, CCB, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Dessa forma, as relações familiares constituem um importante ativo e diz respeito à composição, estrutura e coesão dos laços familiares e são caracterizadas como estratégias para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade. Destaca-se, nesta questão, a importância do papel da família como provedora ou como suporte financeiro para seus membros. Os estudos sobre economia familiar demonstram que um dos seus

objetivos é o desenvolvimento de um nível de vida aceitável, provisão de renda ou recursos, que protejam esse nível ao longo da vida da família, o que exige fazerem escolhas entre os fins alternativos e os meios disponíveis, priorizando as necessidades. Além disso, “a família provê o ambiente no qual os recursos são criados, transformados, alocados e trocados para satisfazer as necessidades dos indivíduos” (TEIXEIRA, 2005 p. 51).

Outros riscos citados pelos participantes da pesquisa foram os riscos ambientais, relacionados à falta de água e enchentes, por 8% dos estudantes, e sociais, tais como, condições de moradia, problemas de saúde e alcoolismo e outros, citados por 25%. Como exemplo destaca-se:

Já estivemos em risco social e ainda estamos, quanto a questões de saúde, pois muitas vezes foi necessário uma longa espera para ter acesso a recursos oferecidos pelo SUS, além das dificuldades enfrentadas para que pudéssemos ter acesso a escola, como falta de transporte escolar na época das chuvas. Economicamente, há sempre muita dificuldade em organizar o orçamento, nunca nos faltou nada do que é considerado básico, mesmo porque muitos alimentos são colhidos lá no sítio mesmo, mas sempre estivemos apertados e meus pais nunca chegaram a ter grandes dívidas, sempre tomaram muito cuidado com isto (Part. 40, CCE, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

A superação da pobreza pode ser possível, com o fortalecimento de capacidades, mobilização e potencialização de ativos, que favoreçam a diminuição de riscos sociais e, portanto, a vulnerabilidade. Estas estratégias permitem evidenciar a repercussão de pequenas ações que produzem mudanças significativas na vida das pessoas. Assim, como destaca Carneiro (2005), o enfoque da vulnerabilidade e riscos contribui para o entendimento da pobreza, orientando para os processos, examinando as estratégias que as famílias utilizam para lidar com os eventos e a queda do bem-estar. Permite, no campo das políticas públicas, direcionarem estratégias que devem ser desenvolvidas para o enfrentamento de riscos específicos.

Nessa perspectiva, a vulnerabilidade situa-se “a partir da dimensão de exposição ao risco e da capacidade de resposta, material e simbólica, que indivíduos, famílias e comunidades conseguem fornecer para fazer frente ao risco ou ao choque”. “O conceito de risco refere-se a eventos que podem prejudicar o bem estar das pessoas, que são incertos quanto à magnitude dos danos que podem causar” (CARNEIRO, 2005, p. 97). Todas as pessoas estão sujeitas a riscos diversos, sejam esses naturais ou provocados pelos seres humanos, sendo que indivíduos e grupos se posicionam diferentemente quanto à capacidade de resposta aos riscos e às mudanças do entorno.

A capacidade de resposta aos riscos das unidades familiares, sejam econômicos, sociais e ambientais, é pouco avaliada pelo programa de Assistência Estudantil da UFV, principalmente pela escassez de recursos humanos.

5. CONCLUSÕES

Os critérios utilizados para avaliação e caracterização da situação de vulnerabilidade social dos estudantes do Programa de Assistência Estudantil da UFV estão coerentes com o arcabouço teórico aqui apresentado, apesar de se concentrar na questão econômica e social, tendo como indicadores a renda, a posse de bens, o trabalho, a saúde e a estrutura familiar. A metodologia tem como critério objetivo a renda das famílias e subjetivos as informações sobre a estrutura e as condições de vida das famílias (moradia, profissão, trabalho, renda, número de dependentes, problemas de saúde etc.), buscando-se o conhecimento de suas realidades e das situações que levam à vulnerabilidade social.

O Programa de Assistência Estudantil representa, assim, uma forma de intervenção para redução de riscos e vulnerabilidades. Ou seja, tomando-se por base a situação dos estudantes em vulnerabilidade social, que não teriam condições de prosseguir com os estudos sem a assistência estudantil, a intervenção propicia o acesso e a permanência desses estudantes em um curso superior, os quais terão oportunidades, em um breve futuro, de ingressar em condições mais favoráveis no mercado de trabalho, melhorando, em consequência, a sua qualidade de vida e de suas famílias.

Na percepção dos estudantes, a vulnerabilidade social está diretamente relacionada à falta de recursos financeiros e apenas uma minoria incluiu outros fatores, além desses. Avaliaram suas famílias como vulneráveis, nos aspectos econômicos, nas condições de moradia, de saúde, de educação, de separação dos pais, de alimentação, de segurança e equidade social e cultural. Sendo assim, perceberam suas famílias como estando, no presente ou no passado, em situação de risco, principalmente econômico, relacionado ao estado de desemprego, dívidas, empréstimos e separação dos pais com perdas financeiras.

Esta situação de vulnerabilidade dos beneficiários e suas respectivas famílias, conferem com os dados nacionais que, em síntese, é formada por: estudantes de famílias de baixa condição socioeconômica, em sua maioria chefiadas por mulheres, geralmente sozinhas ou divorciadas ou separadas, cuja principal questão formulada é o não

pagamento das pensões alimentícias para os filhos, sendo que muitas têm suas experiências de trabalho resumidas aos serviços domésticos e ao mercado de trabalho informal; estudantes cujos pais ficaram desempregados e que, em função da faixa etária, escolaridade e ou baixa qualificação profissional, não conseguem retornar ao mercado de trabalho; familiares dos estudantes com problemas de saúde (alcoólatras, usuários de drogas ilícitas, doentes crônicos e mentais), que acabam por interferir na trajetória social dos demais membros da família; estudantes trabalhadores ou que estavam trabalhando e deixaram o emprego para continuar os estudos e se mantêm na instituição durante um período letivo, com o seguro desemprego ou com algumas economias, quando passam a depender única e exclusivamente da assistência estudantil, para continuarem estudando, pois não podem contar com nenhum tipo de ajuda dos pais.

Diante do exposto, conclui-se que, em nosso país, a continuidade dos estudos em nível superior, é ainda limitada para a maior parte dos indivíduos das classes populares, mesmo quando se trata de ingressar em uma instituição pública, em função, preferencialmente, dos riscos econômicos aos quais são expostas as unidades familiares. As variáveis socioeconômicas incidem não apenas sobre o ingresso, mas também sobre a probabilidade de abandono dos cursos ou de evasão. Mas este contexto pode ser alterado com a combinação de medidas de oportunidades de acesso e permanência no ensino superior, que sejam combinadas com programas de apoio aos estudantes, caracterizados como assistência estudantil.

Porém, as universidades públicas ainda encontram sérias restrições, principalmente orçamentárias, para fazer cumprir seu papel socializador. Os programas oferecidos são, em geral, insuficientes, restritos à oferta de alimentação subsidiada e a poucas vagas em moradias estudantis em vista de uma demanda sempre crescente.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M. et. al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002. 192 p.

ADORNO, R. C. F. **Os jovens e sua vulnerabilidade social**. 1ª ed. – São Paulo : AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília. 2010. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 02/08/2012.

BRAUCH, H. G. **Threats, Challenges, Vulnerabilities and Risks in Environmental and Human Security**. Germany: Publication Series of UNU-EHS. n. 1, 2005.

CARNEIRO, C. B. L. **Programas de proteção social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção**. 334 f. Dissertação (Doutorado em Ciências Humanas) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

CASTEL, R. **Metamorfoses da Questão Social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CUNHA, J. M. P. et al. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**. Caxambu/MG, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_49.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2012.

DE LEÓN, J. C. V. **Vulnerability – a Conceptual and Methodological Review**. Germany: Publication Series of UNU-EHS. n. 4, 2006.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **I Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior**. 2004. Disponível em: <<http://www.unb.br/portal/administracao/decanatos/dac/fonaprace/Perfil.html>> Acesso em: 28 nov. 2012.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **II Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior**. 2010. Disponível em: <http://www.unb.br/portal/administracao/decanatos/dac/fonaprace/perfil/2004/IFES/fonaprace_com_linhas.pdf>, Acesso em: 28 out. 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: famílias e domicílios - resultados da amostra**. Brasília, 2012. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=2240. Acesso em 12/12/2012.

LEAL, G. F. A noção de exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática. In: **XIV Encontro de Estudos Populacionais**. Caxambu-MG, 2004.

MARTINS, J. S. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

NATHAN, F. Natural Disasters, Vulnerability and Human Security. In: BRAUCH, H. G. et al. (Ed.) **Facing Global Environmental Change: Environmental, Human, Energy, Food, Health and Water Security Concepts**. Berlin: UNU – EHS, 2007.

SOARES, H. Cidadania como um Conceito de Totalidade. Disponível em: <[HTTP://www.angelfire.com/sk/holgonsi/cidadania.html](http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/cidadania.html)>. Acesso em 12 jan. 2013.

TEIXEIRA, K. M. D. **A Administração de Recursos na Família: Quem? Como? Por quê? Para quê?** Viçosa: Ed. UFV, 2005 94p.

UFV. Universidade Federal de Viçosa. **Relatórios Anuais**. Viçosa, MG: 2007 a 2011.

WARNER, k. **Perspectives on Social Vulnerability**. Germany: Publication Series of UNU-EHS. n. 6, 2007.

CAPÍTULO 3 – ARTIGO ORIGINAL

O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA/MG: CARACTERÍSTICAS E REPERCUSSÕES NOS INDICADORES ACADÊMICOS E NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA/MG: CARACTERÍSTICAS E REPERCUSSÕES NOS INDICADORES ACADÊMICOS E NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS.

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo avaliar o Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa, *campus* de Viçosa, MG, enquanto processo, examinando suas repercussões nos indicadores acadêmicos, bem como a percepção dos beneficiários sobre as ações da assistência e seus reflexos em suas condições de vida. O estudo de natureza quanti-qualitativa fez uso de pesquisa bibliográfica e de aplicação de questionários. Os resultados mostraram que estudantes em vulnerabilidade social estão tendo oportunidades de ter acesso e realizarem um curso superior, obtendo qualificação e aprimoramento do capital humano. A percepção dos estudantes acerca do Programa, de modo geral, revelou-se positiva quanto a interferência dos benefícios concedidos na vida familiar e em seus projetos de vida. Conclui-se que o Programa pode ser avaliado como eficaz, em função do alcance dos seus objetivos, tanto em termos do desempenho acadêmico, quanto de oportunidades sociais.

Palavras-Chave: Avaliação de programas sociais, assistência estudantil, características, repercussões.

ABSTRACT

The present research aimed to evaluate the Student Assistance Program, Federal University of Viçosa, Viçosa campus, MG, as a process, examining its impact on academic indicators, as well as the perception of the beneficiaries about the actions of assistance and its effects on their life conditions. A quantitative–qualitative research made use of literature and questionnaires. The results showed that students in social vulnerability are having opportunities to access and undertake a degree course, obtaining qualifications and enhancement of human capital. The students' perceptions about the Program, generally, was positive about the benefits of interference in family life and their life projects. We conclude that the Program can be evaluated as effective, as a function of the scope of its objectives, both in terms of academic performance, as social opportunities.

Keywords: Evaluation of social programs, student assistance, character, repercussions.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a avaliação de políticas e programas sociais assumiu grande relevância para as funções de planejamento e gestão governamental. O interesse pela avaliação foi seguido pela adoção dos princípios da gestão pública empreendedora e por transformações das relações entre Estado e sociedade.

A avaliação pode subsidiar o planejamento e a formulação das intervenções governamentais, o acompanhamento de sua implantação e ajustes, assim como as decisões sobre a manutenção ou interrupção das ações. É um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão, do controle sobre a efetividade da ação e divulgação de resultados. A decisão de aplicar recursos públicos em uma ação pressupõe a atribuição de valor e legitimidade aos seus objetivos e a avaliação deve verificar o cumprimento das metas estabelecidas.

Segundo Gomes (2001, *apud* SILVA, 2001), a avaliação de políticas sociais no Brasil tem uma dimensão política que deve ser resgatada no sentido de contribuir para a efetivação e universalização dos direitos de cidadania. Nesse sentido, a avaliação não pode ser entendida apenas como mecanismo de tomada de decisão técnica, no âmbito das instituições, mas também como geradora de informações para instrumentalizar as conquistas das lutas sociais. Para tanto, deve-se enfatizar o envolvimento da população beneficiária dos programas sociais nos estudos avaliativos e a publicação dos resultados dessas avaliações. Portanto, deve ir além dos limites dos objetivos e metas do programa avaliado, compreendendo os elementos estruturais e conjunturais e incorporando as variáveis contextuais que interagem com o programa. Ou seja, a avaliação deve voltar-se para a captação das mudanças nas condições de vida de um determinado grupo ou população, superando a concepção da avaliação como simples medida de desvio entre o esperado e o realizado no campo das políticas sociais.

Existem diferentes maneiras de se realizar uma avaliação. Uma delas é a avaliação de processos, promovida durante o período de implantação das políticas e programas governamentais, com foco na análise de sua eficiência e eficácia. Segundo Silva (2001), a eficácia é o grau em que os objetivos e metas foram alcançados na população beneficiária, em um determinado período de tempo; enquanto que a eficiência é a relação entre os custos e benefícios e/ou custo/resultado de determinado programa.

A avaliação de processos, baseada na verificação da eficácia de um programa ou projeto, busca determinar a compatibilidade com os fins perseguidos. É realizada durante a execução, procurando detectar dificuldades na programação, administração, controle etc., para serem corrigidas oportunamente, diminuindo os custos derivados da ineficiência. Pode, também, analisar a relação custo-benefício, aferindo o grau de otimização dos recursos disponíveis, tanto econômicos quanto políticos. Portanto, afeta a organização e as operações, mas não consiste de um balanço final e sim de avaliação periódica para medir a eficiência da operacionalização (COHEN e FRANCO, 2011).

Em relação aos programas de assistência estudantil, inexistem estudos avaliativos sobre seu processo. Além disso, é cada vez mais intensa a demanda por benefícios por estudantes universitários, em face à situação de vulnerabilidade vivenciada por um número significativo de famílias brasileiras. A pesquisa realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) sobre o perfil socioeconômico dos estudantes do ensino superior das IFES mostra que 445 são de famílias com renda de até 3,0 salários mínimos (NASCIMENTO, 2011).

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho foi avaliar o Programa de Assistência Estudantil²³ da Universidade Federal de Viçosa, UFV, *campus* de Viçosa, MG, enquanto processo, examinando suas repercussões nos indicadores acadêmicos, bem como a percepção dos beneficiários sobre as ações da assistência e seus reflexos em suas condições de vida.

Os indicadores acadêmicos pesquisados foram o coeficiente de rendimento acadêmico e os índices de retenção e evasão. A percepção dos estudantes foi analisada por meio de questões sobre: a importância da assistência estudantil, de modo geral, para os estudantes; a influência da assistência estudantil na continuidade dos estudos e como uma oportunidade de adquirirem conhecimento e capacitação, com abordagem na questão do investimento em capital humano e, finalmente, a interferência dos auxílios em suas vidas.

²³ Denomina-se Programa de Assistência Estudantil, o conjunto das ações realizadas nas áreas de saúde, alimentação, moradia, esporte e lazer. De acordo com Ala-Harja e Helgason* Programa é um conjunto de atividades organizadas para serem realizadas dentro de cronograma e orçamento específicos disponíveis para a implementação de políticas, ou para a criação de condições que permitam o alcance de metas políticas desejáveis.

* Em Direção às Melhores Práticas de Avaliação. Brasília, Revista do Serviço Público, ano 51, n. 4, out./dez., 2000.

Pressupõe-se que os resultados da pesquisa poderiam subsidiar as decisões cotidianas e operativas do programa, bem como o desempenho das ações, alcance dos objetivos propostos e magnitude das mudanças.

Nesse contexto, as principais abordagens se pautaram nas questões relacionadas à avaliação de programas e sociais e ao investimento em capital humano, para subsidiar a discussão dos resultados.

2. METODOLOGIA

O estudo de caso da pesquisa em questão, classificada como descritiva e exploratória, com enfoque metodológico qualitativo e quantitativo, foi conduzida na Universidade Federal de Viçosa, *campus* de Viçosa – Minas Gerais – Brasil, pelo fato dessa universidade contar com ações de apoio, caracterizadas como assistência estudantil desde sua origem, em 1926. A unidade empírica de análise deste estudo foi o Programa de Assistência Estudantil da UFV, *campus* de Viçosa-MG. A amostra estudada, retirada dentre a população assistida pelo Programa, foi composta pelos estudantes em vulnerabilidade social que recebiam os benefícios moradia, alimentação, manutenção e creche/pré-escola e que estavam no último ano da graduação, para conclusão de seus cursos, ou seja, os formandos do ano de 2012.

A coleta de dados foi realizada, inicialmente, por meio de pesquisa documental sobre as ações desenvolvidas pela UFV, na área de assistência estudantil, em linhas gerais e sobre os indicadores acadêmicos, tais como, coeficiente o rendimento dos estudantes e índices de retenção e evasão. Verificou-se o número de evasões por ano e nos últimos cinco anos, para se analisar a evolução deste processo entre beneficiários e demais estudantes, estabelecendo-se um comparativo. Da mesma forma, as retenções dos estudantes foram verificadas por meio das variáveis: número de estudantes beneficiados com “Bolsas” e “Serviços” da assistência estudantil e o período de tempo em que estão na UFV, no *campus* de Viçosa-MG.

A aplicação dos questionários objetivou a coleta de dados sobre a percepção dos estudantes em relação ao programa. Foram aplicados 61 questionários, equivalentes a 16,8% da população total, que continham as seguintes variáveis: quais os tipos de benefícios o estudante recebia da UFV; como estes benefícios contribuíram para sua manutenção na universidade; quais auxílios estes benefícios trouxeram para suas famílias; como seria sua situação sem o recebimento destes benefícios. Foram

verificadas também, por meio dos questionários, as percepções dos estudantes com relação à assistência estudantil e sua interferência na vida acadêmica e em suas condições de vida.

A análise dos dados quantitativos foi realizada por meio da estatística descritiva, utilizando-se média, frequência, porcentagem e análises tabulares e gráficas. Os dados qualitativos foram analisados pela interpretação do conteúdo das mensagens escritas, primeiramente com uma leitura flutuante e exploratória de todas as respostas e, posteriormente, pela análise de cada uma das respostas, inferindo as ideias registradas. Após esta etapa, passou-se à apuração dos dados, à análise e interpretação geral.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1. Avaliação de Programas e Projetos Sociais

A avaliação trata-se do exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em funcionamento, que contemple o seu desempenho, implantação e resultados, com vistas à determinação de sua eficiência, efetividade, impacto²⁴, sustentabilidade e a relevância de seus objetivos. A avaliação serve como guia para os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa. (COSTA E CASTANHAR, 2003).

Franco (1971, *apud* COHEN E FRANCO, 2011, p. 73) define avaliação como sendo a fixação do valor de uma coisa e que, para ser feita, requer um procedimento mediante o qual se compara aquilo que será avaliado com um critério ou padrão determinado. Cohen e Franco (2011) destacam que a avaliação é uma atividade que tem por objetivo maximizar a eficácia dos programas na obtenção dos seus fins e a eficiência na alocação de recursos para a consecução dos mesmos. E que existem diferentes tipos de avaliação, derivados tanto do objeto a ser avaliado quanto da formação acadêmica daqueles que a realizam. Entretanto, é recorrente, por um lado,

²⁴ Eficácia – é a relação entre alcance de metas e tempo ou, em outras palavras, é grau em que se alcançam os objetivos e metas do programa, em um determinado período de tempo, sem considerar os custos implicados. Eficiência – é a relação entre custo e benefícios. Efetividade – É a relação entre os resultados e o objetivo. É a medida do impacto ou do grau de alcance dos objetivos. Impacto – é o resultado do programa que pode ser atribuído exclusivamente às suas ações, após a eliminação dos efeitos externos (COHEN E FRANCO, 2011).

comparar um padrão almejado com a realidade e, por outro, a preocupação em alcançar eficazmente os objetivos propostos.

Os referidos autores trazem outras definições de avaliação, como sendo aquele ramo da ciência que se ocupa da análise da eficiência (MUSTO, 1975, *apud* COHEN e FRANCO, 2011). Ou que a avaliação mede até que ponto um programa alcança certos objetivos (BANNERS, *et al.*, 1975, *apud* COHEN e FRANCO, 2011). Apresentam ainda, que a avaliação não deve ser concebida como atividade isolada e auto-suficiente, mas que faz parte de um planejamento, gerando retroalimentação, permitindo análise dos resultados obtidos e criando a possibilidade de retificar as ações e reorientá-las em direção ao fim postulado. Enfatizam a objetividade, a informação suficiente e a utilização de métodos rigorosos para se chegar a resultados válidos e confiáveis.

Dado que a maioria dos projetos sociais tem como objetivo prestar serviços a um determinado grupo, um conceito essencial para determinar seu alcance é a cobertura. Os serviços são prestados para satisfazer as necessidades do grupo, as quais não devem ser confundidas com a demanda efetiva ou essencial por tal serviço. A demanda efetiva expressa a existência de capacidade de pagamento para satisfazer as necessidades por meio do mercado. No caso dos serviços sociais, a demanda efetiva é representada pelas solicitações pelo serviço, pois não necessariamente têm um preço determinado pelo seu custo de produção. Assim, no caso dos programas sociais, as decisões costumam ser tomadas com as melhores intenções de atender as necessidades de uma determinada população, mas geralmente carecem de uma análise técnica das alternativas, que permita selecionar a mais eficaz para a consecução dos objetivos procurados e mais eficiente na utilização de recursos que serão destinados a tal programa (COHEN e FRANCO, 2011).

Conforme esses autores, a avaliação de programas e projetos sociais tem um papel importante na racionalização e é um elemento básico do planejamento. Para tanto, deve-se ter metodologias adequadas para a formulação e avaliação, já que, em situação de escassez de recursos e incremento das necessidades, será imprescindível a tarefa de comparar, escolher e descartar projetos alternativos, procurando aumentar a racionalidade das opções adotadas. Na percepção dos mesmos, existem tipos diferentes de avaliação, que variam em função do momento em que se realiza e os objetivos que persegue; em função de quem realiza a avaliação; em função da escala de projetos e em função dos destinatários da avaliação.

Em função do momento em que realiza e os objetivos que persegue, têm-se as avaliações que são denominadas pelos autores por *ex-ante* e *ex-post*. A primeira é realizada no início do projeto, antecipando fatores considerados no processo decisório e permite escolher a melhor opção dos programas e projetos nos quais se concretizam as políticas. Assim, a avaliação *ex-ante*, tem por finalidade proporcionar critérios racionais, para uma decisão qualitativa, que é se o projeto deve ou não ser implementado. São metodologias adequadas para este tipo de avaliação a análise custo-benefício e a análise custo-efetividade. A segunda ocorre quando o projeto já está em execução ou já está concluído e as decisões são adotadas mediante os resultados efetivamente alcançados. Não é possível que programas e projetos sociais sejam eficazes e eficientes se não forem avaliados os seus resultados, sendo fundamental para melhorar os modelos.

Nos projetos em execução, o qualitativo se relaciona com a decisão de continuar com o projeto ou não, com base nos resultados obtidos até o momento e se poderá manter a formulação original ou introduzir modificações na programação.

De acordo com os supracitados autores, as avaliações de processo buscam melhorar a eficiência operacional dos programas ou projetos, com o fim de realizar correções ou adequações para prosseguimento dos mesmos. Este tipo de avaliação afeta decisões cotidianas e operativas e os usuários da avaliação serão os próprios funcionários que administram o projeto ou programa.

Destacam quatro tipos de avaliação: externa, interna, mista e participativa, que podem ser diferenciadas segundo a participação ou não do avaliador na equipe executora do projeto ou combinando os dois tipos de pessoas ou, como no caso da participativa, envolvendo os beneficiários.

A avaliação externa é a realizada por pessoas alheias à organização agente, que supostamente têm maior experiência neste tipo de atividade e que poderão comparar os resultados obtidos com outros similares, que tenham tido oportunidade de conhecer, verificando eficácia e eficiência de diferentes soluções aos problemas enfrentados. A grande vantagem do avaliador externo seria o conhecimento da metodologia de avaliação. Por outro lado, não possui conhecimento substantivo da área em que o projeto foi desenvolvido. Segundo os autores, aqueles que fazem estas observações questionam se realmente existe um arsenal metodológico único, que seja aplicável a qualquer projeto e duvidam da objetividade da atuação do avaliador externo, que nem sempre será garantida. Argumentam que aqueles que contratam o avaliador podem ter

preconceitos em relação ao desempenho do projeto e interesses sobre sua eventual continuação, o que pode orientar a seleção da avaliação e influenciar opiniões (COHEN e FRANCO, 2011).

Por outro lado, os mesmos autores destacam que a avaliação interna é realizada dentro da organização gestora do projeto e tem como ponto positivo que elimina as fricções próprias da avaliação externa. Entretanto, aqueles que serão avaliados por pessoas externas normalmente se posicionam na defensiva, fornecem informações parciais e têm reações que podem tornar a avaliação traumática tanto para o avaliador quanto para os avaliados, contribuindo pouco ao conhecimento substantivo e ao melhoramento dos procedimentos da execução dos projetos. Um ponto negativo desta forma de avaliação seria com relação a menores garantias de objetividade. Seus membros teriam ideias preconcebidas a respeito do projeto tanto por interesses, já que foram eles que o formularam e/ou executaram e, por isso, não irão querer mostrar um possível fracasso, quanto por valor, no sentido de que se identificam com os objetivos e a forma de atingi-los, estando, portanto, menos capacitados para apreciar o projeto de forma independente e imparcial.

A avaliação mista combina os tipos de avaliação mencionados, onde os avaliadores externos realizam seu trabalho com a participação dos membros do projeto a ser avaliado. Desta forma, superam-se as dificuldades ao mesmo tempo em que se preservam as vantagens das respectivas avaliações. No caso da avaliação participativa a estratégia é diferente, pois a execução de projetos depende em grande parte da população afetada por ele. Objetiva minimizar a distância existente entre o avaliador e os beneficiários. É utilizada em pequenos projetos que procuram promover mudanças, criando condições para que seja gerada uma resposta endógena do grupo. No processo de um projeto social a estratégia participativa prevê a adesão da comunidade no planejamento, programação, execução, operação e avaliação do mesmo (COHEN e FRANCO, 2011).

O terceiro critério da avaliação de programas, que se relaciona com a escala dos projetos, corresponde à avaliação de projetos grandes e pequenos, considerando-se o número de pessoas afetadas e a magnitude de recursos de que necessitam. Existem algumas diferenças fundamentais que se referem à estratégia da avaliação, a lógica da avaliação, o roteiro da avaliação, as técnicas de análise, os resultados da avaliação e os avaliadores. A estratégia da avaliação possibilita examinar as diversas etapas para medir o alcance dos objetivos, podendo-se utilizar, em projetos pequenos, uma estratégia mais

qualitativa. A lógica da avaliação é dedutiva em projetos grandes, onde a verificação dos objetivos exige construção de variáveis, indicadores e índices, que determinem em que nível o projeto modificou em relação à realidade, enquanto que nos pequenos é indutiva, partindo da observação da realidade. O roteiro de avaliação segue os modelos próprios das ciências naturais: experimental, clássico e sua família, em projetos grandes, enquanto que nos pequenos parte-se da realidade global. As técnicas de análise, em projetos grandes, usualmente são quantitativas, podendo ser complementadas por outras do tipo qualitativo, o qual é predominante nos pequenos. Os resultados da avaliação são gerais, ou, ao contrário, considera-se uma perspectiva individual, como nos projetos pequenos. Com relação aos avaliadores, fazem parte de uma equipe que não pode estar em permanente contato com as pessoas envolvidas ou, como no caso dos projetos pequenos, estar no próprio projeto, com interação permanente e prolongada com o grupo (COHEN e FRANCO, 2011).

No quarto e último critério de avaliação, que é em função dos destinatários da avaliação, Espinoza (1983, *apud* COHEN e FRANCO, 2011) aponta três tipos de destinatários da organização-agente: os dirigentes superiores que definem as políticas e estabelecem as prioridades entre os projetos, segundo os objetivos da instituição e destinando-lhes recursos; os administradores, que distribuem os recursos para concretização dos objetivos propostos; e os técnicos que executam os projetos, traduzindo os modelos para a prática.

Desta forma, como destacam Cohen e Franco (2011), torna-se importante saber para quem se avalia ou qual o escalão dentro da estrutura de poder, mesmo quando em uma mesma avaliação forem considerados todos os níveis, pois a utilização dos resultados só pode ser seletiva. Consideram que tanto a seleção de alternativas para a ação quanto as modificações na implementação, supõem um processo de tomada de decisões, dentro da organização agente e no contexto maior do qual esta faz parte, sobre as políticas e programas de inclusão social.

Assim, torna-se necessário avaliar, verificando conformidades, valores, fazendo com que este processo seja um instrumento essencial para que as pessoas e a organização possam fazer escolhas conscientes a respeito dos esforços e investimentos alocados na intervenção. A avaliação periódica pode indicar continuidade dos cursos de ação anteriormente escolhidos, apontar direcionamento de rotas ou ainda um novo planejamento das ações.

A avaliação do Programa de Assistência Estudantil da UFV foi realizada com o intuito de verificar a abrangência das ações, com vistas à determinação de sua efetividade e a relevância de seus objetivos. Por se tratar de uma política de inclusão, a avaliação foi realizada focando-se principalmente os aspectos relacionados ao fato de proporcionar, aos estudantes de baixa condição sócio-econômica, o acesso e a permanência em um curso superior, visando obter uma capacitação que permita o ingresso no competitivo mercado de trabalho em melhores condições. Significa, então, verificar como os estudantes percebem a assistência estudantil nesse contexto e como a assistência estudantil pode ser um instrumento para o estudante investir em sua capacitação, entendido como investimento em capital humano, assunto que será tratado no item a seguir.

3.2. Capital Humano: Conceitos e Interfaces

Numa sociedade em que passam a figurar os desafios impostos pela globalização, onde a inovação é fator decisivo na competição global, o conhecimento passa a ser um dos recursos mais importantes. Isso exigiu, das empresas e das organizações em geral, maior investimento no conhecimento para terem maior mobilidade e flexibilidade e posicionamento estratégico.

Townley (2001, *apud* Zamberlan e Pozzobon, 2010) enfatiza que o conhecimento é um recurso imprescindível para exercer o poder e o seu exercício faz emergir novos conhecimentos, gerando acúmulo de informações. Com isso, pressupõe-se que uma nação somente será soberana quando for capaz de gerar e de construir conhecimento. Para se alcançar esse fim, se faz necessário que as instituições públicas de ensino sejam entidades de transformação social.

O conhecimento, então, passa a ser o recurso ou o capital que possibilita as organizações e as pessoas a se diferenciarem para melhor competirem e obterem uma posição. Como toda expansão de recurso necessita de investimento, investir em conhecimento significa investir nas pessoas (ZAMBERLAN E POZZOBON, 2010).

Nesse contexto, inserem-se as universidades, na construção do conhecimento, por meio da educação e na formação de capital humano, para melhor produzir, inovar e competir, em um mercado de consumo exigente.

Mas, a realidade brasileira revela que apenas 51,3% dos jovens, na faixa etária entre 18 e 24 anos, frequentam as universidades (IBGE, 2012). Dentre os diversos

motivos, destaca-se a dificuldade de acesso, devido à falta de recursos financeiros e à vulnerabilidade social.

Desta forma, evidencia-se a importância da adoção de políticas pautadas na garantia dos direitos sociais e de cidadania e de ações de apoio e assistência aos estudantes, com a finalidade de permitir que jovens capacitados possam desenvolver-se e ocupar papéis estratégicos na sociedade.

A teoria do capital humano surgiu no Brasil na década de 1960, pelas evidências empíricas, até então vigentes, de que somente o acúmulo de fatores de produção fosse o responsável por gerar crescimento econômico.

O economista Theodore Schultz, precursor dos estudos na área, verificou que países com taxas significativas de crescimento econômico apresentavam elevados índices educacionais. Nessa mesma linha de raciocínio, Schultz (1961) destacou que a qualificação e o aperfeiçoamento da população, advindos do investimento em educação, tendem a elevar a produtividade e renda dos trabalhadores e os lucros dos capitalistas, gerando um impacto na economia como um todo.

Por outro lado, Gary Becker iniciou um grande marco teórico sobre o capital humano na década de 1970, em virtude da preocupação cada vez maior com os problemas de crescimento econômico e melhor distribuição de renda. De acordo com Becker, o capital humano é um conjunto de capacidades produtivas que uma pessoa pode adquirir, pela acumulação de conhecimentos gerais ou específicos, que podem ser utilizados na produção de riqueza (BECKER, 1983). Desta forma, a decisão dos indivíduos de investir em educação é determinada, considerando-se seus custos e benefícios, como melhores ganhos monetários, maior nível cultural e melhores ocupações no mercado de trabalho. Considera que o nível de capital humano de uma população influencia o sistema econômico de diversas formas, com o aumento da produtividade, dos lucros, do fornecimento de maiores conhecimentos e habilidades, contribuindo com a sociedade, de forma individual e coletiva.

Diversos autores, apresentados por Viana e Lima (2012), tais como, Benhabib e Spiegel (1994), Souza (1999), Martin e Herranz (2004), dentre outros, que tratam da questão do capital humano, abordaram sobre a insuficiência dos fatores de produção (recursos naturais, capital e trabalho), para explicar o aumento da produtividade e o crescimento que ocorria em alguns países e regiões, bem como as desigualdades de renda; atribuindo-se, então, ao capital humano, a explicação de grande parte do crescimento econômico de longo prazo. Nesses estudos, o capital humano, medido pelo

nível de educação e conhecimento da população, passa a ser uma variável importante para o crescimento econômico, ao considerar que o aumento da produtividade está relacionado não somente à acumulação de capital físico, mas também de capital humano.

Ainda, segundo os autores, a educação, determinada pelo nível de qualificação, eleva a produtividade do capital humano e o nível de produtividade do capital físico, contribuindo para a redução das disparidades e fortalecimento das economias regionais, bem como, para a diminuição dos custos de produção, com retornos crescentes no processo produtivo.

Deste modo, percebe-se uma forte relação entre a produtividade física do capital e a educação, justificando-se o tratamento analítico da educação como capital, ou seja, capital humano, porque faz parte da pessoa que a recebe.

Santos (2010) destaca que a escolha ocupacional na esfera privada, familiar e individual é guiada pela avaliação dos retornos pecuniários; mas, uma característica da teoria do capital humano é que, mesmo sendo uma iniciativa individual, ainda concentra no poder público a centralidade do planejamento educacional, que tem a função de promover a formação de capacidade produtiva e adequação do sistema escolar às reais necessidades do mercado.

Assim, cada vez mais, percebe-se o estabelecimento de programas, projetos e cursos, como o aumento do número de programas de alfabetização, programas de aceleração para o ensino fundamental e médio e aumento do número de vagas nas universidades. O papel dos planejadores de políticas educacionais passa a ser o de estabelecer projetos de formação racional e tecnicamente eficientes de modo a atender às exigências do sistema produtivo, realizar análise das taxas de retorno e investigação da produtividade alcançada com os investimentos (BALASSIANA; SEABRA; LEMOS, 2004).

Um estudo realizado por Camargo e Almeida (1994), analisando a relação entre investimento em capital humano e pobreza, e por Soares e Gonzaga (1997), por meio do estudo sobre a influência da escolaridade na determinação dos salários da força de trabalho brasileira, reeditam a discussão da teoria do capital humano que atribui as diferenças salariais dos trabalhadores aos seus diferentes níveis de instrução.

Os autores testam um modelo que visa verificar a hipótese de segmentação do mercado de trabalho brasileiro, em que trabalhadores com idênticos níveis de qualificação recebiam salários diferentes. A conclusão do estudo aponta a não existência

de segmentação no mercado de trabalho brasileiro, o que, segundo os autores, faz crer que a educação é um elemento básico do salário e do acesso aos bons postos de trabalho no Brasil.

Pode-se dizer, então, que capital humano é constituído pelo conjunto de conhecimentos e pelas competências que a pessoa vai adquirindo ao longo da vida, quer na convivência familiar, na educação formal e outros meios que favoreçam a inserção qualificada do indivíduo no mercado de trabalho.

De acordo com Becker (1993), o investimento em capital humano deve partir da família, sendo esta o fundamento de uma boa sociedade e sucesso econômico. A família, em todos os tempos, se mostra de fundamental importância para a economia da sociedade. Para se compreender o capital humano é imprescindível voltar-se às famílias, pois são elas que cuidam de suas crianças e procuram com todos os recursos promover a educação e os valores que acreditam.

Sendo assim, considera-se que a participação do estado dando suporte às famílias pode vir de várias formas, uma delas é o investimento em educação de boa qualidade para todos, ampliando as possibilidades de acesso e de permanência.

Nessa perspectiva, as universidades públicas assumem um papel importante na sociedade, quando assumem políticas sociais pautadas na garantia dos direitos sociais e de cidadania. As políticas sociais representam a busca da superação da desigualdade, por intermédio da implantação de ações que não sejam residuais e que apresentem alternativas reais para impedir a reprodução de condições que a geram.

A constituição de políticas públicas, materializadas por meio de programas e projetos, tem por objetivo responder e modificar uma realidade social indesejada. O desafio é o alcance do resultado desejado e sua sustentabilidade, o que implica na utilização adequada dos recursos financeiros e o investimento no desenvolvimento das pessoas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Caracterização do Programa de Assistência Estudantil da UFV, Campus de Viçosa

As ações na área de assistência estudantil, retratadas neste estudo como Programa de Assistência Estudantil, são desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD), no *campus* de Viçosa, com a finalidade principal de promover do

bem-estar social da comunidade universitária e, especialmente aos estudantes, proporcionar a oportunidade de desenvolver e de participar de atividades esportivas, artísticas e culturais. Baseiam-se nas diretrizes estabelecidas no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto Lei Nº 7234, de 19 de julho de 2010, que tem como um de seus princípios norteadores que a assistência estudantil se efetivará por meio de ações vinculadas ao ensino, à pesquisa ou à extensão e serão destinadas aos estudantes matriculados em cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (BRASIL, 2010).

As ações estão concentradas nas áreas de saúde, alimentação, moradia, esporte e lazer. Aos estudantes de graduação, em situação de vulnerabilidade social, a UFV concede moradia em seus alojamentos, alimentação nos restaurantes universitários, assistência à saúde e orientação psicossocial. Neste estudo, a abordagem teve como foco principal a concessão destes benefícios a estes estudantes.

Em 2012, a UFV atendia a aproximadamente 15% dos estudantes de graduação matriculados na instituição, no *campus* de Viçosa, com os auxílios nas modalidades de “bolsas” e “serviços”²⁵: Serviço Moradia, Serviço Alimentação, Bolsa Moradia, Bolsa Manutenção e Bolsa Creche/Pré-Escola. Eram beneficiados 1.782 estudantes com Serviço Alimentação (alimentação gratuita nos Restaurantes Universitários); 1.389 estudantes com Serviço Moradia, ou seja, morando nos alojamentos da UFV; 133 estudantes com Bolsa Moradia, recebendo recursos para pagar aluguel na cidade; 385 estudantes com Bolsa Manutenção, contemplados com recurso financeiro para auxiliar na sua manutenção na universidade e 16 estudantes com Bolsa Creche/Pré-Escola, recebendo auxílio financeiro para pagamento de creche para seus filhos menores.

De acordo com os relatórios anuais da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (UFV, 2012), estão vinculados a esta Pró-Reitoria as seguintes divisões e serviços, no *campus* de Viçosa: Divisão de Alimentação, Divisão de Assistência Estudantil, Divisão de Esporte e Lazer, Divisão Psicossocial e Divisão de Saúde.

A Divisão de Alimentação administra os Restaurantes Universitários (RUs), responsáveis pelo fornecimento de refeições a preços subsidiados, que compreendem café da manhã, almoço e jantar, a todos os estudantes regularmente matriculados, além de coordenar pesquisas, estágios profissionalizantes e apoiar a realização de diversos eventos institucionais: congressos, semanas acadêmicas dentre outros. No ano de 2011,

²⁵ Os “serviços” consistem de concessões gratuitas de vaga para moradia nos alojamentos e de alimentação no Restaurante Universitário, sem a exigência de contrapartida e as “bolsas”, a concessão de recursos financeiros.

os RUs serviram um total de 1.525.465 refeições.

A Divisão de Assistência Estudantil (DAE) coordena e supervisiona as atividades relacionadas com a moradia estudantil, administrando a distribuição dos estudantes nas 1.389 vagas existentes, além de promover orientações de convivência comunitária e inclusão digital dos moradores de alojamento. Vinculado à DAE encontra-se o Serviço de Bolsa (SBO), que administra a concessão de “bolsas” e “serviços” aos estudantes e o Serviço de Alojamento, responsável pela manutenção dos alojamentos.

A assistência à saúde é prestada pela Divisão de Saúde (DSA), que tem por objetivo, prestar uma assistência à saúde de qualidade, nos aspectos curativos e preventivos, a toda a comunidade universitária (funcionários e estudantes). Em 2012, contava em seu quadro com 16 médicos de diferentes especialidades, 05 cirurgiões-dentistas, 05 fisioterapeutas e o serviço de atendimento nutricional, realizado por professores e estudantes do curso de Nutrição da UFV. Para subsidiar estes atendimentos, possui laboratório de análises clínicas, serviço de raios-x e o setor de enfermagem, equipado com eletrocardiógrafo e equipamentos para atendimentos de urgências e emergências. Estimou-se, em 2012, que menos de 20% dos estudantes de graduação da UFV, do *campus* de Viçosa, possuíam plano privado de saúde, dependendo, portanto, a grande maioria, de um serviço de saúde atuante, resolutivo e de qualidade.

A PCD dispõe também de orientação psicossocial à comunidade universitária, que é realizada pela Divisão Psicossocial (DVP), por meio de uma equipe multidisciplinar composta por profissionais da área de Psicologia e de Serviço Social.

A Divisão de Esporte e Lazer (DLZ) tem por finalidade promover o esporte e o desporto universitário na UFV, coordenando os eventos esportivos e projetos institucionais relacionados com atividades físicas, esportivas e de lazer destinados a toda comunidade universitária.

4.2. Perfil dos Beneficiários do Programa de Assistência Estudantil da UFV, Campus de Viçosa

Analisando os dados pessoais dos estudantes, constatou-se que 51% eram do sexo feminino e 49% do sexo masculino, sendo a maioria solteira (95%) e na faixa etária de 18 a 24 anos (62%). Os demais, 31%, estavam na faixa etária entre 25 a 30 anos e, 7%, com idade de 31 a 40 anos. Com relação à origem escolar, 78% cursaram o

Ensino Médio em escola pública, sendo que 10% cursaram em escola particular, mas com bolsa.

A situação de trabalho dos estudantes foi representada da seguinte forma: 30% exerciam atividades remuneradas, sendo que destes, apenas 7% exerciam trabalho formal e 23% estavam envolvidos no trabalho informal.

Os cursos que os estudantes realizam na UFV foram agrupados por Centros de Ciências, representados na Figura 1. Observou-se uma distribuição mais ou menos homogênea, sendo notada uma pequena diferença na área das ciências humanas, o que pode ser justificado pelo fato de concentrar maior número de cursos noturnos.

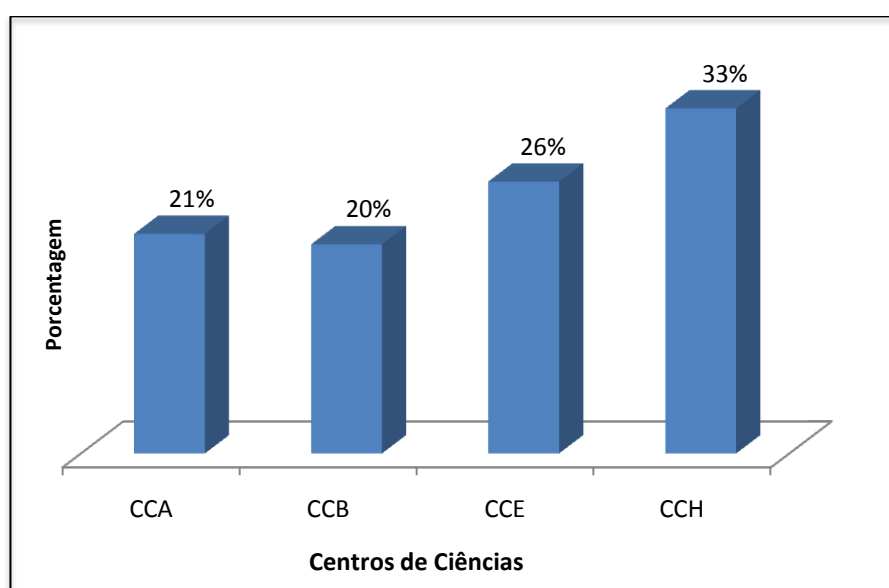


FIGURA 1 – Distribuição dos Cursos dos Beneficiários do Programa de Assistência Estudantil por Centros de Ciências da UFV, *campus* de Viçosa, em 2012.
FONTE: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Foi perguntado aos participantes em qual situação se classificava a sua opção pelo curso e 75% responderam que foi a sua primeira opção, significando que a maioria permaneceu no curso escolhido, ou seja, não trocou de curso.

Quando se indagou sobre os motivos pela escolha da UFV, simultaneamente, responderam que foram pela qualidade do ensino (47%), assistência estudantil oferecida (33%), pela proximidade com a cidade onde mora (32%), pela tranquilidade e custo de vida da cidade de Viçosa (10%), por ser uma instituição Federal (7%) e por oferecer o curso (5%). A qualidade do ensino foi o motivo mais citado e, como exemplo, transcreve-se o relato de uma estudante: “por ser próximo da casa dos meus pais e por ser uma das melhores do país, além de oferecer o curso de Economia Doméstica, o

melhor do país, classificado com 5 estrelas (*Part. n. 1, CCH, na faixa etária de 18 a 24 anos*).

A excelência no ensino tornou-se uma tradição na universidade, o que a coloca em patamares superiores nas avaliações realizadas a nível nacional e isso é um fator importante na decisão e escolha do estudante.

Arelada à qualidade do ensino, citaram a assistência estudantil, que foi considerada como uma condição necessária para o estudante prosseguir com os estudos e motivo decisivo na escolha da Instituição: “o principal motivo foi saber da existência da assistência estudantil, com moradia e bolsa atividade. O segundo foi a qualidade e excelência em ensino (*Part. n. 2, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 31 a 40 anos*).

A proximidade com a cidade onde moram os pais e o custo de vida em Viçosa foram também aspectos favoráveis, citados pelos estudantes: “proximidade com minha casa, qualidade da Universidade, auxílios como alimentação e moradia, custo de vida em Viçosa não ser tão alto quanto outros lugares, como, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (*Part. n. 22, CCH, sexo masculino, na faixa etária de 18 a 24 anos*).

Os resultados encontrados são muito semelhantes aos da pesquisa realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), no intuito de conhecer o perfil sócio-econômico e cultural dos estudantes matriculados nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Os dados da pesquisa, realizada em 2010, mostram que aproximadamente 54% dos estudantes eram do sexo feminino e 46% eram do sexo masculino. A faixa etária era de até 24 anos para 75% dos estudantes e a grande maioria era solteira; 45% dos estudantes eram oriundos de escolas públicas e 50% cursaram a maior parte do ensino médio em escola pública. Moravam em residências universitárias 2,5% dos estudantes das federais e mais de um terço trabalhavam. Das famílias dos estudantes, 41% recebiam até três salários mínimos e 67% pertenciam às classes B2, C, D e E²⁶. Outros itens pesquisados mostraram que os estudantes optaram pelas IFES pelo caráter da gratuidade (83,69%) ou pela qualidade do ensino (53,03%), conforme Nascimento (2011).

²⁶ O CCEB, Critério de Classificação Econômica Brasil, é um instrumento de segmentação econômica que utiliza o levantamento de características domiciliares (presença e quantidade de alguns itens domiciliares de conforto e grau escolaridade do chefe de família) para diferenciar a população. O critério atribui pontos em função de cada característica domiciliar e realiza a soma destes pontos. É feita então uma correspondência entre faixas de pontuação do critério e estratos de classificação econômica definidos por A1, A2, B1, B2, C1, C2, D, E. Disponível em www.abep.org.br.

4.3. Assistência Estudantil

Com relação à assistência estudantil, foi solicitado aos participantes que identificassem os benefícios recebidos. A grande maioria, aproximadamente 80% dos estudantes, possuía o benefício alimentação e 91% possuíam o benefício moradia, sendo que destes, 52% eram moradores dos alojamentos, conforme demonstrado na Figura 2.

Os participantes poderiam marcar mais de uma opção, mesmo porque os benefícios poderiam ser acumulados, ou seja, um estudante poderia usufruir dos benefícios moradia e alimentação ao mesmo tempo ou acumular os benefícios moradia com “Bolsa Esporte” ou “Bolsa Arte”. Nenhum estudante marcou a opção “Bolsa Creche”.

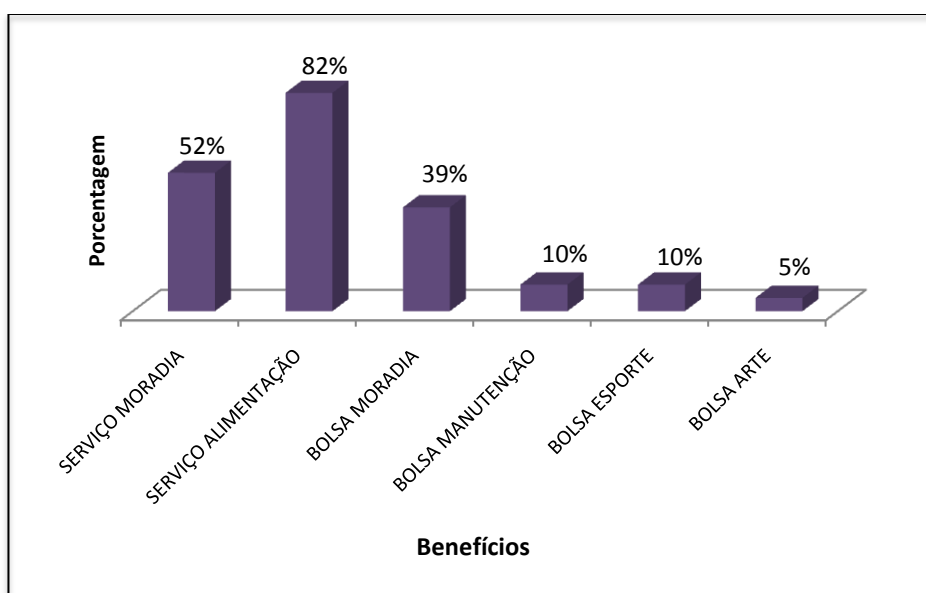


FIGURA 2 –Porcentagem de Utilização de Bolsas e Serviços entre os Beneficiários do Programa de Assistência Estudantil da UFV, *campus* de Viçosa, em 2012.

FONTE: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Foi perguntado aos estudantes se consideravam que os benefícios concedidos eram suficientes e 56% responderam que sim, no sentido de que supriam as necessidades básicas, de moradia e alimentação, de acordo com os objetivos propostos, como citado a seguir:

O serviço moradia e alimentação, me ajudam a me manter em Viçosa em relação à casa e alimentações básica, que são gastos elevados devido ao valor dos aluguéis da cidade (Part. n. 18, CCA, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Se pensar que eu não pago aluguel, com relação a moradia sim. Para alimentação meus pais mandam dinheiro para completar minhas despesas (Part. n. 61, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Por outro lado, 44% responderam que não, justificando que tinham que completar os gastos com alimentação e ainda tinham que comprar material didático etc.. Citam-se alguns depoimentos, como exemplo:

Não porque a gente não vive só de café, almoço e janta, preferia que fosse o dinheiro porque assim no dia em que o RU ou o Multiuso servisse uma daquelas comidas que não gosto poderia cozinhar em casa, isso se na caixa de fósforo onde moramos, tivesse como, já que é um lugar muito apertado para cozinhar, fede a casa inteira e não é adequado para lavarmos as vasilhas, alimentos, etc. (Part. n. 24, CCH, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Tendo em vista a supervalorização imobiliária que ocorreu na cidade nos últimos anos, o valor pago aos bolsistas moradia está em defasagem, onde, em muitos casos o valor da bolsa não é o suficiente nem mesmo para pagar o aluguel (Part. n. 29, CCH, sexo masculino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Além de moradia e alimentação, tenho outros gastos, com material para as aulas, xerox e materiais de higiene pessoal (Part. n. 59, CCA, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Os custos com material didático são relativamente altos, principalmente em determinados cursos, que exigem materiais para aulas práticas, em laboratórios, livros, apostilas etc.. Além disso, os RUs não funcionam nos finais de semana à noite, oferecendo somente café da manhã e almoço, o que leva os estudantes a utilizarem de outras alternativas. Existem também os gastos com lanches nos intervalos das principais refeições.

Além dos benefícios nas modalidades “bolsas” e “serviços”, que constituem a concessão de moradia e alimentação, a UFV oferece outros tipos de atendimentos em assistência estudantil, nas áreas de saúde, esporte e lazer. Uma das variáveis do questionário referia-se aos serviços que os beneficiários utilizavam e com qual frequência o faziam. As respostas estão representadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Serviços ou Tipos de Atendimentos Utilizados pelos Beneficiários do Programa de Assistência Estudantil da UFV, *campus* de Viçosa, 2012.

Atendimento	Frequência (em %)				
	Diariamente	Quinzenalmente	1 X mês	Raramente	Nunca
RU	93	7	-	-	-
ASBEN	-	3	18	43	36
Consultas Médicas	-	3	31	66	-
Dentista	-	-	18	51	31
Psicólogo	-	-	3	3	94
Assistente Social	2	-	-	98	-
Psiquiatra	-	-	-	-	100
Laboratório de Análises Clínicas	-	-	16	84	-
Raio X	-	-	11	-	89

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Observou-se que os atendimentos na área da saúde em geral foram utilizados pelos estudantes beneficiários, porém com uma menor frequência, ou seja, raramente e apenas uma média de 12% fazia uso uma vez por mês. Dentre estes, os mais procurados foram as consultas médicas, dentistas e a Associação Beneficente de Auxílio a Estudantes e Funcionários da UFV (ASBEN)²⁷, citados por 31% e 18% dos estudantes respectivamente; além do Laboratório de Análises Clínicas (16%). Na área da alimentação, verificou-se uma demanda maior, 93% dos estudantes, com uma frequência de utilização diária.

A pequena demanda pela ASBEN pode justificar-se pela não necessidade dos atendimentos pelos estudantes, ou pela falta de divulgação dos serviços prestados. Isto se deve ao fato de que 36% dos participantes responderam que nunca utilizaram os serviços e 2% responderam não conhecerem o setor ou nem saberem de sua existência. Outro motivo pode ser que o estudante, para ser atendido, necessitava fazer um cadastro e pagar uma mensalidade para tornar-se associado e poder usufruir dos atendimentos acima citados. Neste último caso, as exceções são concedidas às situações emergenciais

²⁷A Associação Beneficente de Auxílio a Estudantes e Funcionários da UFV (ASBEN), que é uma associação civil, de caráter beneficente, sem fins lucrativos, tem a finalidade de auxiliar aos funcionários e seus dependentes e estudantes em vulnerabilidade socioeconômica em suas necessidades emergenciais. É um órgão vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, que promove atendimentos, no caso dos estudantes, auxiliando na compra de medicamentos na farmácia da Divisão de Saúde (DSA), na realização de exames e consultas médicas, cujas especialidades não são oferecidas na DSA, dentre outros.

ou de extrema necessidade ou de vulnerabilidade dos estudantes, principalmente financeira. Os tipos de atendimentos mais procurados eram referentes às solicitações de auxílios para: compra de medicamentos ou solicitação de descontos na farmácia da ASBEN (15%); realização de consultas médicas (8%); realização de exames (5%); compra de óculos de grau (3%); tratamentos odontológicos (2%).

O acesso a bolsas de pesquisa e extensão também foi abordado nos questionários aplicados. No questionário, os estudantes respondiam se obtiveram ou não tais bolsas e se as mesmas interferiram no rendimento acadêmico e de que forma. Os resultados estão representados na Figura 3.

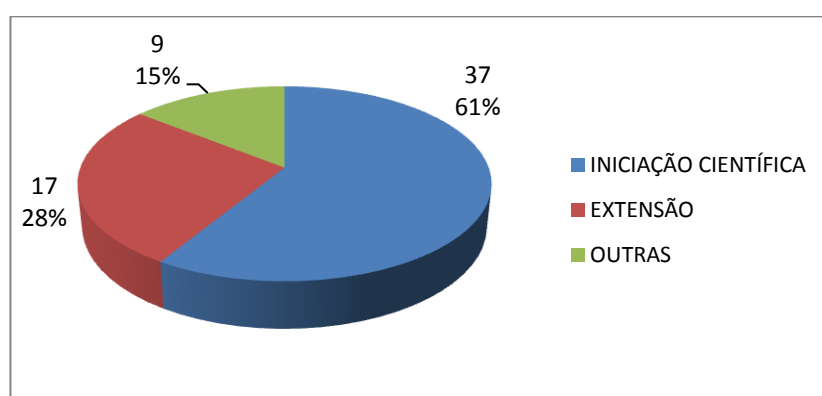


FIGURA 3 – Percentual de Bolsas de Pesquisa, Extensão ou Outras, Obtidas pelos Beneficiários do Programa de Assistência Estudantil da UFV, *campus* de Viçosa, 2012. FONTE: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Os resultados indicaram que 61% obtiveram as bolsas de pesquisa em Iniciação Científica, 28% obtiveram bolsas de extensão, 15% obtiveram outros tipos de bolsas. Destes, 98% relataram que a interferência no rendimento acadêmico foi positiva, conforme as citações:

Melhorou meu desempenho como estudante, maior participação em eventos científicos, mais leituras e desenvolvimento do pensamento crítico (Part. n. 1, CCH, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Positiva, pois tive a sorte de encontrar orientadores acadêmicos muito bons durante a minha graduação. A iniciação e os trabalhos que desenvolvi só vieram a acrescentar nos conhecimentos que possuo hoje (Part. n. 3, CCA, sexo masculino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Oportunidade de explorar, desenvolver, envolver e aprender com erros e acertos tanto os relacionados com o tema quanto pessoal. Contribui para o amadurecimento das ideias, da certeza se esse é o curso que quero fazer e quais são as ações e atividades que posso fazer enquanto estudante e possível profissional da área (Part. n. 4, CCH, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

(...)Aprender a trabalhar em grupo, aumentar o meu campo de visão a respeito do que o meu curso pode me oferecer, tudo tem sido muito

motivador e logicamente tem aumentado o meu rendimento, bem como o meu interesse pelo meu curso (Part. n. 40, CCE, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Através da bolsa, consigo suprir algumas necessidades como alimentação, também me ajuda a realizar cursos, participar de congressos, e enriquecer um pouco mais meu currículo, para ter condições de futuramente pleitear um mestrado, doutorado, etc. (Part. n. 15, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Essa integração do ensino com a pesquisa e extensão repercute no desenvolvimento científico e tecnológico dos estudantes e, portanto, no seu ingresso no mercado de trabalho, bem como em cursos de pós-graduação.

4.4. Indicadores Acadêmicos

O Coeficiente de Rendimento Acadêmico é um instrumento de medida empregado por muitas instituições de ensino, com o objetivo de ter a informação dos estudantes sobre o aproveitamento dentro de um período letivo ou durante toda a realização do curso. É utilizado como mais um item de avaliação do estudante para a concessão de bolsas de pesquisa e extensão, bolsas de estudos e vagas para pós-graduação, mestrados, doutorados.

De acordo com dados obtidos no Registro Escolar da UFV, o Coeficiente de Rendimento Acadêmico é um índice que mede o desempenho do estudante em cada período ou semestre letivo. É a média ponderada das notas obtidas nas disciplinas cursadas e é considerado como peso o número de créditos das respectivas disciplinas. Na Figura 4 estão demonstrados os Coeficientes de Rendimento de todos os estudantes matriculados na UFV, *campus* de Viçosa, nos dois períodos letivos do ano de 2011, pois o segundo semestre letivo de 2012 se encerraria somente em abril de 2013, em função da greve ocorrida na UFV.

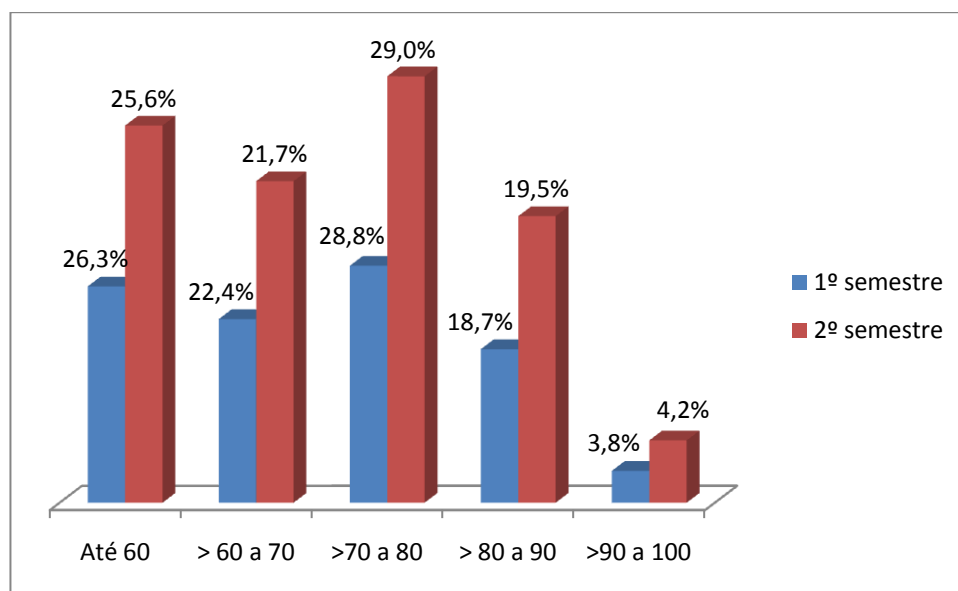


FIGURA 4 – Coeficiente de Rendimento Acadêmico dos Estudantes da UFV, *campus* de Viçosa, no ano de 2011.

FONTE: Registro Escolar/UFV. Elaborado pela autora

Observou-se que o maior número de estudantes, matriculados no ano de 2011, se concentrava na faixa de Coeficiente de Rendimento entre >70 a 80 e o segundo maior, no Coeficiente de Rendimento até 60, ou seja, maior número de estudantes possuía coeficientes menores que 60 a 80, do que na faixa entre >70 a 100. O rendimento acadêmico insuficiente em cada período é caracterizado por Coeficiente de Rendimento inferior a 60 (sessenta). Para se obter bolsas de pesquisa é necessário ter alto desempenho acadêmico, o que é uma exigência das agências de financiamento. Em alguns editais dessas agências, esta exigência está relacionada ao curso do estudante e ao coeficiente mínimo que ele deve ter para conseguir uma bolsa, que é calculado utilizando-se o valor correspondente ao menor Coeficiente de Rendimento, dos 40% melhores estudantes do curso.

O coeficiente de rendimento acadêmico dos beneficiários do Programa de Assistência Estudantil é monitorado pelo Serviço de Bolsa, que faz o acompanhamento, periodicamente, para verificar as interferências dos benefícios na vida acadêmica dos estudantes. Como demonstrado na Figura 5, o desempenho acadêmico dos beneficiários apresentou um Coeficiente de Rendimento na média entre >70 a 80. Porém, em situação melhor quando comparado com o dos demais estudantes, pois maior número de beneficiários concentrava-se na faixa entre >60 a 90, ou seja, Coeficientes de Rendimentos um pouco mais altos. Isto significa que os benefícios interferiam positivamente no rendimento acadêmico dos estudantes, como poderá ser visto adiante.

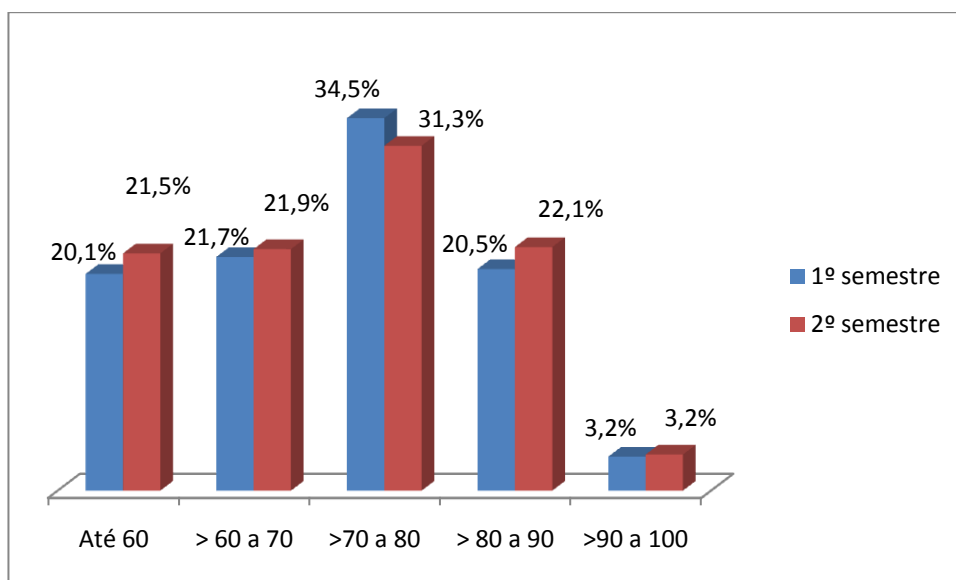


FIGURA 5 – Coeficiente de Rendimento Acadêmico dos Beneficiários do Programa de Assistência Estudantil da UFV, *campus* de Viçosa, no ano de 2011.

FONTE: Registro Escolar/UFV. Elaborado pela autora.

Acredita-se que o bom rendimento advém do esforço do próprio estudante e da estabilidade conferida pela aquisição dos benefícios, o que o motiva a continuar com os estudos, diminuindo suas preocupações inclusive em momentos cruciais, como na realização de provas e trabalhos acadêmicos. Outro fator que pode ser atribuído é o fato de que a UFV conta também com uma Unidade de Apoio Educacional, Tutoria, que fornece apoio acadêmico-pedagógico aos estudantes com deficiência de conhecimentos prévios em Português, Matemática, Biologia, Física e Química.

Com relação à interferência dos benefícios recebidos no rendimento acadêmico, foi perguntado aos estudantes, no questionário, se consideravam uma interferência positiva ou negativa e 97% consideraram que a interferência era positiva, principalmente quando relataram que as preocupações diminuíram e o fato de se ter onde morar e se alimentar, se traduziam em segurança e tranquilidade e, com isso, podiam se dedicar melhor aos estudos, conforme os depoimentos:

O fato de morar em alojamento e ter alimentação gratuita no RU interfere de forma indireta em meu rendimento acadêmico. Pois, sem estes benefícios teria que buscar formas de conseguir renda para manter minha moradia e alimentação. Isso significa redução de horários de estudo, o que provavelmente contribuiria para diminuir meu desempenho no curso (Part. n. 06, CCA, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

É uma preocupação a menos. Sinto-me tranquila tendo minhas refeições garantidas (Part. n. 20, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Assim, o apoio recebido pelo Programa, por meio de alimentação e moradia, representava uma forma de se ter maior tranquilidade, por ter garantidas a moradia e alimentação, fatores considerados como uma segurança e preocupação a menos. Com isso, declararam ter mais tempo para dedicação aos estudos e o fato de morar dentro do *campus*, nos alojamentos, constituía um elemento importante também para os estudos, relacionado ao ganho de tempo, pois estavam perto da biblioteca e dos prédios de aulas. Além disso, não tinham gastos com transporte. Fatores como estes favorecem a permanência do estudante na universidade e a conclusão do seu curso em tempo hábil.

A evasão foi outro indicador acadêmico estudado, a qual é, certamente, um dos problemas que afligem as instituições de ensino em geral, pois afeta os resultados dos sistemas educacionais. A busca de suas causas tem sido objeto de muitos trabalhos e pesquisas, porém, a principal razão, atribuída pelas instituições, é a falta de recursos financeiros para o estudante prosseguir com os estudos. É, também, o que o estudante declara quando perguntado sobre os motivos da evasão. No entanto, verifica-se que essa resposta é uma simplificação, uma vez que as questões de ordem acadêmica, as expectativas do aluno em relação à sua formação e a própria integração do estudante com a instituição constituem em fatores que desestimulam o estudante a concluir o curso (FILHO *et al.*, 2007).

De acordo com os referidos autores, o Brasil tem poucos estudos sistemáticos e dados nacionais sobre evasão, a qual pode ser medida em uma instituição de ensino superior, em um curso, em uma área de conhecimento, em um período de oferta de cursos e em qualquer outro universo. No estudo interno, realizado por uma IES, a evasão pode ser medida pela organização das informações disponíveis nos setores de registro e controle acadêmico. O estudo pode ser mais detalhado, quando existe um acompanhamento da evasão, registrando-se os diversos casos, agrupando e analisando subgrupos, ou diferentes situações, tais como, cancelamento, trancamento, transferência, desistência, mudança de curso e, a partir daí, organizar tabelas e gráficos que demonstrem a evolução da evasão ao longo de um período, para buscar formas de combatê-la com fundamento nos resultados.

Na pesquisa em questão, a ideia foi de demonstrar, em um recorte temporal, de acordo com os dados disponibilizados pelo Registro Escolar da UFV e o Serviço de Bolsa, da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, a evolução da evasão dentre os

estudantes matriculados na UFV e os beneficiários do Programa de Assistência Estudantil.

Na Figura 6 apresenta-se, então, a evolução da evasão, no período de 2007 a 2011 entre todos os estudantes matriculados na UFV.

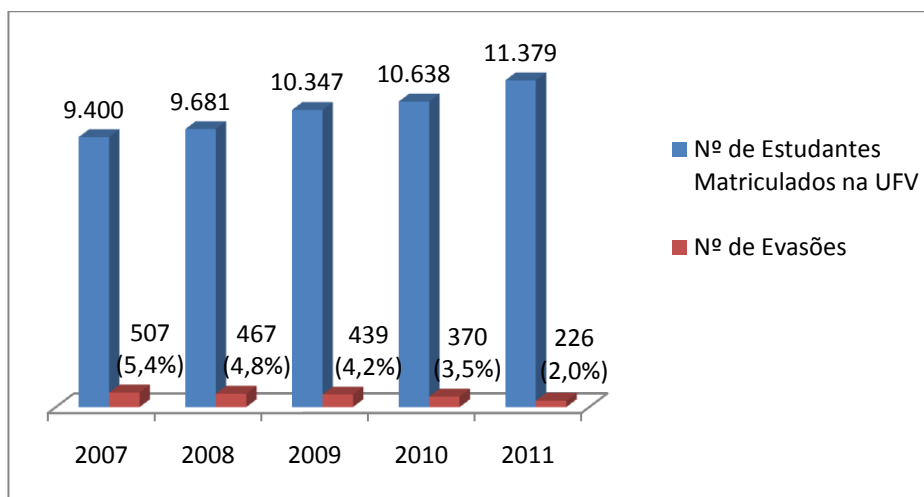


FIGURA 6 – Evolução da Evasão da UFV, no *campus* de Viçosa, nos Anos de 2007 a 2011.

FONTE: Registro Escolar da UFV. Elaborado pela autora.

Observa-se que a evasão da UFV vem decrescendo ao longo do tempo, enquanto o número de matriculados cresce a cada ano, o que se deve ao fato do aumento do número de vagas e de cursos oferecidos no referido período. Não foi possível obter o número de evasões de 2012, pois o referido ano letivo terminaria somente em abril de 2013, por causa da greve ocorrida na UFV.

A evasão, quando comparada com os estudantes que eram beneficiários do Programa de Assistência Estudantil, ou seja, estudantes que recebiam os auxílios nas modalidades de “Bolsas” e “Serviços”, tem-se o que está representado na Figura 7.

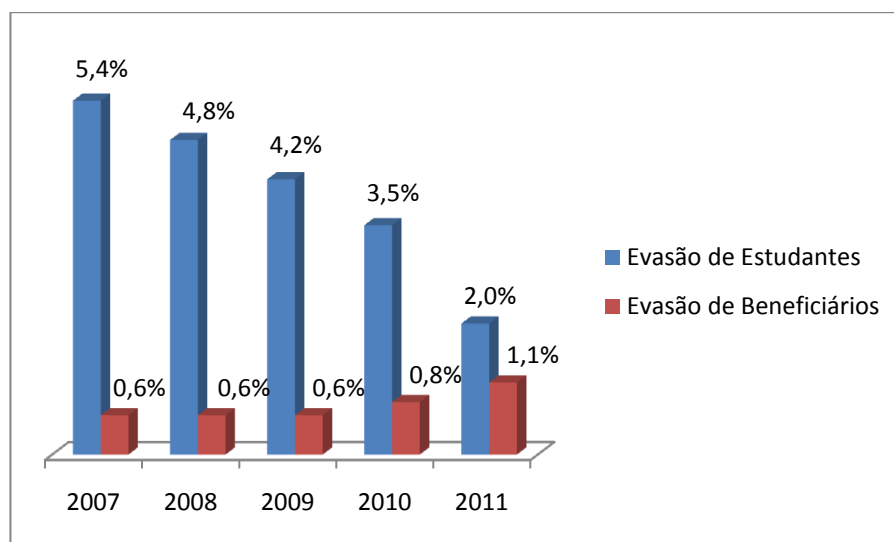


FIGURA 7 – Comparativo da Evolução da Evasão entre o Total de Matriculados na UFV e os Beneficiários do Programa de Assistência Estudantil, do *campus* de Viçosa, de 2007 a 2011.

FONTE: Registro Escolar da UFV. Elaborado pela autora.

Apesar de se perceber que o número de evasões entre os beneficiários do Programa de Assistência Estudantil apresenta um ligeiro crescimento ao longo do período, com tendência à diminuição em 2011, os índices da UFV, de modo geral, entre todos os estudantes matriculados na Instituição, vêm decrescendo.

Considera-se que a falta de recursos financeiros seja o principal causador da evasão de estudantes e que a assistência estudantil promovida contribui muito para a permanência dos estudantes menos favorecidos na Instituição.

Para Vargas (2008), as probabilidades de acesso são menores para os estudantes oriundos das classes populares e o risco de evasão e retenção é maior entre eles do que entre pertencentes às classes médias e altas. Com base em dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao período entre 1994 e 2001, a autora apresenta as considerações de Mello (2007), de que variáveis como renda familiar, escolaridade paterna e ocupação do chefe da família influenciam nas probabilidades de ingresso no ensino superior e na evasão. Mostra ainda que,

enquanto apenas 6,2% dos estudantes situados nos patamares superiores de renda evadiram durante o período examinado pelo autor, este percentual mais que dobrou entre aqueles pertencentes aos demais níveis de renda. A escolaridade do chefe da família é também elemento fortemente relacionado às possibilidades de evasão, uma vez que quanto menos instruído o provedor maior a ocorrência do fenômeno. Assim, entre os estudantes filhos de pais com pouca ou nenhuma instrução, 15,6% evadiram, índice que foi de apenas 4,6% entre aqueles oriundos de famílias em que o provedor possuía nível

superior completo. O abandono da graduação é também menos freqüente, na medida em que é mais elevado o status da ocupação exercida pelo chefe da família, sendo que os percentuais de evasão crescem na medida em que diminui o status ocupacional, indo de 6,75% (status elevado) passando por 12,9% (médio) até 19,7% (baixo) (VARGAS, 2008, p. 53).

No entanto, um estudo realizado pelo Ministério da Educação, a partir de dados preliminares do Censo da Educação Superior de 2010, elaborado pelo Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), nos anos de 2009 e 2010, aponta que o percentual de alunos que deixaram o ensino superior, antes da conclusão de seus cursos, em instituições privadas, foi de 15,6%. No mesmo período, entre os alunos contemplados com bolsas do programa do governo federal, PROUNI, esse percentual foi de apenas 4%. Isso demonstra que os apoios concedidos incentivam os estudantes a continuarem com os estudos (BRASIL, 2011).

De acordo com LOBO (2012), a evasão é um dos maiores problemas do ensino superior, público ou privado. Representa uma perda social, de recursos e de tempo de todos os envolvidos. Nas IES públicas, a desistência dos alunos ao longo do curso é um dos assuntos que mais despertam preocupação devido à ociosidade e desperdício que representa para o sistema, que pode, inclusive, indicar deficiências de ordem acadêmica e de medida de efetividade do ensino.

O Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia realizou um trabalho detalhado sobre a evasão no Brasil. Foi feito um levantamento dos dados, do cálculo das taxas de evasão brasileira e do estudo de causas e medidas que as experiências nacionais e internacionais sugerem. Inicialmente, destacam que ao tratar da evasão, é preciso definir de que tipo de evasão se trata, por exemplo, se é da evasão do sistema, evasão da IES, evasão do curso ou evasão do aluno (LOBO, 2012).

Segundo a autora, o Brasil tem poucos estudos sistemáticos e confiáveis sobre as causas de evasão no ensino superior, mas normalmente são atribuídas à baixa qualidade da educação básica, limitação das políticas de financiamento ao estudante, que, mesmo com o FIES e o PROUNI, ainda são insuficientes, além da precocidade da escolha da especialidade profissional. Afirma ainda, que as taxas de evasão do Brasil nas Instituições de Ensino Superior públicas, de acordo com dados do MEC, estão numa média nacional, no período de 2005 a 2009, de 11,9%, enquanto que nas particulares, no mesmo período, de 25,3% e que em 2010, o índice de evasão nas IES públicas era de 13,2% e nas privadas, 15,6%.

Na UFV, *campus* de Viçosa, não existia, até 2012, nenhum estudo mais aprofundado sobre evasão, somente um acompanhamento a nível institucional. De acordo com informações obtidas no Registro Escolar da UFV, é realizado também um acompanhamento do índice de diplomação. No ano de 2011, o índice de diplomação da UFV foi de 85% e a média dos últimos cinco anos foi de 82,54%. A meta proposta pelo REUNI é de um índice de 90% de diplomação, portanto, os índices da UFV indicam que estão próximos desta meta.

No que se refere à retenção, um levantamento realizado comprova que os estudantes beneficiados pelo Programa de Assistência Estudantil conseguem concluir seus cursos, no tempo padrão exigido para cada curso. Os registros encontrados mostraram que, em 2012, na UFV *campus* de Viçosa, não existiam beneficiários que ingressaram anteriormente ao ano de 2006. Os dados estão representados na Figura 8.

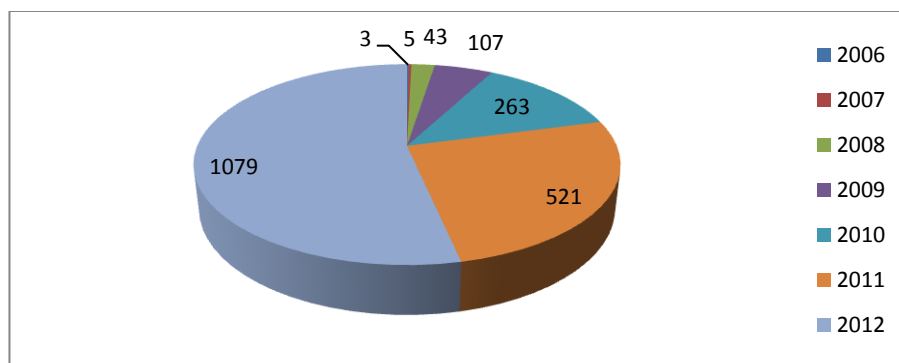


FIGURA 8 – Número de Beneficiários Atuais do Programa de Assistência Estudantil por ano de Ingresso na UFV, *campus* de Viçosa.

FONTE: Sistema de Bolsas (SISBOLSA) SBO/PCD/UFV. Elaborado pela autora.

Somente três estudantes beneficiários ingressaram na UFV em 2006 e cinco em 2007, representando 0,4%. O restante, que constituía a grande maioria, estava na UFV há quatro ou cinco anos, que é considerado o tempo médio para conclusão dos cursos de graduação oferecidos na Instituição. Desta forma, tais resultados comprovam a importância da assistência estudantil na vida acadêmica, proporcionando ao estudante condições de concluir seu curso em tempo hábil.

Na UFV, *campus* de Viçosa, também não existe estudos sobre retenção de estudantes, pela dificuldade em mensurar os índices. As causas são diversas e podem constituir-se em mudança de curso pelos estudantes, afastamento por motivo de saúde, dentre vários outros. Porém, considerou-se importante verificar se havia um número alto

de beneficiários permanecendo na UFV, além do tempo padrão para conclusão do curso de graduação, que é de quatro a cinco anos, mas tal situação que não foi encontrada.

4.5. Percepção dos Estudantes

4.5.1. Interferência dos Benefícios Concedidos na Vida Familiar:

A análise da percepção dos estudantes quanto à interferência dos benefícios na vida familiar, demonstrou que 61% consideraram que contribuíram significativamente para a manutenção do estudante na Universidade, permitindo a continuidade dos seus estudos. Uma estudante relatou: “minha mãe é a única que trabalha em minha casa, sem carteira assinada, recebendo 1,0 SM, sendo assim, sem esse benefício não seria possível completar meus estudos, pois não haveria condições de me manter aqui em Viçosa e manter a casa com esse salário” (*Part. n. 18, CCA, na faixa etária de 18 a 24 anos*).

Para 38%, significou uma grande ajuda no orçamento familiar, um alívio nas despesas e a possibilidade de investir em outras necessidades da família. Como exemplo, cita-se o depoimento: “representa uma considerável economia no orçamento familiar, visto que a renda familiar advém apenas de minha mãe que é viúva” (*Part. n. 06, CCA, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Representou ainda, a possibilidade de manter mais de um filho estudando na mesma instituição: “(...) foi uma ajuda muito significativa, pois meus pais jamais teriam condições de pagar moradia e alimentação para os filhos aqui em Viçosa” (*Part. n. 17, CCA, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos*).

O apoio oferecido aos estudantes permitiu também o investimento na sua formação, com a participação em cursos, congressos, compra de livros etc. Para uma estudante representou “um gasto a menos no orçamento: “o dinheiro economizado é investido inteiramente na minha formação, participação em congresso, cursos, livros, etc.” (*Part. n. 09, CCB, na faixa etária de 18 a 24 anos*).

Os depoimentos evidenciaram a importância dos benefícios, em termos de moradia e alimentação, na realização do curso superior, bem como em atividades formativas afins. A assistência estudantil interferiu na formação dos estudantes, na sua vida pessoal, social e familiar, criando condições para sua manutenção na universidade e representando, também, uma grande ajuda no orçamento familiar, com a diminuição das despesas.

Para 59% dos estudantes beneficiados, as famílias completavam suas despesas, com valores variando de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 400,00 (quatrocentos reais), de acordo com as necessidades. Os estudantes também exerciam alguma atividade remunerada (80%), como por exemplo: bolsa de pesquisa ou de ensino (tutoria, monitoria), bolsa de extensão, estágio remunerado, aulas particulares, trabalhos de informática (digitações), trabalhos em eventos e festas (garçons, seguranças), vendas de roupas e cosméticos, dentre outros.

Quando perguntado aos estudantes se eles não possuísem os benefícios quais estratégias utilizariam, 73% responderam que teriam que trabalhar, porém teriam que exercer alguma atividade que conciliasse com os horários das aulas ou, então, teriam que fazer outro curso, em horário noturno ou, até mesmo, desistir de continuar com os estudos e, desta forma, teriam que abrir mão de realizar o sonho de ter uma profissão: “Como meu curso é diurno, não seria fácil conciliar emprego e trabalho, mas tentaria algum trabalho autônomo, fazendo meus artesanatos ou mesmo como vendedora ambulante de algum tipo de artigo. E tentaria bicos como trabalho de garçoneiro para tentar me manter e não perder minha vaga” (*Part. n. 18, CCA, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos*).

Na percepção destes estudantes, fazer um curso superior sem a assistência estudantil implicaria em exercer alguma atividade remunerada, que conciliasse com os horários de aulas e isso envolveria o trabalho informal, pois a opção de um trabalho formal impediria a realização dos cursos principalmente diurnos.

Dentre os demais, 20% responderam que economizariam muito e tentariam conseguir bolsas de pesquisa ou extensão ou estágios remunerados e 25% trancariam ou abandonariam o curso, como relatou um estudante: “Não faço ideia. Provavelmente teria que deixar o curso, já que não teria como eu trabalhar para ganhar o suficiente para me manter e estudar paralelamente” (*Part. n. 21, CCE, sexo masculino, na faixa etária de 18 a 24 anos*).

4.5.2. A Importância da Assistência Estudantil:

A assistência estudantil foi considerada importante para 100% dos beneficiários, na medida em que proporciona a continuidade dos estudos para muitos indivíduos, facilitando o acesso e a permanência dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional, uma vez que:

Possibilita a muitos cursarem uma universidade, quando, sem essa assistência, não seria possível (Part. n. 11, CCB, sexo masculino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Por que de certa forma nivela os estudantes dando a eles possibilidades de desenvolvimento e crescimento, social, cultural e principalmente profissional (Part. n. 25, CCA, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Por que é um fator que minimamente consegue corrigir quadros de desigualdade social e permite que estudantes em vulnerabilidade social possam estar dentro da universidade, pelo menos no que se refere à moradia e alimentação, mesmo sabendo que assistência estudantil deveria traduzir ações muito mais amplas (Part. n. 33, CCB, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Por proporcionar a manutenção de estudantes na Universidade. Contribuindo para com o desenvolvimento de Capital Humano em grupos sociais de baixa renda (Part. n. 36, CCE, sexo masculino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

De acordo com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), a assistência estudantil é importante para garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das instituições de ensino superior públicas, na perspectiva do direito social e, ao mesmo tempo, proporcionar as condições básicas para sua permanência na Instituição. Além disso, visa assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico, contribuindo na prevenção e erradicação da retenção e da evasão, quando decorrentes de dificuldades sócio-econômicas. Uma vez que a capacidade intelectual e de formação básica dos estudantes foram avaliadas e aprovadas no processo seletivo de acesso à Universidade, o apoio aos estudantes vulneráveis é essencial; pois, para muitos estudantes, com renda familiar insuficiente, representa uma garantia de permanência na Universidade e término do curso.

Verifica-se que as universidades, que mantêm programas de assistência e realizam o acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes beneficiados, constataam que seu rendimento escolar médio é igual, estatisticamente, ao dos demais estudantes. Isto comprova que é compensador investir na assistência estudantil (NASCIMENTO, 2011).

4.5.3. Investimento em Capital Humano

A abordagem sobre capital humano foi feita na intenção de verificar a percepção dos estudantes quanto à importância da assistência estudantil como forma de proporcionar ao estudante a oportunidade de dar continuidade aos estudos para se obter melhor qualificação.

Na perspectiva da teoria do capital humano, quanto mais conhecimento e capacitação um indivíduo possuir, maiores são as chances de se ter um emprego e com

melhores salários. A maioria dos estudantes (82%) concordou que a assistência estudantil contribuiu para o desenvolvimento do capital humano, a partir do momento em que proporcionou a chance de concluir um curso superior e adquirir capacitação para ingressar no mercado de trabalho em melhores condições. Consideraram que os benefícios recebidos contribuíram para a sua formação, não somente proporcionando oportunidade de concluir um curso da educação formal, mas como experiência de convívio social e preparo para enfrentar o mundo do trabalho formal, conforme os relatos:

Esses benefícios foram cruciais para que eu ingressasse na universidade, o que me deu condições de desenvolver minhas capacidades (Part. n. 10, CCE, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

(...) Por usufruir do serviço de moradia, resido dentro da própria universidade, perto das bibliotecas e tenho boas condições de estudo. Além disso, considero que o fato de residir em alojamento contribui como experiência de convívio social, preparando-nos para as diversas situações no ambiente de trabalho no futuro (Part. n. 49, CCH, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Qualquer ajuda que recebemos gera um sentimento de gratidão dentro de nós, e isso é o que nos dá motivação para crescer profissionalmente e poder retribuir futuramente à sociedade todo o recurso que hoje é investido nestes programas (Part. n. 28, CCH, sexo masculino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Eu tenho essa noção porque sou do movimento estudantil. Com certeza os benefícios que recebo acrescem todas as oportunidades de melhorar de vida, começando com a oportunidade de estar em uma universidade (Part. n. 47, CCE, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Em síntese, os estudantes consideraram que, por meio da assistência estudantil, foi possível estar em uma universidade e, com isso, ter oportunidades de melhorar de vida, desenvolver capacidades e convívio social, além de promover a capacitação profissional.

No entanto, 11% dos estudantes não concordaram ou relataram não saber da relação entre a assistência estudantil com o investimento em capital humano, conforme as citações:

O que recebo, (...) me permite apenas que continue frequentando as aulas. Não consegui ingressar na iniciação científica na UFV; não consegui fazer aulas de inglês (é caro para mim). Para que eu tivesse um Capital Humano de maior valor, a bolsa teria que ter um valor para que pudesse cobrir estas outras qualificações necessárias para complementar a graduação (Part. n. 12, CCA, sexo feminino, na faixa etária de 31 a 40 anos).

As únicas formas de contato em que percebi a presença da Assistência Estudantil, foram através da bolsa moradia e alimentação. Nada que

contribua para desenvolvimento do Capital Humano (Part. n. 13, CCH, sexo masculino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Não gosto do termo/conceito capital humano. Prefiro outro tipo de entendimento sobre a assistência estudantil, menos quantitativo e objetivista, a partir dos direitos de cada pessoa em ingressar em uma universidade pública e de qualidade independente da classe social. Se a pessoa tiver interesse ela pode fazer pesquisa, caso contrário pode construir outros processos de vivência e aprendizado (Part. n. 42, CCH, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Nesse sentido, o investimento em capital humano pode ter uma perspectiva mais ampla. O acesso aos benefícios moradia e alimentação, contribui para a frequência às aulas, mas são insuficientes para o acesso a outras qualificações complementares. Para estudantes com menor poder aquisitivo, a participação em cursos extra-curriculares, congressos e outros é praticamente impossível, a não ser que os mesmos recorram a alternativas de complementação dos recursos, como o desenvolvimento de atividades remuneradas, consideradas como trabalho informal, se conseguir conjugar com os horários de aulas.

Alguns críticos da teoria do capital humano defendem a ideia de que não se deve aplicar a palavra "capital" a seres humanos, supondo que eles se transformavam em "capital humano" para as empresas. O ser humano não poderia ser nunca visto como portador de capital em si mesmo e menos ainda ser ele mesmo, simultaneamente, capital (remunerado com salários) e força de trabalho comprada no mercado pelo verdadeiro capital (SHAFFER, 1961). Além disso, o autor demonstra sua preocupação na utilização inadequada desse conceito nas decisões políticas para o setor educacional. O conceito de educação como investimento, defendido pela teoria do capital humano, também é questionado. O conhecimento sobre os efeitos da educação nos rendimentos futuros seria mal utilizado uma vez que as decisões políticas acerca da educação privilegiariam o aspecto econômico, em detrimento de importantes contribuições culturais da educação.

Outro ponto relevante formulado por Shaffer, diz respeito às dificuldades de identificar e medir o aumento dos rendimentos, que se associam com educação, posto que são influenciados também pelas diferenças em capacidades inatas, raça, tipo de emprego e estrutura familiar. As capacitações técnicas adquiridas que aumentam os futuros rendimentos pessoais não têm quaisquer significações financeiras, na medida em que a educação muda as atitudes, os padrões de expectativas e de preferências.

Estudos recentes a respeito do tema, capital humano, vêm afirmando um conceito amplo e menos ligado ao binômio escolaridade e crescimento econômico

(BECKER, 1996). Ao conhecimento adquirido e à capacidade de execução de tarefas, vincula-se a capacidade de ser e de viver em conjunto, ao crescimento da personalidade na sua totalidade, de forma a que o indivíduo possa ser o protagonista da própria vida. O capital humano passa a ser constituído, então, pelo conjunto de conhecimentos e pelas competências que a pessoa vai adquirindo ao longo de sua vida, quer na convivência familiar, quer na educação formal, quer por outros meios, os quais favorecem sua inserção no mercado de trabalho.

5. CONCLUSÕES

A percepção dos estudantes acerca da assistência estudantil, de modo geral, revelou-se positiva quanto à interferência dos benefícios concedidos na vida acadêmica, familiar e em suas condições de vida.

No contexto da vida familiar, os estudantes consideraram que a assistência estudantil contribuiu significativamente para a sua manutenção na Universidade, representando uma grande ajuda no orçamento familiar, um alívio nas despesas e a possibilidade de investir em outras necessidades da família. Além disso, foi considerada condição para que o estudante prosseguisse com os estudos. Assim, por meio da assistência estudantil, foi possível a realização de seus objetivos, de obter um curso de graduação, o que repercute na sua vida profissional, familiar e social e, principalmente, nos aspectos financeiros e econômicos.

Em relação à vida acadêmica, a interferência dos benefícios foi positiva para quase todos os estudantes, haja vista que o Coeficiente de Rendimento Acadêmico dos estudantes assistidos estava em média geral entre 70 e 90%, considerado muito bom para o desempenho curricular. Os dados sobre índices de diplomação e retenção revelaram que a assistência estudantil tem exercido influência benéfica na vida acadêmica, proporcionando ao estudante condições de concluir seu curso em tempo hábil. Os índices de evasão encontrados são relativamente baixos quando comparados com a média dos índices nacionais, apesar de se perceber um ligeiro aumento dentre os beneficiários do Programa de Assistência Estudantil, no período estudado. Porém a tendência da Instituição, de modo geral, é de diminuição do número de evasões nos últimos cinco anos.

A maioria dos estudantes percebeu a assistência estudantil como determinante no desenvolvimento do capital humano, a partir do momento em que proporciona a

chance de concluir um curso superior e adquirir capacitação para ingressar no mercado de trabalho em condições mais competitivas. Os benefícios recebidos contribuíram para a sua formação, não somente proporcionando oportunidade de concluir um curso da educação formal, mas contribuindo para maior experiência de convívio social e preparo para enfrentar o mundo do trabalho formal. Além disso, as expectativas eram a obtenção de melhores cargos e salários para poderem, inclusive, ajudar suas famílias.

Os estudantes consideraram que os benefícios concedidos eram suficientes, na medida em que supriam as necessidades de moradia e alimentação, de acordo com os objetivos propostos pelo programa; o que demonstrou, na percepção dos usuários, a sua eficácia.

Nesse contexto, conclui-se que as ações de assistência estudantil não devem ser vistas como gastos e sim como um investimento educacional, com repercussões que vão além da pessoa do beneficiário, estendo-se para toda a família. Desta forma, estudantes oriundos de famílias de baixa renda estão tendo mais oportunidades sociais, com acesso a um curso superior, melhoria da qualificação e capacitação para o ingresso no mercado de trabalho; enfim, novas perspectivas de vida.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALASSIANA, M.; SEABRA, A. A.; LEMOS, A.H. **Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano?** Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac/vol_09/dwn/rac-v9-n4-mbb.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2012.

BECKER, G.S. **El Capital Humano**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

BECKER, G. S. **Human capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education**. 3. ed. Chicago: The University of Chicago, 1993.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília. 2010. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 02 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2010**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17212>. Acesso em: 02 fev. 2012.

CAMARGO, J. M.; ALMEIDA, H. **Capital Humano e Pobreza**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1994. (Texto para discussão, n. 319).

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. 9. Ed. – Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de Programas Públicos: desafios conceituais e metodológicos. Rio de Janeiro, **Revista de Administração Pública**, 37 (5), set./out., 2003.

FILHO, R. L. L.; MONTEJUNAS, P. R.; Hipólito, O.; LOBO, M. B. C. M. A Evasão no Ensino Público Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n. 132, p. 641-659, set/dez. 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: famílias e domicílios - resultados da amostra**. Brasília, 2012. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=2240. Acesso em 12/12/2012.

LOBO, M. B. C. M. **Panorama da Evasão no Ensino Superior Brasileiro**: Aspectos Gerais das Causas e Soluções. Instituto Lobo/Lobo e Associados Consultoria. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/documentos/Final_Apostila_Palestra_ABMES_Evas%C3%A3o_Modo_de_Compatibilidade.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2012.

NASCIMENTO, V. **Relatório da Pesquisa sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. SIPE – Sistema de Informação do Perfil do Estudante. Brasília: ANDIFES/FONAPRACE, 2011.

RAMOS, D. P. Compartilhando Experiências - “Vulnerabilidade Social e Educação”. **Salto para o Futuro**. Ano XX Boletim 19. 2010. TV Escola.

RIBEIRO, M. A. O Projeto Profissional Familiar como Determinante da Evasão Universitária – Um Estudo Preliminar. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. V.6, n.2, p. 55 – 70, 2005.

SANTOS, A. F. T. Teoria do Capital Intelectual e Teoria do Capital Humano: Estado, Capital e Trabalho na política Educacional em Dois Momentos do Processo de Acumulação. **Trabalho e Educação**. n. 9, p. 1-17, 2010.

SCHULTZ, Theodore W. Investment in human capital. **American Economic Review**. v.51, 1961.

SILVA, M. O. S. (org.) **Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

SOARES, R. R.; GONZAGA, G. **Determinação de salários no Brasil: dualidade ou não-linearidade no retorno à educação?** Rio de Janeiro: IPEA, dez. 1997. (Texto para discussão, n.380).

UFV. Universidade Federal de Viçosa. **Relatórios Anuais**. Viçosa, MG: 2007 a 2011.

VARGAS, M. L. F. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG** - 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

VIANA, G.; LIMA, J. F. **Capital Humano e Crescimento Econômico**. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122010010400001>. Acesso em: 05 dez. 2012.

ZAMBERLAN, C. O.; POZZOBON, I. M. Evasão do Capital Intelectual das Universidades Públicas: estudo na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista ADM. MADE**, ano 10, v. 14, n. 2, p. 95-109, maio/agosto, 2010.

CAPÍTULO 4 – ARTIGO ORIGINAL

AVALIAÇÃO DE IMPACTOS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM ESTUDO COM EGRESSOS

AVALIAÇÃO DE IMPACTOS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM ESTUDO COM EGRESSOS

RESUMO

A avaliação dos impactos de programas sociais é vista como um elemento básico para a continuidade e formulações de ações futuras. No caso do Programa de Assistência Estudantil é percebida como essencial, tanto para os estudantes quanto para os gestores públicos, uma vez que contribui para a eficácia das intervenções pelo Programa. Assim, a pesquisa, tendo como local de estudo a Universidade Federal de Viçosa, *campus* Viçosa, objetivou examinar a percepção dos egressos sobre a influência da assistência em seus projetos de vida, seja no âmbito profissional, econômico-financeiro, familiar e social. Metodologicamente, baseou-se em um estudo de caso, com abordagem descritiva e exploratória, com enfoque qualitativo e quantitativo, sendo a coleta de dados realizada por meio de aplicação de questionários. Os resultados mostram que os egressos consideraram a assistência estudantil um elemento essencial para a sua formação acadêmica, contribuindo para a realização profissional, melhoria econômico-financeira e do espaço relacional.

Palavras- Chave: Avaliação de Impactos; Assistência Estudantil, Ensino Superior.

ABSTRACT

The assessment of the impacts of social programs is seen as a basic element for continuity and formulations of future actions. In the case of the Student Assistance Program is perceived as essential both for students and for public managers, since it contributes to the effectiveness of interventions by the Program. Thus, research, had a local of study as the Federal University of Viçosa, Viçosa campus, aimed to examine the perceptions of graduates on the influence of assistance in their life projects, whether in the professional, economic and financial, family and social. Methodologically, was based on a case study approach with descriptive and exploratory approach with qualitative and quantitative data collection was conducted through questionnaires. Results show that the graduates consider student assistance essential to their academic, contributing to professional achievement, improvement of the economic, financial and relational space.

Keywords: Impact Assessment, Student Assistance, Higher Education.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação dos impactos do Programa de Assistência Estudantil foi realizada com o intuito de verificar os resultados e aferir a eficácia das ações na percepção dos indivíduos que foram assistidos.

De acordo com Cohen e Franco (2011), a razão essencial de um programa ou projeto é produzir mudanças, solucionar um problema social ou prestar serviço a um contingente populacional. Os autores afirmam que a avaliação de programas sociais ocupa um papel central no processo de racionalização das ações adotadas e é um elemento básico do planejamento. A avaliação de resultados é imprescindível para verificação da eficiência, eficácia e efetividade. Segundo Silva (2001), a eficácia, operacionalmente, é o grau em que se alcançam os objetivos e metas do programa na população beneficiária, em determinado período de tempo. A eficiência é a relação entre custos e benefícios; enquanto a efetividade representa a relação entre os resultados e o objetivo. É a medida do impacto ou do grau de alcance dos objetivos. A avaliação de impacto do programa é a verificação do resultado, que pode ser atribuído exclusivamente às suas ações, após a eliminação dos efeitos externos.

Portanto, realizar avaliações de políticas sociais permite melhorar os modelos existentes, medir os resultados as ações desenvolvidas e o alcance dos objetivos propostos. Este tipo de avaliação serve também para decidir sobre a continuidade das ações, para formulação de ações futuras e, enfim, para orientar políticas.

O Programa de Assistência Estudantil²⁸ da Universidade Federal de Viçosa, *campus* de Viçosa, é executado no âmbito da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e engloba ações nas áreas de saúde física e mental, com atividades preventivas e curativas e orientação psicossocial; alimentação, com distribuição de refeições nos restaurantes universitários; moradia, com a concessão de bolsas e vagas nos alojamentos; esporte e lazer. Especialmente aos estudantes de graduação que se encontram em situação de vulnerabilidade social, a UFV concede benefícios nas modalidades de “bolsas” e “serviços”²⁹, quais sejam: Serviço Moradia, Serviço Alimentação, Bolsa Moradia, Bolsa

²⁸ Denomina-se Programa de Assistência Estudantil o conjunto das ações realizadas na UFV, nas áreas de saúde, alimentação, moradia, esporte e lazer, destinado aos estudantes matriculados na instituição. Na UFV não há ainda um programa estruturado e regimentado. Existem as ações, executadas ao nível das Divisões, que são os setores vinculados à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários. Portanto, optou-se por esta denominação, para facilitar a abordagem.

²⁹ Os “serviços” consistem de concessões gratuitas de vaga para moradia nos alojamentos e de alimentação nos Restaurantes Universitários, sem a exigência de contrapartida e as “bolsas”, a concessão de recursos financeiros.

Manutenção e Bolsa Creche/Pré-Escola (UFV, 2000 a 2012).

No entanto, na época em que os egressos cursavam graduação na UFV, os benefícios concedidos pertenciam à categoria de Bolsa-Carência, que consistia da concessão de: Bolsa Integral (alojamento e alimentação gratuitos para portadores de necessidades especiais); Bolsa Moradia (alojamento gratuito); Bolsa Arte (concessão de alimentação gratuita aos estudantes que participassem do Grupo de Teatro e do Coral da UFV); Bolsa LUVE (o estudante que participasse de atividades esportivas como atleta era isento do pagamento da alimentação no RU) e Bolsa Atividade. A Bolsa Atividade consistia na concessão do benefício alimentação com a contrapartida de desempenho de atividades nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e administrativa, nos diversos setores da UFV. Os estudantes beneficiários prestavam serviços, sem vínculo empregatício, em conformidade com a Lei 9.608 de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário, mediante celebração de um “Termo de Adesão” entre a instituição e o estudante, onde constava o objeto e as condições do seu exercício³⁰. As demais modalidades de bolsa foram mantidas da mesma forma. Neste estudo, a abordagem teve como foco principal as repercussões da concessão destes benefícios a estes estudantes (UFV, 2000 a 2012).

O Programa funcionava com recursos gerados pela própria Universidade, pois não havia destinação, pelo governo federal, de verba específica para este fim. O Programa atendia aos estudantes com ações mais pontuais, de acordo com a realidade vivenciada e a demanda. O número e tipos de benefícios que seriam concedidos eram fixados anualmente pela Reitoria, podendo ser aumentado ou reduzido, em função dos recursos financeiros que a Universidade dispusesse. A ausência na definição de recursos, para a manutenção de políticas de assistência estudantil, influenciava, então, no número de estudantes a serem beneficiados (UFV, 2000 a 2012).

Em 2012, o Programa seguia as diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação e, posteriormente, pelo Decreto Lei Nº 7234, de 19 de julho de 2010. O PNAES tem por objetivo, garantir o acesso, a permanência e a conclusão do curso dos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida. O Programa apresenta como meta o estímulo à adoção de programas de assistência estudantil, tais como,

³⁰ Dados retirados do regimento interno da Bolsa Atividade (UFV, 2000).

bolsa-trabalho ou outros, destinados a apoiar estudantes em situação de vulnerabilidade social que demonstrem bom desempenho acadêmico (ANDIFES, 2007).

A partir, então, da implantação do PNAES, em dezembro de 2008, o governo passou a investir em ações de assistência estudantil, permitindo às instituições o planejamento e a implantação de programas destinados ao apoio dos estudantes de baixa condição socioeconômica.

Na UFV, estudos têm sido realizados desde então, para adaptação dos procedimentos, em atendimento às normatizações propostas pelo PNAES. Algumas modalidades de bolsa foram extintas e novas foram criadas. A metodologia de atendimento e de avaliação da situação dos estudantes e de suas famílias vem sendo totalmente reestruturada e foram criados dois tipos de concessão de benefícios, caracterizados como “bolsas” e “serviços”.

Em 2012, a UFV atendia a aproximadamente 3.700 estudantes de graduação, regularmente matriculados em cursos presenciais e que se encontram em situação de vulnerabilidade social, representando 15% de todos os estudantes de graduação matriculados na instituição (UFV, 2000 a 2012).

Entretanto, apesar da significativa demanda por assistência estudantil e do seu estabelecimento legal, inexistem estudos avaliativos sobre seus resultados e impactos. Nesse sentido, foi estruturada a presente pesquisa, que objetivou examinar a percepção dos egressos sobre a influência da assistência em seus projetos de vida, nos âmbitos profissional, econômico-financeiro, familiar e social.

2. METODOLOGIA

A pesquisa, baseada em um estudo de caso, teve uma abordagem descritiva e exploratória, com enfoque metodológico qualitativo e quantitativo e foi conduzida na Universidade Federal de Viçosa (UFV), *campus* de Viçosa - Minas Gerais - Brasil. A unidade empírica de análise deste estudo foi o conjunto das ações que compõem o Programa de Assistência Estudantil da Instituição.

A amostra probabilística foi retirada dentre os indivíduos que se formaram no ano de 2009 e que foram beneficiários do Programa de Assistência Estudantil da UFV, *campus* de Viçosa. A escolha se pautou na suposição de que, com este tempo, três anos de conclusão de curso, o indivíduo já estaria inserido em alguma atividade, seja na pós-

graduação ou no mercado de trabalho. Participaram da pesquisa 43 egressos, número equivalente a 12,5% da população total.

No intuito de obter informações sobre os egressos, pesquisou-se nos arquivos da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, nos dados cadastrais dos estudantes que se formaram em 2009, para posteriormente entrar em contato com os mesmos. Além disso, para se obter dados mais atualizados, foi solicitada uma consulta no sistema informatizado da Associação dos Ex-Alunos da UFV, a qual foi realizada por funcionário indicado, mediante autorização específica.

Os contatos com os egressos foram realizados na intenção de conhecer sua realidade atual e as interferências e contribuições da assistência estudantil em sua vida pessoal, profissional e familiar, como forma de avaliar os resultados do Programa de Assistência Estudantil.

O instrumento utilizado para coleta de dados foi o questionário, cuja escolha se pautou pela possibilidade de aplicação simultânea a todos os indivíduos que compõem a amostra do estudo. Além de se obter maior uniformidade na avaliação e respostas mais rápidas e precisas.

As variáveis e categorias de análise utilizadas foram: quais os tipos de auxílios (bolsas e serviços) receberam da UFV e por quanto tempo os receberam; como estes auxílios contribuíram para sua manutenção na universidade; quais benefícios estes auxílios trouxeram para suas famílias; como seria sua situação sem o recebimento destes auxílios; se os auxílios interferiram em sua vida acadêmica e em seu rendimento escolar e de que forma.

Os dados relativos aos resultados do programa foram coletados por meio de informações sobre a realidade do egresso e como, na sua visão, a assistência estudantil influenciou nessa realidade, considerando seus projetos de vida, seja no âmbito profissional, econômico-financeiro, familiar, social ou de redes de convivência.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1. Avaliação de Políticas e Programas

A avaliação de políticas sociais, de acordo com Ramos (2010, p. 22), “pode ser definida como um processo de coleta e análise sistemática de informações sobre insumos, processos e resultados de uma ação governamental, com base em critérios de

eficiência, eficácia e efetividade, de forma a gerar recomendações para aperfeiçoar a gestão”. A avaliação é, portanto, um instrumento que contribui para tornar mais transparentes as relações entre Estado e sociedade e para assegurar que o Estado seja capaz de responder adequadamente às demandas sociais, implementando intervenções ajustadas à resolução dos problemas diagnosticados. O Governo Federal e os governos estaduais e municipais têm se preocupado cada vez mais em submeter suas ações à avaliação, proporcionando a revisão, de forma cuidadosa e criteriosa, dos processos que não geram os retornos desejados. Assim, por meio da avaliação, as instituições adquirem ganhos de racionalidade e de conhecimento e aprimoram o desenho de suas ações.

Além do caráter de mensuração objetiva de resultados, a avaliação possui também aspectos qualitativos, constituindo-se em um julgamento sobre o valor das intervenções por parte dos avaliadores internos ou externos, bem como por parte dos usuários ou beneficiários.

Para Ala-Harja e Helgason (2000), a avaliação de programas é um mecanismo de melhoria do processo de tomada de decisões, permitindo o conhecimento dos resultados de um dado programa. As informações obtidas podem ser utilizadas para melhorar a concepção ou implementação de um programa, fundamentar decisões, reorientar as ações para o alcance dos objetivos traçados, alocar apropriadamente os recursos.

Na perspectiva da avaliação, segundo Silva (2001, p.47), “as políticas públicas são decisões governamentais que geram impacto tangível e mensurável ou substantivo, alterando as condições de vida de um grupo ou população ou produzindo mudanças em atitudes, comportamentos e opiniões”.

Entretanto, na visão da referida autora, as políticas sociais promovidas no Brasil são marcadas pela insuficiência, precariedade e descontinuidade, “representando muito mais esforços meramente simbólicos, do que efetivas políticas capazes de alterar as condições de vida das populações atendidas”. Registra-se uma “profunda desarticulação entre as políticas sociais e as políticas macroeconômicas, reduzindo as primeiras a patamares meramente compensatórios, quando não assistencialistas e clientelistas” (SILVA, 2001 p.13).

De acordo com a autora supracitada, as avaliações de políticas e programas sociais surgem a partir dos anos 1980, quando os movimentos sociais começam a demandar políticas sociais universalizadas, como um direito de cidadania. Surgem

também as críticas às políticas sociais desenvolvidas na América Latina, especificamente, no Brasil, referindo-se ao mau uso do dinheiro público e ao foco dos programas sociais em relação à população mais necessitada. O Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento passam a demandar reforma dos programas sociais, baseada então, na focalização, descentralização e privatização. Nesse sentido, as instituições financiadoras incluem a avaliação das políticas sociais como condição para seu financiamento e passa a exigir maior racionalidade dos gastos públicos e do rendimento dos recursos aplicados. A partir de então, desenvolve-se a avaliação constituindo um vasto campo interdisciplinar. Todavia, no Brasil, a prática de avaliação de políticas e programas sociais ainda é muito restrita e realizada, na maioria das vezes, como mero controle de gastos do que para realimentar os programas em desenvolvimento, servindo muitas vezes para punir e desenvolver a cultura do medo.

A avaliação de impactos de um programa, de acordo com Silva (2001), é caracterizada como uma medida de desempenho da ação de um programa, que pode ser realizada durante ou depois de sua implementação, para verificar se obteve ou não os resultados previstos. Dirige-se para além deste, subsidiando decisões sobre política, onde os usuários são os decisores públicos.

Nos projetos concluídos realiza-se a avaliação *ex-post* que é relativa ao uso, no futuro, da experiência vivenciada, verificando, por exemplo, se deve dar continuidade ou não realizar experiências semelhantes; se superam os custos ou não, ou se deve reprogramar para alocar melhor os recursos aos fins que se pretende alcançar (COHEN e FRANCO, 2011).

De acordo com os autores, a dimensão temporal permite diferenciar, na avaliação *ex-post*, as fases inerentes à realização do projeto (avaliação de processos) e do depois (avaliação terminal ou de resultados), como também diferenciar se é uma análise da eficiência operacional ou de impacto. A avaliação de impacto determina em que medida o projeto alcança seus objetivos e quais são os seus efeitos secundários, previstos e não previstos, verificando-se o resultado dos efeitos de um programa, mudanças quantitativas e qualitativas sobre as condições de vida de uma população. Se além ao que já aconteceu, ou seja, se o projeto funcionou ou não, descobrindo as causas dos erros, se dirigindo para além do projeto, sendo útil para decidir sobre a continuação, sobre a formulação de projetos futuros e sobre a tomada de decisões de políticas.

Segundo Costa e Castanhar (2002), o processo de avaliação será facilitado e mais útil se baseado em um planejamento consistente, capaz de estabelecer relações

causais entre atividades e produtos; produtos e resultados que permitam atingir metas visadas; resultados que causem efeitos mais ou menos precisos e respondam pelo alcance de um objetivo específico; efeitos que produzam um impacto pretendido pelo propósito ou missão do programa, de forma que as atividades de fato contribuam para o alcance desse mesmo propósito.

Nesse contexto, a avaliação do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa, *campus* de Viçosa, foi realizada na perspectiva do entendimento de como as políticas de assistência estudantil adotadas pela Instituição contribuíram para os projetos de vida dos indivíduos que foram beneficiários e seus reflexos nos âmbitos profissional, econômico-financeiro, familiar e social. Ou seja, em que medida o programa alcançou seus objetivos, considerando-se a percepção dos egressos sobre a influência da assistência em seus projetos de vida.

3.2. Projetos de Vida

De acordo com Ribeiro (2005), os projetos de vida de cada pessoa envolvem a articulação entre a dimensão individual (subjetividade) e a social, que geram a idealização e realização de um percurso de vida. Nesse sentido, a ação humana é gerada na relação entre o sujeito e o mundo, entre a pessoa e a sociedade, e que ambos os extremos dessa relação podem influenciar essa ação.

Os projetos são elaborados e construídos de acordo com experiências sócio-culturais, vivências e interações interpretadas. O projeto de vida não é e nem pode ser um fenômeno puramente subjetivo, apesar de se relacionar a fantasias, sua matéria-prima é cultural e de certa forma tem que ser coerente, em um processo de interação com os contemporâneos, mesmo que seja rejeitado. Os contemporâneos do sujeito serão aliados, inimigos ou indiferentes, cujos projetos e condutas originarão os limites dos projetos do sujeito (VELHO, 1994 *apud* JUNCKEN, 2005).

O supracitado autor argumenta que um projeto é constituído das emoções do sujeito e, por mais particular que seja, deve se basear em um nível de racionalidade cotidiana para que expectativas mínimas sejam alcançáveis. A avaliação constitui parte importante de um projeto, como instrumento para realização das metas e controle do tempo na medida em que as etapas vão acontecendo. O projeto individual é construído em função de uma história de vida.

A noção de que os indivíduos escolhem ou podem escolher é o ponto de partida para elaboração do projeto de vida. Considerando-se as dificuldades a que estão sujeitos os indivíduos pobres, as possibilidades de escolha e, portanto, a construção do seu projeto, sofre limitações, na visão de Velho (1994, *apud* JUNCKEN, 2005).

Ribeiro (2005) destaca que todo projeto é construído intersubjetivamente e baseado em representações sociais, que orientam o agir e operam as transformações, bem como a construção de representações sobre o próprio indivíduo e o mundo (autonomia e práxis). O autor traz também a concepção de Catão (2001), que aponta três dimensões subdivididas em oito classes de operadores para a elaboração de um projeto:

*(1) Dimensão espaço-temporal: possibilidade de realização de projetos em função dos antecedentes sócio-ocupacionais; da mudança de vida; e das práticas institucionais (inserções presentes possibilitadoras de inserções no tempo futuro); (2) Dimensão sócio-afetiva: possibilidade de construção das bases psicossociais para operacionalização do projeto de vida em função da exclusão/inclusão social; da tríade trabalho-educação-família; da relação com o outro e consigo; e da relação de agressão/destruição com este projeto; (3) Dimensão sócio-cognitiva: possibilidade de elaboração e crítica constante do projeto de vida em função do pensamento/reflexão (diálogo consigo mesmo sobre si e sobre o mundo em relação) (CATÃO, 2001 *apud* RIBEIRO, 2005, p. 56).*

Velho (1994, *apud* JUNCKEN, 2005), argumenta que as pessoas têm a capacidade de transformarem e substituírem seus projetos, tendo em vista que possuem uma biografia, vivem no tempo e na sociedade e, por isso, são influenciadas pelos outros e pelas mudanças sócio-históricas. O sujeito reconhece-se nos outros, por meio de semelhanças e coincidências, mesmo tendo vivido sua experiência como única. Porém, no projeto, sempre haverá algo irreduzível, devido à combinação única de fatores psicológicos, sociais, históricos, impossíveis de se repetir.

Segundo o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID, 2012), a elaboração dos projetos de vida envolve aspectos, que estão inter-relacionados e que implicam no estabelecimento de ações contínuas e interligadas, como demonstrado na Figura 1.

Nessa perspectiva, cada dimensão ou aspectos, descritos na Figura 1, agem como fatores que possibilitam ou impossibilitam determinado comportamento do indivíduo, influenciado, como no caso do estudo em questão, pela conclusão de um curso superior e escolha profissional. Parte-se, então, do pressuposto de que cada indivíduo tem um projeto pessoal e profissional e que a assistência estudantil interferiu na concretização de parte desses projetos de vida.

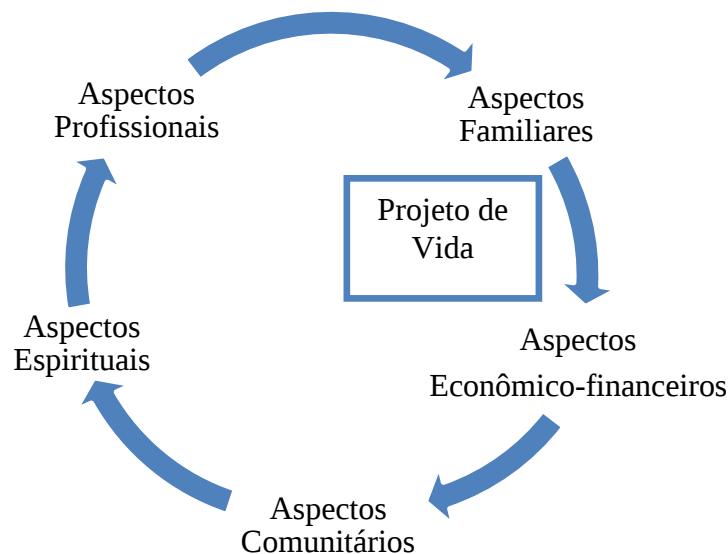


Figura 1 – Aspectos no Estabelecimento do Projeto de Vida

Fonte: OBID (2012), com adaptações.

Ribeiro (2005) expõe a afirmação de Bohoslavsky (1980), de que “as exigências do sistema produtivo são interiorizadas e articuladas com o desejo, gerando a escolha profissional, que, através de um jogo intrincado de identificações, possibilita a construção de identidade profissional”. Expõe também que Silva (1996), baseando-se nas ideias de Bourdieu (1974), indica que:

a escolha profissional é marcada pelo conjunto estruturado de disposições que, interiorizados simbolicamente sob a forma de preceitos éticos (o “isso não é para nós”) e padrões de comportamento, regem as estratégias de vida, operando a mediação entre sujeito e história, entre a dimensão individual e a dimensão social e os deslocamentos no espaço social que constituem sua trajetória social (SILVA, 1996 apud RIBEIRO, 2005, p. 55).

Na visão de Bordieu, cada ator social age, portanto, dentro de um campo social determinado, que inclui seu desejo e o que foi construído através do seu processo de socialização por meio da família e das relações sociais. O projeto de vida é elaborado pelo comportamento decisório do indivíduo e produz as condições para compreensão do sentido de vida na articulação do seu passado, presente e futuro, por meio da concretização das aspirações e objetivos, num campo de reais possibilidades e limitações.

Diante disso, foram destacados como objeto deste estudo, os aspectos profissionais e familiares, que estão interligados com os aspectos econômico-financeiros, considerados fundamentais para a construção dos projetos de vida da

amostra estudada. Ou seja, a capacitação do estudante é considerada, então, como parte importante dos projetos de vida dos ex-beneficiários do Programa de Assistência Estudantil da UFV, *campus* de Viçosa. Isto se deve ao fato de que a aspiração por melhores condições de vida, por meio de inserção no mercado de trabalho e obtenção de melhores salários, foi um fator abordado por todos os participantes da pesquisa. Estas considerações remetem à promoção e ao reforço das capacidades e competências definidas por Amaro (2012) como competências do ser, do estar, do fazer, do criar, do saber e do ter.

As competências pessoais ou “do ser”, compreendem o reforço da auto-estima, da dignidade e do auto-reconhecimento. As competências sociais implicam na reativação ou criação das redes sociais e dos laços familiares, retomando o desenvolvimento das interações sociais, dentre outros. As competências profissionais ou “do fazer”, envolvem as qualificações profissionais. As competências “do criar”, são as capacidades de sonhar e de concretizar alguns sonhos, assumindo riscos, liderando projetos, etc.. As competências informativas ou “do saber” são relativas à escolarização, aprendizagem de saberes formais e informais, formação da capacidade crítica e fundamentação das decisões. Finalmente, as competências “do ter” relacionam-se ao acesso a um rendimento e sua tradução em poder de compra, capacidade de priorizar e escolher consumos, dentre outros. Todas essas competências estão ligadas aos projetos de vida das pessoas (AMARO, 2012).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Perfil dos Egressos

Analisando os dados pessoais dos egressos participantes da pesquisa, 53% eram do sexo feminino e 47% do sexo masculino, sendo a maioria solteira (80%), na faixa etária de 31 a 40 anos (77%). Os demais, 4%, estavam na faixa etária entre 18 a 24 anos e 19% com idade acima de 40 anos. Apenas 19% eram casados.

Com relação à situação de trabalho, a maioria dos egressos encontrava-se trabalhando e muitos estavam conjugando um trabalho com a pós-graduação ou, somente, fazendo uma pós-graduação. Uma parcela muito pequena encontrava-se desempregada. Observa-se, na Figura 1, que um número significativo de indivíduos estava cursando pós-graduação, evidenciando a necessidade de darem continuidade aos

estudos, almejando melhor capacitação para o mercado de trabalho, pois a competitividade é grande e, desta forma, podem ter melhores chances.

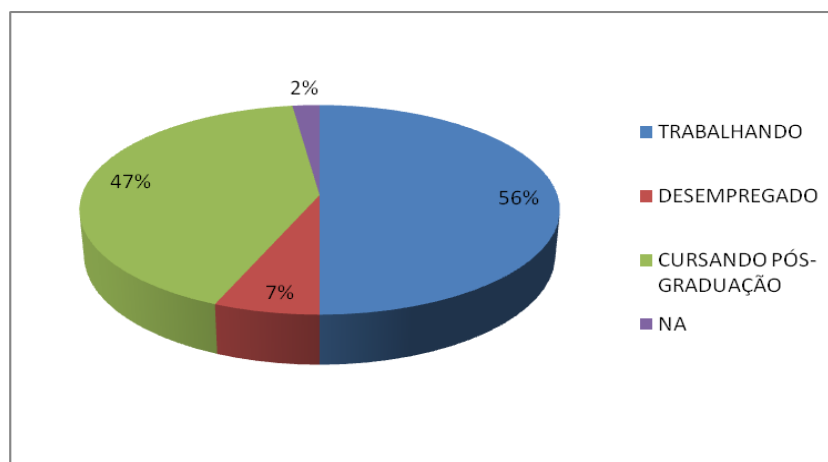


FIGURA 1 – Situação de Trabalho dos Egressos do Programa de Assistência Estudantil da UFV, *campus* de Viçosa, em 2012.

FONTE: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Sobre os cursos de pós-graduação, 70% dos egressos responderam que estavam realizando ou que já realizaram algum tipo de curso, sendo 56% de mestrado, *stricto sensu*, 14% de doutorado e 12% de especialização, *lato sensu*.

Mudanças e exigências do mercado laboral têm feito proliferar um novo perfil de profissionais, no qual a educação continuada tornou-se o caminho ideal para se manter no mercado de trabalho. Sendo assim, um número cada vez maior de indivíduos está voltando para a os cursos e programas de pós-graduação³¹, em busca de capacitação e especialização profissional.

O conhecimento está se renovando muito rapidamente, devido à globalização, à velocidade da informação e desenvolvimento da tecnologia, sendo preciso estar constantemente se atualizando e, para se conservar no mercado de trabalho, o indivíduo procura, cada vez mais, os cursos de pós-graduação.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) realizou pesquisas nacionais em 1997, 2004 e 2010, com o objetivo de traçar o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação. Os estudos diagnosticaram a situação desses estudantes, permitindo que o fórum apresentasse à

³¹ De acordo com o art. 44, Inciso III, da LDB. 9394/96, "os cursos e programas de Pós-Graduação, compreendem programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam as exigências das instituições de ensino" (BRASIL, 1996).

ANDIFES a proposta de um Programa Nacional de Assistência Estudantil. Dentre os resultados encontrados em sua última pesquisa, em 2010, a educação continuada está no plano de 64% dos estudantes. O desejo dos estudantes das federais, após a formatura é trabalhar (22%); continuar estudando (19%) e conjugar as duas atividades (55%), conforme dados do FONAPRACE (2010).

Os cursos em que os egressos se formaram na UFV estão representados na Figura 2, divididos por Centros de Ciências.

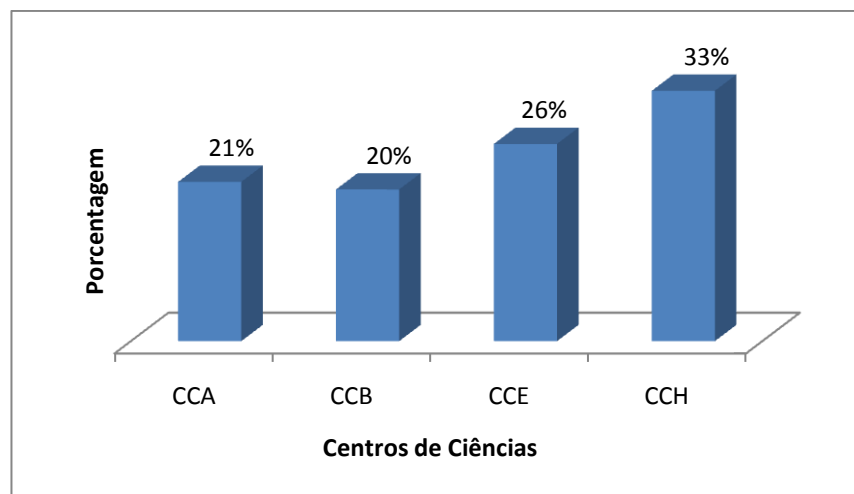


FIGURA 2 – Curso Superior dos Egressos do Programa de Assistência Estudantil, formados em 2009, por Centros de Ciências da UFV, *campus* de Viçosa.
FONTE: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Quando perguntado sobre a ordem de prioridade que classificava a opção pelo curso, 82% dos participantes da pesquisa responderam que foi a sua primeira opção, significando que a maioria permaneceu no curso escolhido, ou seja, não trocou de curso.

Com relação aos motivos da escolha pela UFV, 83% responderam que foram pela qualidade do ensino. Em geral, a escolha pela UFV se pautou na conceituação da instituição, sendo considerada uma das melhores do país e por ser referência na área agrária, conforme o relato de um ex-aluno: “a UFV possui excelência reconhecida em Ciências Agrárias em âmbito nacional e internacional, além dos serviços de assistência estudantil oferecida, por meio da bolsa moradia e alimentação, sem os quais seria extremamente difícil a minha permanência no curso de graduação” (*Part. n. 13, CCA, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

A assistência estudantil foi considerada por 52% dos egressos como fator importante para permanência e conclusão do curso de graduação. Como exemplo, cita-se o depoimento:

O motivo principal, sem dúvida, foi a assistência estudantil oferecida. Venho de família modesta e na ocasião do meu ingresso na UFV, Março de 2005, a única universidade que poderia estudar seria a UFV. Durante toda a graduação, de Março de 2005 a Dezembro de 2009, fui morador do alojamento (...) e trabalhei como bolsista atividade no RU durante os primeiros 2 anos e 6 meses e, em seguida, no Núcleo Interdisciplinar de Análise de Sinais (NIAS) no departamento de Engenharia elétrica. Fatores como estes demonstram que minha escolha pela UFV foi mais que acertada (Part. n. 22, CCE, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Depoimentos como estes mostram como a assistência estudantil foi importante na vida dos egressos e a forma como foi abordada demonstra reconhecimento e valorização pelo benefício recebido, bem como da contrapartida exigida ao estudante de desenvolvimento de atividades em algum setor. Tais atividades, de acordo com o regimento da “Bolsa Atividade”, à época, tinham por princípio dar a oportunidade ao estudante de atuar na sua área de formação em atividades de pesquisa ou extensão ou em área administrativa, o que contribuía para sua formação profissional (UFV, 2000). A partir de 2012, a modalidade do benefício “Bolsa Atividade” foi substituído pelo “Serviço Alimentação”, atendendo às normas do PNAES e reivindicações dos estudantes e não se exigiu mais a contrapartida de atividades.

Os demais motivos, tais como, a proximidade com a cidade da residência dos pais foi citada por 40% dos egressos, a tranquilidade e custo de vida em Viçosa por 4% e finalmente, 2% escolheram a UFV por ser uma instituição Federal.

Com relação à assistência concedida, solicitou-se aos participantes que marcassem os benefícios, especificamente as Bolsas recebidas enquanto estavam cursando graduação na UFV, pois na época em que estavam na Universidade as modalidades existentes eram somente de “Bolsas”. A grande maioria, aproximadamente 80% dos egressos, obteve as Bolsas moradia e alimentação, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Os participantes poderiam marcar mais de uma opção, mesmo porque os benefícios podiam ser acumulados, ou seja, um estudante poderia usufruir dos benefícios moradia e alimentação ao mesmo tempo ou acumular as Bolsas Moradia com Bolsa Esporte ou com Bolsa Arte.

Vale ressaltar, que as Bolsas “Arte” e “Esporte” não eram destinadas somente aos estudantes em vulnerabilidade social. Os estudantes eram selecionados pelas habilidades, por isso um número pequeno representado na Figura 3.

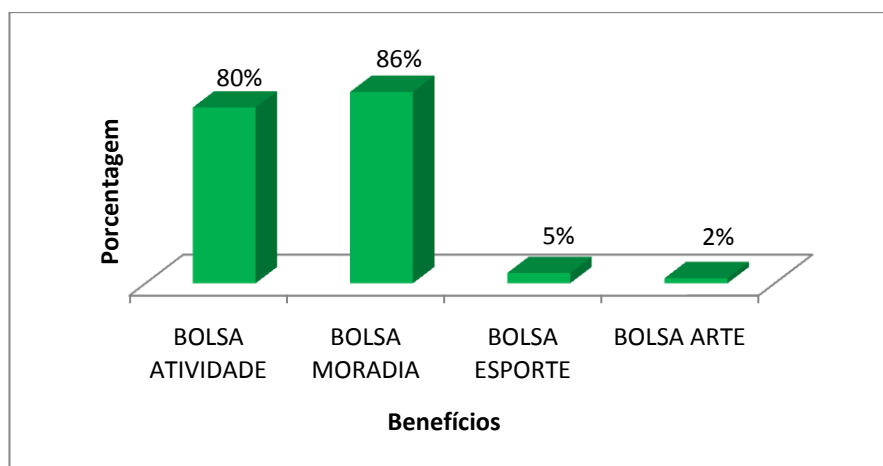


FIGURA 3 – Benefícios Recebidos pelos Egressos do Programa de Assistência Estudantil da UFV, *campus* de Viçosa.

FONTE: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Perguntou-se aos egressos se consideravam que estes benefícios concedidos foram suficientes e 63% responderam que sim, no sentido de que supriram as necessidades de moradia e alimentação, de acordo com os objetivos propostos, conforme os relatos:

Além destes benefícios, eu possuía bolsa de iniciação científica que ajudava com os demais gastos (materiais e alimentação). Apesar de ter grande valia o recurso recebido pela assistência estudantil, ainda tinham estes outros gastos (Part. n. 07, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Foi suficiente, pois o maior gasto que teria em Viçosa seria exatamente com moradia e alimentação. Os demais gastos, meus pais conseguiram cobrir (Part. n. 17, CCH, sexo feminino, na faixa etária de 31 a 40 anos).

Para a maioria dos egressos, os benefícios foram suficientes na medida em que cumpriram com seus propósitos, porém os gastos extras eram supridos com outros recursos, advindos da família ou de bolsas de pesquisa ou extensão. Ou seja, consideraram que os benefícios atenderam suas necessidades básicas, diminuindo os gastos da família com sua manutenção.

Por outro lado, 37% responderam que os benefícios não eram suficientes, justificando que tinham outros gastos: “Os gastos de um estudante não se resumem em moradia e alimentação. Materiais escolares, eventos (congressos, simpósios, visitas técnicas), trabalhos de campo, são bastante dispendiosos. Assim, bolsa moradia e bolsa atividade não foram suficientes como fontes de recurso” (Part. n. 35, CCB, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Parte dos egressos não considerava os benefícios como fonte de recursos suficiente, tendo em vista os altos gastos com atividades acadêmicas importantes para sua formação e capacitação e com materiais didáticos. Assim, uma reclamação geral foi com relação aos gastos com materiais didáticos, como xerox, apostilas, materiais para aulas práticas, etc. Estes gastos são onerosos, levando os estudantes a utilizarem outras estratégias para obter mais recursos. Além disso, os RUs não funcionavam nos finais de semana à noite, oferecendo somente café da manhã e almoço e tinham, ainda, os gastos com lanches nos intervalos das principais refeições.

O benefício representava, na percepção de 72% dos egressos, uma forma de manter o estudante na universidade: “representou a minha permanência na UFV. Mesmo que o recurso não fosse suficiente para todas as minhas despesas, contribuiu para amenizá-las e muito, pois supria quase 70% dos meus gastos. Como meus pais não tinham condições de me manter na UFV, só consegui por meio da bolsa e uma pequena ajuda de meu irmão” (*Part. n. 11, CCA, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

No entanto, para 40% representava uma grande ajuda, influenciando no orçamento familiar e na manutenção de mais um membro da família na Instituição:

Sem dúvida foi de grande ajuda, uma vez que o orçamento familiar teria ficado extremamente apertado, principalmente porque meu irmão também estava fazendo graduação na UFV. Foi muito importante termos a bolsa Moradia (Part. n. 31, CCE, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Representou a possibilidade de manter duas filhas em uma instituição de ensino superior, o que seria impossível sem o recebimento dos auxílios (Part. n. 01, CCH, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

A permanência na UFV e o êxito na formação dos egressos foram possíveis por meio da assistência estudantil, visto que os pais não tinham condições de mantê-los, ou haveria um arrocho no orçamento familiar. A maioria citou que os benefícios implicaram em grande alívio nas despesas da família, propiciando alocação dos recursos em outras necessidades.

Em 88% dos casos, as famílias completavam as despesas dos egressos e 68% exerciam alguma atividade remunerada, por meio da obtenção de bolsas de pesquisa ou extensão universitária, como também trabalhos informais. Como exemplo, citaram as bolsas de iniciação científica ou de ensino (tutoria, monitoria), estágio remunerado, empresa júnior, aulas particulares, trabalhos de informática (digitações), trabalhos em eventos e festas (garçons, seguranças), vendas de roupas e cosméticos e outros.

Além dos benefícios recebidos, foi perguntado aos egressos sobre outros tipos de atendimentos ou serviços que utilizaram e com qual frequência o fizeram. As respostas estão representadas na Tabela 1, a seguir apresentada.

Tabela 1 – Serviços ou Tipos de Atendimentos Utilizados pelos Egressos do Programa de Assistência Estudantil da UFV, *campus* de Viçosa.

Atendimento	Frequência (em %)				
	Diariamente	Quinzenalmente	1 X mês	Raramente	Nunca
RU	98	2	-	-	-
ASBEN	-	-	9	58	33
Consultas Médicas	-	-	33	67	-
Dentista	-	2	16	41	41
Psicólogo	-	2	5	5	88
Assistente Social	2	-	5	93	-
Psiquiatra	-	-	2	-	98
Laboratório de Análises Clínicas	-	2	19	79	-
Raio X	-	2	5	10	83

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pela autora.

Observou-se que o RU foi utilizado diariamente por 98% dos egressos. Quanto aos atendimentos realizados na área da saúde, verificou-se uma menor demanda, que procurou pelos serviços com uma frequência também menor. Os mais procurados foram as consultas médicas e o Laboratório de Análises Clínicas, além dos dentistas, identificados por 100% e 59% dos egressos, respectivamente.

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários oferece estes serviços, por meio das Divisões a ela vinculadas: A Divisão de Alimentação administra os Restaurantes Universitários (RUs), responsáveis pelo fornecimento de refeições a preços subsidiados, que compreendem café da manhã, almoço e jantar, a todos os estudantes regularmente matriculados, além de coordenar pesquisas, estágios profissionalizantes e apoiar a realização de diversos eventos institucionais: congressos, semanas acadêmicas dentre outros.

A assistência à saúde é prestada pela Divisão de Saúde (DSA), que tem por objetivo prestar uma assistência à saúde de qualidade, nos aspectos curativos e preventivos, a toda a comunidade universitária (funcionários e estudantes). Em 2012, contava em seu quadro com 16 médicos de diferentes especialidades, 05 cirurgiões-dentistas, 05 fisioterapeutas e o serviço de atendimento nutricional, realizado por professores e estudantes do curso de Nutrição da UFV. Para subsidiar estes

atendimentos, possui laboratório de análises clínicas, serviço de raios-x e o setor de enfermagem, equipado com eletrocardiógrafo e equipamentos para atendimentos de urgências e emergências.

A Divisão Psicossocial (DVP) promove orientação psicossocial à comunidade universitária, por meio de uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais da área de Psicologia e de Serviço Social.

A Divisão de Esporte e Lazer (DLZ) tem por finalidade promover o esporte e o desporto universitário na UFV; coordenando os eventos esportivos e projetos institucionais relacionados com atividades físicas, esportivas e de lazer destinados a toda comunidade universitária.

A Associação Beneficente de Auxílio a Estudantes e Funcionários da UFV (ASBEN) é uma associação civil, de caráter beneficente, sem fins lucrativos, que tem a finalidade de auxiliar aos funcionários e seus dependentes e aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica em suas necessidades emergenciais. Trata-se de um órgão vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, que promove atendimentos, no caso dos estudantes, auxiliando na compra de medicamentos na farmácia da DSA, na realização de exames e consultas médicas ou odontológicas, cujas especialidades não são oferecidas na DSA. Esta Associação foi procurada por 67% dos egressos, no entanto 58% o fizeram com rara frequência.

As bolsas de pesquisa e extensão também foram abordadas nos questionários aplicados, de forma que os egressos tinham que responder se tiveram tais bolsas e se as mesmas interferiram no rendimento acadêmico e de que forma. Os dados mostraram que 42% não obtiveram tais bolsas. No entanto, 49% obtiveram bolsas de iniciação científica, 5% bolsas de extensão e 12% tiveram outros tipos de bolsas. Destes, 99% responderam que a interferência no rendimento acadêmico foi positiva, alegando que, para se conseguir as bolsas era necessário ter bom rendimento acadêmico e que proporcionaram enriquecimento pessoal e profissional, de acordo com as citações:

A bolsa de iniciação científica possibilitou grande crescimento profissional, desenvolvimento e reconhecimento de habilidades pessoais. A partir desta atividade, passei a interagir mais com publicações científicas e meio científico (simpósios, congressos), inclusive com apresentação de trabalhos, que me ajudou muito com as atividades do próprio curso (Part. n. 09, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Consistia em estímulo aos estudos, tanto para a própria manutenção ou renovação da bolsa quanto ao investimento a longo prazo, como pré-requisito importante para o ingresso na Pós-Graduação (Part. n. 13, CCA, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Ainda colho frutos da pesquisa que realizei (Part. n. 22, CCE, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

A interferência das bolsas de pesquisa e extensão foi considerada positiva pelo fato de representar um estímulo ao estudante a ter um bom coeficiente de rendimento para manutenção e renovação das referidas bolsas. Além disso, a formação profissional, o reconhecimento e desenvolvimento de habilidades e a possibilidade de ingresso em programas de pós-graduação, foram, em grande parte, influenciados pela obtenção de tais bolsas. As bolsas propiciaram também a participação em eventos científicos, como congressos e simpósios, onde os egressos tiveram oportunidade de publicar seus trabalhos, enriquecendo seus currículos. Tais fatores são também importantes para o crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional.

4.2. Percepções dos Egressos

4.2.1. Assistência Estudantil

A assistência estudantil foi considerada importante para 100% dos egressos e o relato de todos foi o de que sem ela, não seria possível, estudantes advindos de famílias de baixa renda, frequentarem uma universidade, como citou um ex-aluno:

Hoje a discussão sobre como garantir que estudantes negros e oriundos de escolas públicas possam ter acesso ao ensino superior é intensa. Porém, é necessária a constatação de que essas pessoas, em sua maioria, são oriundas de famílias de baixa renda e acessam o ensino superior exatamente na idade em que ajudariam a compor a renda familiar. Assim, para essas famílias, manter um membro em outra cidade sem que ele possua uma renda própria é algo muito árduo. É exatamente nesse ponto que a assistência estudantil se mostra importante, garantindo que essas pessoas possam estudar sem onerar o orçamento familiar (Part. n. 19, CCA, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Quando perguntado aos egressos se eles não tivessem recebido o apoio da universidade, representado por meio dos benefícios da assistência estudantil, quais estratégias utilizariam, 60% responderam que teriam que trabalhar, porém teriam que exercer alguma atividade que conciliasse com os horários das aulas ou, então, teriam que fazer outro curso, em horário noturno e, desta forma, teriam que “abrir mão” de realizar o sonho da profissão almejada, de acordo com os depoimentos:

É provável que eu teria procurado por atividades remuneradas (que provavelmente interfeririam negativamente em meu rendimento acadêmico) (Part. n. 35, CCB, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Trabalhar por umas horas e fazer menos disciplinas. Isso faria com que eu me formasse num prazo mais prolongado (Part. n. 07, CCA, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

No entanto, 20% responderam que não poderiam continuar com os estudos, como citou um ex-aluno, “não haveria possibilidade de cursar engenharia civil, que é um curso de horário integral, e aliar isso a algum tipo de emprego. Sem os benefícios provavelmente não teria iniciado o curso na UFV (Part. n. 23, CCE, na faixa etária de 25 a 30 anos). Por outro lado, 12% não souberam responder o que fariam, como uma ex-aluna relatou, “nem sei... Acho que teria que trabalhar algum tempo e juntar dinheiro pra depois fazer um curso superior” (Part. n. 42, CCE, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Os demais, 8%, responderam que tentariam bolsas de pesquisa e extensão: “teria procurado bolsas de extensão, iniciação científica, entre outras oportunidades que a UFV proporciona, como fiz posteriormente” (Part. n. 03, CCH, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos). Outras alternativas que utilizariam, seriam a redução ao máximo das despesas, como também a venda de cosméticos, artesanatos, etc.: “provavelmente teria me envolvido com alguma atividade com a finalidade de ganhar dinheiro (venda de produtos de beleza, entre outras)” (Part. n. 09, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Desta forma, percebe-se que, sem a assistência estudantil, muitos dos egressos não prosseguiriam com os estudos ou o fariam de forma mais dificultada, comprometendo o rendimento acadêmico ou atrasando a conclusão do seu curso.

De acordo com Costa (2009), é importante refletir como as políticas de assistência estudantil podem garantir condições justas de oportunidade para os estudantes permanecerem e concluírem os seus cursos. As políticas de assistência estudantil na educação superior têm a finalidade de destinar recursos e mecanismos para que os estudantes possam permanecer na universidade e concluir seus estudos de modo eficaz. Sendo assim, tais políticas devem se voltar não só para as questões de ordem econômica, como auxílio financeiro para que o indivíduo possa realizar as atividades diárias na instituição, mas também de ordem pedagógicas e psicológicas.

O PNAES tem por objetivos a democratização das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais; a redução das taxas de retenção e evasão e a contribuição para promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Com relação à interferência dos benefícios recebidos no rendimento acadêmico, 98% dos egressos consideraram que a interferência foi positiva, porque

gerou certa tranquilidade para poderem se dedicar melhor aos estudos: “meu rendimento acadêmico melhorou, pois morando perto e com alimentação saudável eu pude me dedicar mais aos estudos” (*Part. n. 06, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Os fatores, como tranquilidade, segurança e tempo foram considerados os mais importantes para o rendimento acadêmico, na concepção dos egressos. A tranquilidade, relacionada à redução dos problemas a resolver e à garantia de se ter moradia e alimentação, geravam segurança e aliviavam as tensões e, com isso, havia melhor dedicação aos estudos. De acordo com o depoimento de uma ex-aluna, “eu nunca tive problemas com meu rendimento acadêmico depois que recebi esses auxílios. Antes ficava preocupada com o que iria fazer para ter dinheiro para comer, depois das bolsas fiquei mais tranquila e não tive problemas” (*Part. n. 02, CCA, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*). O fator tempo foi relacionado à moradia dentro do *campus*, propiciando agilidade na locomoção para os prédios e laboratórios de aulas e biblioteca, sobrando mais tempo para os estudos: “a bolsa moradia era bastante benéfica para mim, pois, pelo fato de morar dentro da UFV, sempre estava na biblioteca estudando” (*Part. n. 14, CCE, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Outro fator, também citado pelos egressos, referiu-se à carga horária da bolsa atividade, que consumia algum tempo, pois consistia em 10 a 12 horas semanais de desempenho de atividades, em algum setor da UFV, em contrapartida ao recebimento do benefício alimentação e, finalmente, o tempo relacionado ao desempenho de atividades remuneradas: “algumas vezes os horários de bolsa atividade atrapalhavam na hora de fazer algum trabalho ou estudar para as provas, mas de maneira geral, trabalhar para ganhar a alimentação ajudava a não ficar preocupada em ficar pensando como conseguir dinheiro para alimentação” (*Part. n. 30, CCE, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Outro ex-aluno relatou que, antes de receber os benefícios, tinha que exercer alguma atividade para sua manutenção, o que levava ao cansaço e à falta de tempo para os estudos. Com a obtenção dos benefícios o desempenho acadêmico foi melhorado: “antes de obter os benefícios tinha que exercer atividades fora da UFV e, com isto, sentia-me mais cansado e com menos tempo para os estudos. Com a obtenção dos benefícios tive uma melhora em meu rendimento acadêmico” (*Part. n. 40, CCE, sexo masculino, na faixa etária de 31 a 40 anos*).

Quando perguntado se os benefícios da assistência estudantil contribuíram para a realização dos cursos, 78% dos egressos responderam que sim, justificando que o recebimento dos benefícios permitiu a conclusão do curso de graduação e em tempo hábil: “os benefícios recebidos permitiram que eu concluísse minha graduação em tempo hábil, segura que queria investir meu futuro na área acadêmica e seria capaz de alcançar os meus sonhos” (*Part. n. 09, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Nesse sentido, os benefícios foram considerados essenciais para terem, também, bom desempenho acadêmico. Como dito anteriormente, a Bolsa Atividade permitia ao estudante realizar atividades nos diversos setores da UFV e a grande maioria atuava nos departamentos dos cursos de graduação, diretamente com os professores, em laboratórios e salas de aula. Isto dava oportunidades ao estudante de exercer atividades em sua área de formação e de estabelecer contatos que foram importantes para realização de cursos de pós-graduação e para sua vida profissional. A importância da ampliação das redes sociais por meio do envolvimento técnico do beneficiário mostra a opção de outro tipo de bolsa para estudantes mais vulneráveis, sem estar vinculada ao acesso à alimentação e nem moradia.

De acordo com o relato de um ex-aluno, “com o bom desempenho acadêmico me senti bem preparado e consegui passar na seleção concorrida do mestrado na faculdade de medicina da USP e no momento faço meu doutorado (com bolsa da própria universidade, adquirida após concorrer com cerca de 300 alunos de todo mundo) na prestigiosa Universidade de Freiburg na Alemanha” (*Part. n. 36, CCB, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Todos estes depoimentos demonstram que a assistência estudantil contribui para que o estudante consiga concluir seu curso em tempo hábil, interferindo positivamente no seu rendimento acadêmico, reduzindo as possibilidades de retenção e de evasão.

4.2.2. Investimento em Capital Humano

A grande maioria dos egressos, 95%, tinha conhecimento de que um dos objetivos da assistência estudantil é o desenvolvimento do capital humano, entendido como investimento em educação, para que o indivíduo tenha a oportunidade de se capacitar e de ingressar no mercado de trabalho em melhores condições. Consideraram

que os benefícios recebidos contribuíram para a sua formação, como demonstrado em suas citações:

Por meio destes benefícios, desenvolvi e reconheci habilidades pessoais que me auxiliaram a seguir a vida acadêmica (Part. n. 09, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

A minha formação acadêmica na UFV só foi possível graças a esses auxílios. Sem a minha formação acadêmica eu não poderia estar trabalhando onde eu estou hoje (Part. n. 20, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Os benefícios aproximam a população carente do ensino superior. Com certeza houve grande contribuição para meu Capital Humano. Hoje estou inserido no mercado de trabalho com renda cinco vezes maior que a renda da minha família no início de minha graduação (Part. n. 24, CCH, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Nunca pensei por esse lado. Mas, agora entendo e digo que sem as bolsas, meu sonho de ser química ia ser adiado (Part. n. 43, CCE, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

A assistência estudantil, reconhecida como um direito social constitui uma política importante na redução das desigualdades sociais, na medida em que permite que indivíduos de baixa renda tenham acesso ao ensino superior. Além disso, os benefícios proporcionaram o desenvolvimento de habilidades e a formação profissional, conforme os relatos, assim como a realização do sonho de se formar em um curso superior, dando oportunidades de melhores empregos e melhores salários.

De acordo com um trabalho realizado por Vargas (2008), sobre assistência estudantil e mercado de trabalho, na Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, os estudos e as estatísticas sobre escolaridade e emprego demonstram que quanto mais elevado o nível de instrução do trabalhador, maior será sua remuneração e a probabilidade de encontrar uma ocupação. Por sua vez, indivíduos que evadem e/ou nem chegam a ingressar nos níveis mais elevados do sistema de ensino, não deixam apenas de portar um diploma ou um título, mas têm também, em média, menores remunerações no mercado de trabalho. A relação entre a assistência estudantil e o investimento em capital humano, leva à reflexão de que a assistência não funciona simplesmente como mecanismo de propiciar condições de permanência no ensino superior, evidencia também outro aspecto relevante, que é o de auxiliar estudantes pobres a obter o diploma de graduação. A assistência estudantil colabora também para que estes universitários tornem-se profissionais qualificados e, assim, possam ingressar no mercado de trabalho portando uma credencial valorizada, um certificado expedido por uma instituição reconhecida pela qualidade do ensino ofertado.

4.2.3. Interferências da Assistência Estudantil nos Projetos de Vida

De acordo com Mendes (2008), os sujeitos se produzem e reproduzem na realidade concreta, na vida cotidiana, por meio das relações sociais estabelecidas no tempo e no espaço. A vida cotidiana ocorre em um tempo, o presente, onde se encontram as marcas de uma geração, ou seja, as situações que expõem os sujeitos à mesma fase do processo coletivo. Como foi possível observar, os participantes desta pesquisa estão em uma posição que permite vivenciar os mesmos acontecimentos que, mediados pela particularidade, acabam por incidir na formação da sua subjetividade e, conseqüentemente, na escolha por seus projetos de vida, sejam nos âmbitos profissional e econômico-financeiro, quanto familiar e social.

Os egressos puderam verbalizar que seus projetos individuais foram construídos como resposta às dificuldades, problemas e soluções que teriam que buscar, pelo fato de possuírem um histórico de vulnerabilidade social, marcada pelos impactos das diferenças sociais, manifestadas pelas dificuldades financeiras, problemas familiares, como desemprego, doenças, alcoolismo, dentre outros. Com isso, as expectativas, da maioria deles, estavam associadas à obtenção de uma boa colocação no mercado de trabalho e melhoria das condições econômicas e sociais. Assim, os dados mostraram que os projetos apresentavam uma busca da concretização dos direitos básicos, como a conclusão de um curso superior e a inserção no mercado de trabalho, visando estabilidade, pela obtenção de uma renda mensal e o aumento das redes sociais.

No âmbito profissional:

De acordo com os depoimentos, observou-se que, na visão dos egressos, os benefícios recebidos interferiram positivamente na sua formação profissional, pois contribuíram para a conclusão de um curso de graduação, o que foi fundamental para conseguirem os empregos que possuíam e para a realização de cursos de capacitação, como os de pós-graduação. A seguir, transcrevem-se algumas citações:

Diante dos benefícios, consegui realizar meus estudos e melhorou minha concepção cultural e desenvolvimento humano, que condicionou melhoria em meus projetos de vida particular e profissional (Part. n. 04, CCA, sexo feminino, na faixa etária de 31 a 40 anos).

Os benefícios recebidos me possibilitaram estudar em um centro que é referência em todo o Brasil. Isso expandiu as minhas possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Além disso, os benefícios recebidos me possibilitaram focar mais em minha formação profissional, pois me liberou das preocupações que eu teria caso tivesse que pagar pela moradia e alimentação (Part. n. 19, CCA, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Sem a assistência estudantil eu não teria cursado o ensino superior e estaria hoje em uma faixa inferior do mercado de trabalho (Part. n. 23, CCE, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Os projetos dos egressos, na perspectiva do âmbito profissional, foram organizados em torno da obtenção de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. Os entrevistados consideraram que, partir do momento em que obtiveram um diploma de curso superior, as chances de inserção no mercado de trabalho foram maiores, bem como, a continuidade dos estudos com outros cursos de capacitação, como os de pós-graduação.

Mendes (2008) traz a concepção de Franch (2004), que demonstrou que no Brasil a possibilidade de se ter um emprego aumenta quando se tem formação superior completa, o que contribui também para se ter maiores salários e ascensão, em termos de status, mesmo sob a influência de fatores, tais como, raça, gênero e origem social. No entanto, para os jovens pobres, a continuação dos estudos, principalmente em nível superior, só é possível mediante o apoio caracterizado como assistência estudantil. Segundo os relatos dos egressos, sem a assistência estudantil não seria possível a realização de seus cursos.

No âmbito econômico-financeiro:

Na percepção dos egressos, a interferência dos benefícios recebidos estava relacionada a questões, como estabilidade, de acordo com o relato de uma ex-aluna, “hoje eu tenho uma renda mensal fixa” (Part. n. 16, CCH, na faixa etária de 31 a 40 anos) e melhor qualidade de vida, como citado por outra ex-aluna, “proporcionou melhoria na qualidade de vida, no senso crítico, e desenvolvimento humano e profissional, repercutindo no aspecto financeiro” (Part. n. 04, CCA, sexo feminino, na faixa etária de 31 a 40 anos).

A assistência estudantil também ofereceu suporte para maior dedicação aos estudos, como relatado por uma ex-aluna, “permitiu que me dedicasse mais as atividades da universidade e que investisse nos meus projetos de vida, que me renderam títulos e possibilidade de emprego” (Part. n. 10, CCB, na faixa etária de 25 a 30 anos) e obtenção de qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho: “a minha formação acadêmica só foi possível graças à assistência estudantil, e essa formação é que possibilitou minha atual colocação no mercado de trabalho” (Part. n. 19, CCA, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Um fator importante nos projetos de vida dos egressos, de modo geral, foi a questão da renda. Muitos deles experimentaram a situação do trabalho informal, marcado pela transitoriedade, como as experiências que tiveram de garçons, manicuras, professores de aulas particulares e outros.

Juncken (2005, p. 120) afirma que “trabalhar é garantir uma certa autonomia e uma certa liberdade, ou seja, é poder tomar decisões sobre a própria vida e ter autonomia para fazer uso do seu dinheiro”. O trabalho é considerado pelos egressos como um meio de obter uma renda mensal fixa, melhorando sua qualidade de vida

No âmbito familiar:

De acordo com os relatos dos egressos, a concessão dos benefícios contribuiu favoravelmente para a relação familiar e diminuição das despesas: “permitiu que a minha relação familiar fosse mais tranquila, não havendo cobranças, no sentido de que não teriam condições de me auxiliar na realização do sonho, da formação em uma universidade pública de qualidade” (*Part. n. 09, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Em contrapartida, a formação profissional e inserção no mercado de trabalho, representaram a possibilidade de ajudar aos pais: “hoje posso ajudar minha família financeiramente” (*Part. n. 16, CCH, sexo feminino, na faixa etária de 31 a 40 anos*). Assim, uma melhor qualidade de vida do egresso implicou, também, em melhoria da qualidade de vida da família, pois possibilitou a contribuição do mesmo com as despesas de casa, bem como, ter maior espaço e autonomia nas relações familiares: “melhorando minhas condições de vida, condicionou a melhoria da qualidade de vida de toda minha família, inclusive a contribuição e capacidade para meus irmãos seguirem o mesmo caminho na própria instituição” (*Part. n. 02, CCA, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

No âmbito social:

O fato de morar em alojamento proporcionou aos egressos a convivência comunitária e o cultivo de virtudes advindas do relacionamento humano, conforme os depoimentos:

Permitiu que eu aprendesse a conviver com várias pessoas e até a me relacionar melhor com outras pessoas em outros ambientes (Part. n. 09, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Morar no alojamento significou um período de crescimento, de aprender a conviver com pessoas diferentes (Part. n. 18, CCE, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Melhoria nas relações humanas, convívio harmônico, tolerância e respeito as diferenças (Part. n. 39, CCA, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Da mesma forma, as atividades desenvolvidas, pela contrapartida da Bolsa Atividade, proporcionaram maior contato com professores, pesquisadores e profissionais da área de formação. Além disso, foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho em equipe: “no alojamento aprendemos a conviver com pessoas distintas, compartilhar as experiências, alimentos, dentre outros. No trabalho no RU é muito comum a solidariedade para com os colegas, essencial para um trabalho em grupo” (Part. n. 13, CCA, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Os egressos alegaram, ainda, que houve um aumento na rede de amigos: “as redes de convivência com certeza aumentaram muito, porque formei bons amigos no alojamento, pessoas que tinham perfis ou histórias de vida parecidas com a minha. Apreendi muita coisa nos alojamentos” (Part. n. 12, CCE, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos). Além de contatos profissionais, conforme o depoimento: “exercer minha profissão possibilita a participação em eventos sociais e o aumento da minha rede de convivência profissional” (Part. n. 43, CCH, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Segundo Souza (2006), à luz da teoria de Vygotsky (1996), é a partir da juventude que o indivíduo pode compreender a sua própria inserção na sociedade, em sua classe e na sociedade global, considerando que as transformações por que passa implica uma nova consciência de si mesmo e uma visão de mundo. O jovem apresenta características que o capacitam a fazer escolhas e a tomar decisões sobre suas aspirações e seu projeto de vida. Também aponta para o seu encaminhamento para a universidade, que é uma instituição que, de certa forma, promete ao jovem uma abertura a novos conteúdos com a promessa de ensino superior, de diversidade e de universalidade. Os jovens, por sua vez, parecem buscar na universidade apenas a contemplação de seu desejo de inserção social, em detrimento de uma busca pelo auto-enriquecimento cultural. Em especial, os jovens de classe baixa acabam sentindo a universidade como uma via de acesso para a sua inclusão no mercado de trabalho.

O acesso à universidade representa, assim, a busca por uma vida melhor, o que, por sua vez, significa uma maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho e

maior poder aquisitivo, isto é, a realização de um futuro que está sendo construído durante o curso universitário.

5. CONCLUSÕES

Os resultados do estudo permitem concluir que o Programa de Assistência Estudantil da UFV tem cumprido com seu papel, promovendo atividades voltadas ao desenvolvimento dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, com dificuldades de acesso e permanência, para obterem êxito em sua formação. Parte significativa dos estudantes não lograria êxito em sua carreira se não lhe fossem proporcionadas as condições objetivas para tal, do contrário, prevaleceriam a retenção acadêmica e a evasão que são prejudiciais para eles, para as instituições e para o país como um todo.

A assistência estudantil oferecida pela Instituição foi o segundo maior motivo que os egressos citaram pela escolha da UFV, seguidos da qualidade do ensino, que foi considerado o principal motivo e, ainda, pela proximidade com o local de residência, tranquilidade e custo de vida da cidade de Viçosa e por ser uma instituição Federal.

Na visão dos egressos, os benefícios recebidos interferiram positivamente em seus projetos de vida. Contribuíram para sua formação profissional, para a conclusão de um curso de graduação, o que foi fundamental para se inserirem no mercado de trabalho e para a realização de cursos de capacitação, como os de pós-graduação.

Sem o apoio proporcionado pela assistência estudantil, os egressos não poderiam continuar com os estudos e teriam que trabalhar, de acordo com os relatos. Ou então, exercer alguma atividade que conciliasse com os horários das aulas ou fazer outro curso, em horário noturno para conciliar com um trabalho e, desta forma, teriam que “abrir mão” de realizar o sonho da profissão almejada.

No âmbito familiar, o apoio recebido permitiu uma relação familiar mais tranquila e a redução das despesas. Por sua vez, significou a inserção no mercado de trabalho, que representa atualmente, a possibilidade de ajudar aos pais e demais membros familiares. Além disso, contribuiu para a ativação e aumento das redes sociais. O convívio com outros colegas no alojamento proporcionou o desenvolvimento das relações humanas, assim como as atividades exercidas pela contrapartida da “Bolsa Atividade”, pois relataram que obtiveram maior contato com professores, pesquisadores e profissionais da sua área de formação. E que hoje “colhem os frutos” disso.

Nesse contexto, os resultados apresentados levam à conclusão de que o Programa de Assistência Estudantil da UFV, *campus* de Viçosa, é efetivo, apresentando resultados positivos, de acordo com os objetivos propostos e a percepção dos beneficiários egressos sobre os seus efeitos na vida profissional, familiar e social. O Programa não foi visto somente como uma transferência de benefício, por meio do acesso à alimentação e moradia, mas como um instrumento capaz de ampliar as capacidades e as oportunidades sociais, influenciando na qualidade de vida tanto dos beneficiários quanto de suas respectivas famílias.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S.. Em Direção às Melhores Práticas de Avaliação. Brasília, **Revista do Serviço Público**, ano 51, n. 4, p. 5-59. 2000.

AMARO, R. R. **A Exclusão Social Hoje**. Cadernos do Ista, n.9. Disponível em: <<http://triplov.com/ista/cadernos/cad09/amaro.html>>. Acesso em 03/12/2012.

ANDIFES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília, 2007. Disponível em www.andifes.org.br, acesso em 02/08/2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília. 2010. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 02/08/2012.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. 9. Ed. – Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

COSTA, Frederico L.; CASTANHAR, José C. Avaliação de Programas Públicos: desafios conceituais e metodológicos. Rio de Janeiro, **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 969-992. 2003.

COSTA, S. G. A Permanência na Educação Superior no Brasil: Uma Análise da Políticas de Assistência Estudantil. In: **IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis – Brasil. Nov. 2009. Disponível em: <http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/coloquio9/IX-1152.pdf>. Acesso em 17 out. 2013.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior**. 2010. Disponível em: <http://www.unb.br/portal/administracao/decanatos/dac/fonaprace/Perfil.html>. Acesso em: 28 nov. 2011.

JUNCKEN, E. T. **Juventude Pobre, Participação e Redes de Sociabilidade na Construção do Projeto de Vida**. 138 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

MENDES, J. T. N. **O Projeto de Vida dos Jovens Pobres na Vivência do Tempo Presente**. 130 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2008.

OBID. Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas. **Tratamento/Reinserção Social/Definição**. Disponível: <<http://www.obid.senad.gov.br>>. Acesso: 06 dez. 2012.

RAMOS, D. P. Compartilhando Experiências - “Vulnerabilidade Social e Educação”. **Salto para o Futuro**. Ano XX Boletim 19. 2010. TV Escola.

RIBEIRO, M. A. O Projeto Profissional Familiar como Determinante da Evasão Universitária – Um Estudo Preliminar. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. V.6, n.2, p. 55 – 70, 2005.

SOUSA, L. M. de e SOUSA, S. M. G. Jovens Universitários de Baixa-Renda e a Busca pela Inclusão Social Via Universidade. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/revistalapip/revista_volume_1_numero_2.php>. Acesso em: 12 dez. 2012.

UFV. **Regimento da Bolsa Atividade**. Universidade Federal de Viçosa - Viçosa, Minas Gerais, 2000.

UFV. **Relatórios Anuais da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários** – PCD e das Divisões: Alimentação, Assistência Estudantil, Esporte e Lazer, Psicossocial e Saúde. Viçosa, Minas Gerais: UFRV, 2000 a 2012.

VARGAS, M. L. F. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG** – 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respondendo aos questionamentos da pesquisa, considera-se que, de modo geral, as avaliações, tanto de processos quanto de resultados, do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa, do *campus* de Viçosa, tiveram um impacto positivo, pois a maioria dos estudantes e dos egressos beneficiários, que participaram da pesquisa, percebeu a assistência estudantil como fator fundamental para que concluíssem um curso superior.

A análise histórica da assistência estudantil realizada na UFV, desde sua fundação até o ano de 2012, bem como a trajetória das políticas a nível nacional, mostraram um progresso, marcado por duas fases importantes. Uma caracterizada pela falta do agendamento das ações e alocação de recursos e a segunda com a implantação do PNAES, onde houve o investimento do governo federal, incentivando as IFES a criarem ou reestruturarem programas e ações de apoio aos estudantes em vulnerabilidade social.

Os dados empíricos revelaram um aumento percentual de estudantes de graduação das IFES com baixa condição socioeconômica e a continuidade dos estudos em nível superior ainda sendo difícil para a maior parte desses indivíduos.

As variáveis socioeconômicas incidem não apenas sobre o ingresso, mas também sobre a probabilidade de evasão. Mas, este contexto pode ser alterado com a combinação de medidas de equalização das oportunidades de acesso e de permanência no ensino superior, combinadas com programas de apoio aos estudantes.

Os critérios adotados para caracterização da vulnerabilidade social dos estudantes estão coerentes com o arcabouço teórico apresentado, pois consideram a exposição aos riscos econômicos e sociais, utilizando indicadores de renda, trabalho, saúde e estrutura familiar, que refletem as realidades e situações que levam à vulnerabilidade. O Programa funciona como uma forma de intervenção, dando oportunidade aos estudantes em vulnerabilidade social de prosseguir com os estudos, como no caso, a assistência estudantil, que propicia o acesso e a permanência dos estudantes em um curso superior.

A avaliação do Programa, enquanto processo, permitiu examinar a interferência da assistência estudantil no desempenho acadêmico dos estudantes, em termos de rendimento, além dos indicadores como evasão e retenção, verificando-se que essa interferência é positiva, pois o Coeficiente de Rendimento Acadêmico da maioria

dos estudantes que são beneficiários está entre 60 a 90%. Os índices de evasão dos estudantes beneficiados são baixos, porém apresentando um ligeiro crescimento. Assim, deixa-se como sugestão, pesquisar as causas e motivos que levaram estes estudantes à evasão, para subsidiar a criação de alternativas, ao nível institucional, para combatê-la ou para ampliar as ações de assistência, se for o caso. Os índices, mesmo sendo baixos, poderiam ser ainda menores.

Por outro lado, o índice de retenção entre os beneficiários é muito pequeno ou quase inexistente, considerando-se que somente 0,4% dos beneficiários estão na Universidade além do tempo padrão para conclusão de seus cursos, ou seja, entre quatro e cinco anos.

Outra consideração a ser destacada é sobre a efetividade do Programa, de acordo com o alcance dos objetivos propostos e a percepção dos egressos. As atividades desenvolvidas pelos ex-alunos, nos departamentos de seus respectivos cursos, pela contrapartida da Bolsa Atividade, tiveram efeitos positivos na vida profissional destes, pois propiciaram o desenvolvimento de habilidades, com atuação na sua área de formação e para o aumento da rede de contatos profissionais. Fatores como estes foram considerados fundamentais para a carreira profissional, bem como para a realização de cursos de pós-graduação, além de incentivo para se ter um bom rendimento acadêmico.

Na percepção dos egressos, a assistência estudantil interferiu em seus projetos de vida, considerando a relevância da mesma na sua formação e obtenção de capacitação, que proporcionaram a realização do sonho de se ter uma profissão. No âmbito profissional, possibilitou a obtenção de um título, de emprego e renda fixa, os quais refletiram em melhorias nas suas condições de vida e de suas respectivas famílias. No âmbito familiar, proporcionou um alívio nas despesas com os estudantes, e entre os egressos a possibilidade de ajudar financeiramente a família. No âmbito social, promoveu o aumento das redes de convivência, entre colegas, professores e profissionais da sua área de atuação, bem como a ativação de outras redes sociais, como no caso dos egressos, relativas à sua vida profissional e familiar.

Mediante todas essas considerações conclui-se que proporcionar condições de permanecer, com dignidade, no ensino superior até a conclusão dos estudos, é um direito dos universitários e, ao mesmo tempo, função da universidade, pois o apoio aos estudantes em vulnerabilidade social contribui para redução das desigualdades existentes no país. Demonstra-se, assim, a natureza e amplitude das ações de assistência estudantil, que se estendem tanto para os beneficiários quanto para seus familiares,

devendo ser vistas pelos gestores e pela sociedade, não como um gasto, mas como um investimento, capaz de ampliar as capacidades e oportunidades sociais.

Dessa maneira, analisar os diversos aspectos envolvidos na assistência ao estudante de baixa renda é também uma forma de salientar sua importância e necessidade da continuidade de sua existência, como política de inclusão. Portanto, a assistência deve ser realizada com responsabilidade na aplicação dos recursos, rigor na seleção dos beneficiados e qualidade dos benefícios oferecidos.

A análise aqui empreendida, que relacionou a assistência como mecanismo de melhoria das condições de permanência no ensino superior, evidenciou também outro aspecto relevante, que é o fato de que, ao apoiar estudantes em vulnerabilidade social para obterem o diploma de graduação, a assistência estudantil colabora também para que se tornem profissionais qualificados, podendo ingressar no mercado de trabalho, portando uma credencial valorizada, um certificado expedido por uma instituição reconhecida pela qualidade do ensino ofertado.

Sobre as limitações da pesquisa considera-se importante mencionar que a mesma contemplou, para avaliação de processos, unicamente os estudantes de graduação da Universidade Federal de Viçosa, do *campus* de Viçosa, que são atualmente beneficiários do Programa de Assistência Estudantil, formandos em 2012, não se estendendo ao universo de todos os estudantes beneficiários. Da mesma forma, para avaliação de resultados se ateve apenas aos egressos que se formaram no ano de 2009. Os outros *campi* da UFV também não foram estudados, pela limitação do tempo, impossibilitando o estudo ser mais abrangente.

A greve ocorrida na UFV foi um impedimento e causou um atraso na coleta dos dados, principalmente com o primeiro grupo da amostra, que são os formandos. Um número muito pequeno de estudantes permaneceu no *campus* durante este período de greve e, após o retorno dos mesmos, o prazo foi curto para se estabelecer um número de contatos satisfatório. Houve dificuldades em encontrá-los, devido aos compromissos e horários de aulas.

O uso de meio eletrônico para a coleta dos dados mostrou ser um instrumento eficiente, principalmente quando se considera o tempo para aplicação dos questionários a uma amostra numerosa, o deslocamento do pesquisador e os recursos limitados. Entretanto, o retorno foi baixo, causando um atraso na coleta dos dados e levando a um gasto de tempo maior, pois foi necessário prorrogar o prazo para envio das respostas e

ainda usar algumas estratégias de sensibilização para participação, como citado anteriormente.

Com relação à construção do histórico da assistência estudantil na UFV, houve grande dificuldade em compilar as informações, pela falta de registros agrupados, tornando-se necessária uma busca em todos os setores responsáveis pela execução das ações e, mesmo assim, os arquivos não estavam completos, dependendo de relatos das pessoas envolvidas, o que demandou um maior tempo na pesquisa de campo.

Deve-se registrar que a decisão por trabalhar com os dois grupos para compor a amostra foi uma opção estratégica para avaliação do Programa de Assistência Estudantil da UFV, ficando, então, aberta a possibilidade para futuras análises de maior profundidade.

Como sugestão para outras pesquisas apresentam-se as questões que não foram possíveis de serem respondidas com este estudo. A primeira relaciona-se à análise qualitativa dos indicadores acadêmicos, tais como os índices de retenção e evasão por curso, pois na UFV não existe um acompanhamento ou um estudo sobre as causas ou motivos que levam os estudantes a abandonarem os cursos. A segunda refere-se à forma de ingresso dos estudantes na UFV, especificamente, que tipo de público, ou qual o perfil socioeconômico dos estudantes que estão ingressando nas universidades públicas, depois da implantação do novo sistema de ingresso, o SISU, Sistema de Seleção Unificada adotado pelo MEC; bem como o sistema de cotas, das políticas afirmativas. Analisar qual impacto que este processo pode ter na assistência estudantil e nos indicadores acadêmicos representaria um ganho de conhecimento e, ao mesmo tempo, um subsídio para o processo de gestão pública.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFV

Prezado Estudante,

Solicitamos sua participação na pesquisa sobre o Programa de Assistência Estudantil da UFV. Para tanto, será necessário o preenchimento do questionário abaixo. Este questionário destina-se à coleta de informações para a pesquisa acadêmica intitulada: “O Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa/MG: Repercussões nos Indicadores Acadêmicos e na Vida Pessoal, Familiar e Social dos Beneficiários”. A orientadora dessa pesquisa é a Professora Doutora Maria das Dores Saraiva de Loreto. A discente é Junia Zacour Azevedo del Giúdice, que também atua no Serviço de Bolsa desta Universidade desde o ano de 2001. O objetivo da pesquisa é avaliar a dinâmica do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa, do campus de Viçosa-MG, enquanto processo e resultado, considerando suas implicações nos indicadores acadêmicos e condições de vida dos estudantes beneficiados, bem como na vida pessoal, familiar e social dos egressos do programa. Para tanto, é necessário que os estudantes que compõem a amostra escolhida, que são os bolsistas que vão se formar no ano de 2012 e estudantes que foram bolsistas e se formaram no ano de 2009, respondam este questionário contribuindo para que a pesquisa se realize. Os resultados da pesquisa proporcionarão uma visão geral sobre a contribuição da assistência estudantil na vida dos estudantes e servirão de base para que possamos avaliar todas as ações realizadas atualmente nesta área, bem como sugerir ações para um futuro próximo. Como se trata de um trabalho acadêmico, as informações serão utilizadas para fins específicos da pesquisa e, assim, não haverá a identificação de nenhum respondente. Os dados serão trabalhados de forma quantitativa e tratados confidencialmente. O questionário ficará disponível para preenchimento por tempo limitado (ATÉ 20 DE SETEMBRO DE 2012). Contamos com sua colaboração e antecipadamente agradecemos. Junia Zacour Azevedo del Giúdice Departamento de Economia Doméstica Universidade Federal de Viçosa 36570-000 Viçosa - MG

***Obrigatório**

Número de matrícula na UFV *Somente números

1 - Quantos anos você tem? *Escolha a faixa etária.

2 - Sexo *

3 - Estado Civil *

4 - Você cursou Ensino Médio em qual rede de

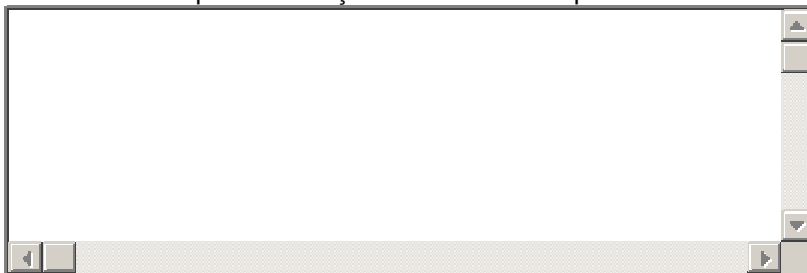
ensino: *

5 - Situação de trabalho *

6.1 - Este curso foi a sua primeira opção? *

- ☐ SIM
- ☐ 2ª Opção
- ☐ 3ª Opção
- ☐ acima de 3 (três) opções.

6.2 - Quais os motivos de sua escolha pela UFV? *Descreva sobre o que o incentivou a escolher a UFV para realização do seu curso superior.



7 - Situação conjugal dos pais *

- ☐ Casados
- ☐ União estável
- ☐ Separados/divorciados
- ☐ Pai falecido
- ☐ Mãe Falecido
- ☐ Outro:

7.1 - Idade do pai *

7.2 - Nível de escolaridade do pai. *

7.3 - Idade da mãe. *

7.4 - Nível de escolaridade da mãe *

7.5 - Situação de trabalho do pai. *

- ☐ Trabalho formal
- ☐ Trabalho informal
- ☐ Desempregado ou não trabalha
- ☐ Não se aplica
- ☐ Outro:

6 - Qual curso você faz na UFV? *

7.6 - Situação de trabalho da mãe. *

- ☐ Trabalho formal
- ☐ Trabalho informal
- ☐ Desempregado ou não trabalha
- ☐ Não se aplica
- ☐ Outro:

7.7 - Renda familiar. *Considerar a renda de todas as pessoas que compõem a família e o valor do salário mínimo (SM) de R\$ 622,00.

7.8 - Número de dependentes da renda familiar. *

Continuar »

Tecnologia [Google Docs](#)

CARACTERIZAÇÃO DO BENEFÍCIO

8 - Quais os benefícios do Programa de Assistência Estudantil você possui? *Você poderá marcar mais de uma opção, se for o caso.

- ☐ Serviço Moradia
- ☐ Bolsa Moradia
- ☐ Serviço Alimentação
- ☐ Bolsa Manutenção
- ☐ Bolsa Creche/Pré-Escola
- ☐ Bolsa Esporte/LUVE
- ☐ Bolsa Arte (Coral ou Teatro)

8.1 - O(s) benefício(s) que recebe equivalem a que valor mensal? *

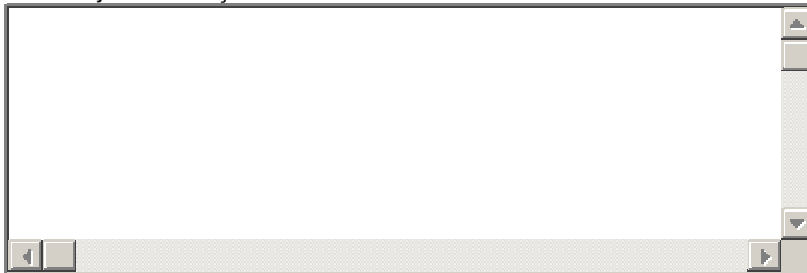
- ☐ R\$ 100,00
- ☐ R\$ 200,00
- ☐ R\$ 230,00
- ☐ Outro:

8.2 - Você considera que o recurso é suficiente? *

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

8.3 - Justifique a resposta da questão anterior. *Explique se o recurso que recebe é suficiente para cobrir suas despesas relativas ao tipo de benefício concedido.

8.4 - O que representa para sua família o recebimento desse recurso. *Explicar qual o impacto dessa ajuda no orçamento familiar.



8.5 - A sua família complementa suas despesas? *

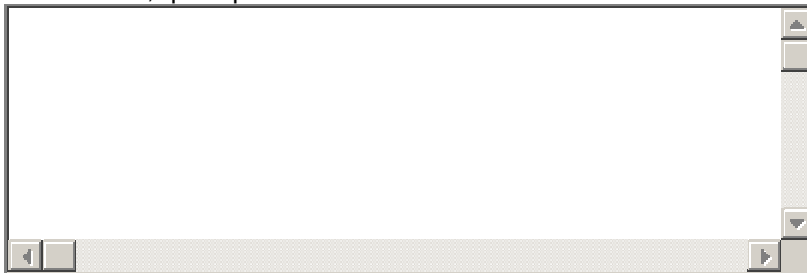
- ☐ SIM
- ☐ NÃO

8.6 - Em caso de SIM, com que valor?

8.7 - Você exerce alguma atividade para obter mais recursos para suprir seus gastos? *

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

8.8 - Se sim, qual tipo de atividade exerce?



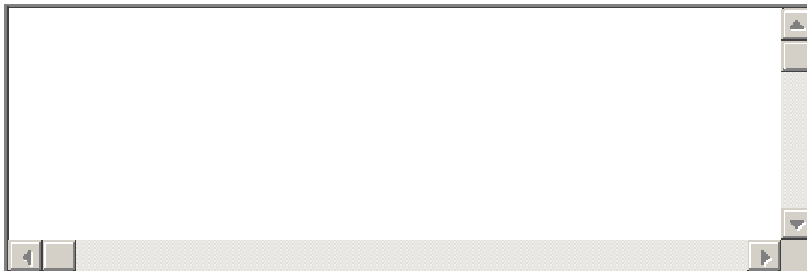
8.9 - Se você não possuísse os benefícios que estratégias utilizaria? *



8.10 - Como você considera a interferência dos benefícios em seu rendimento acadêmico?*

- ☐ Positiva
- ☐ Negativa

8.11 - Explique sua resposta. *Descreva sobre seu rendimento acadêmico em linhas gerais. Se melhorou ou não com a concessão dos benefícios.



9 - Você obteve as bolsas de pesquisa e extensão: *

- ☐ NÃO
- ☐ Iniciação Científica
- ☐ Extensão
- ☐ Outro:

9.1 - Qual foi a interferência das bolsas em seu rendimento acadêmico?

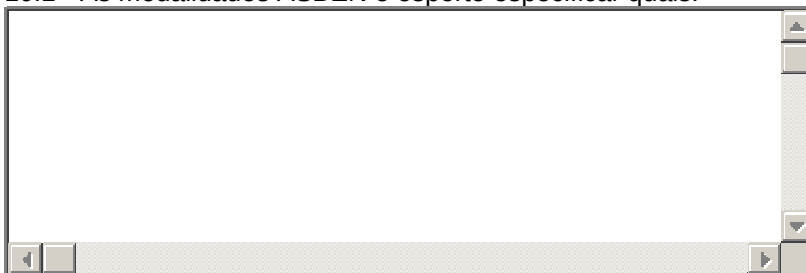
- ☐ Positiva
- ☐ Negativa

9.2 - Explique sua resposta.

10 - Quais serviços ou tipos de atendimentos você utiliza(ou)? *Marque as opções pela frequência de utilização.

	diariamente	quinzenalmente	uma vez por mês	raramente	nunca
RU	☐	☐	☐	☐	☐
ASBEN	☐	☐	☐	☐	☐
Consulta Médica	☐	☐	☐	☐	☐
Dentista	☐	☐	☐	☐	☐
Psicólogo	☐	☐	☐	☐	☐
Assistente Social	☐	☐	☐	☐	☐
Psiquiatra	☐	☐	☐	☐	☐
Laboratório de Análises Clínicas	☐	☐	☐	☐	☐
Raio X	☐	☐	☐	☐	☐
Enfermagem	☐	☐	☐	☐	☐
Esporte	☐	☐	☐	☐	☐

10.1 - As modalidades ASBEN e esporte especificar quais. *

A large, empty rectangular text box with a thin border, intended for the user to specify the modalities ASBEN and sports. It includes standard scrollbars on the right and bottom edges.

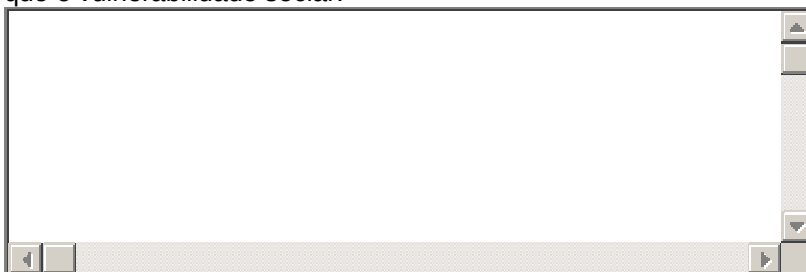
« Voltar

Continuar »

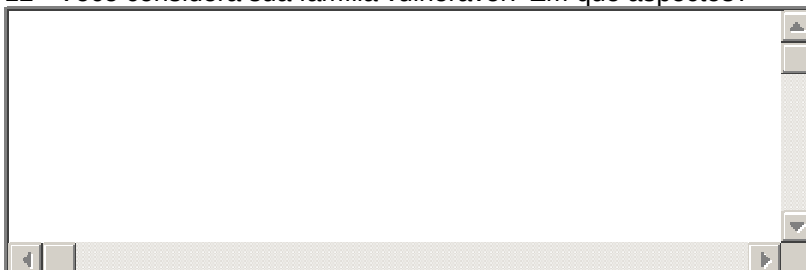
Tecnologia [Google Docs](#)

PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES

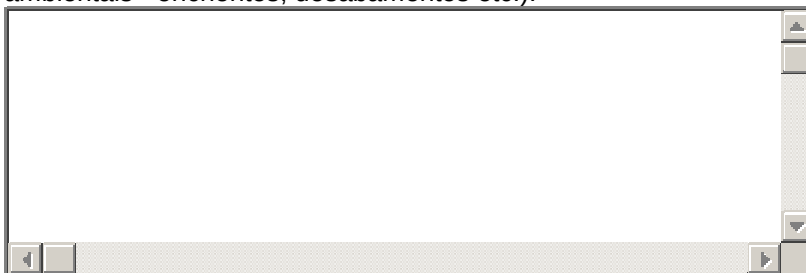
11 - Você foi selecionado como bolsista por critérios de vulnerabilidade social. Na sua opinião o que é vulnerabilidade social? *

A large, empty rectangular text box with a thin border, intended for the user to provide their opinion on social vulnerability. It includes standard scrollbars on the right and bottom edges.

12 - Você considera sua família vulnerável? Em que aspectos? *

A large, empty rectangular text box with a thin border, intended for the user to answer whether they consider their family vulnerable and in which aspects. It includes standard scrollbars on the right and bottom edges.

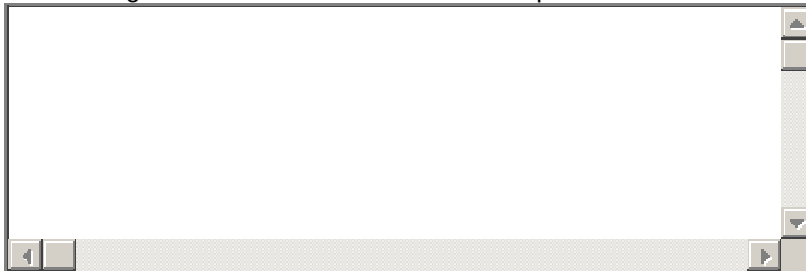
13 - Sua família já esteve em situação de risco (ambiental, social ou econômico)? Quais foram as dificuldades encontradas e quais as estratégias de enfrentamento utilizadas? *Os fatores sociais envolvem questões como saúde, alfabetização, segurança, acesso aos direitos humanos, equidade social, valores tradicionais, crenças e sistemas organizacionais. Os fatores econômicos relacionam-se à pobreza a níveis individual e comunitário, referente a reservas econômicas, dívida, acesso ao crédito, empréstimos e seguros, dentre outros. Os fatores ambientais incluem esgotamento e depredação de recursos naturais (falta de água, desastres ambientais - enchentes, desabamentos etc.).

A large, empty rectangular text box with a thin border, intended for the user to describe if their family has been in a situation of risk and the difficulties and coping strategies used. It includes standard scrollbars on the right and bottom edges.

14 - Você já se sentiu excluído? Por qual motivo? *

A large rectangular text box with a thin border and a light gray background. It has small navigation icons (back, forward, up, down) in the corners.

14.1 - E algum membro da sua família? Por qual motivo? *

A large rectangular text box with a thin border and a light gray background. It has small navigation icons (back, forward, up, down) in the corners.

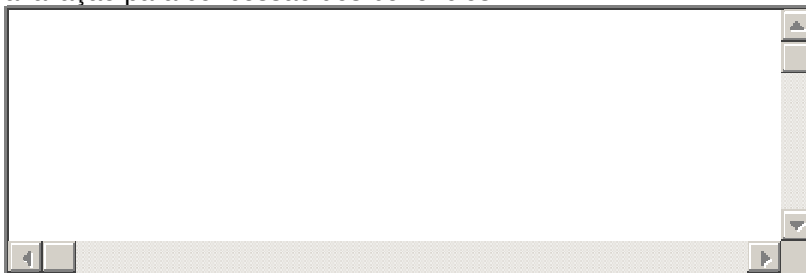
15 - Você acredita que o critério "renda" é o único que deve ser considerado na avaliação para concessão dos benefícios? *

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

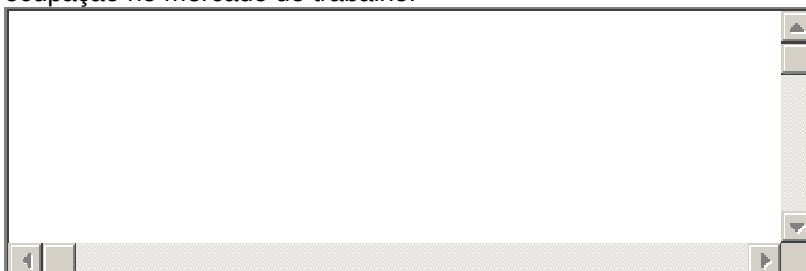
15.1 - Você acha que deveriam utilizar outros critérios? *

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

15.2 - Se SIM, quais? Quais critérios para seleção você considera que são importantes na avaliação para concessão dos benefícios?

A large rectangular text box with a thin border and a light gray background. It has small navigation icons (back, forward, up, down) in the corners.

16 - Você tem conhecimento que um dos objetivos da assistência estudantil é o desenvolvimento do Capital Humano (CH)? CH no sentido que você terá possibilidades de ter melhor capacitação, oportunidades de ingressar na iniciação científica e em projetos de extensão, de inserir-se no mercado de trabalho em melhores condições etc. Você considera que os benefícios que recebe contribuem para melhoria do seu CH? Por que? *Capital Humano é o investimento na pessoa, em sua capacitação, educação, conhecimento, para melhor ocupação no mercado de trabalho.

A large rectangular text box with a thin border and a light gray background. It has small navigation icons (back, forward, up, down) in the corners.

17 - Na sua visão a assistência estudantil é importante? *

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

17.1 - Por que? *

17.2 - A assistência estudantil interfere em seus projetos de vida? *

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

17.3 - Por que? *Descrever sobre a interferência nos projetos de vida, nos âmbitos: social, familiar, profissional, econômico e financeiro.

18 - Existe alguma questão que não lhe foi perguntado e que você considera importante ser acrescentada, uma vez que contribuiria para melhoria das ações de assistência estudantil da

UFV?

Termo de Consentimento

Descrição do estudo: A pesquisa, de natureza descritivo-exploratória, com enfoque metodológico qualitativo e quantitativo, tem por finalidade responder às seguintes questões: Como tem sido a dinâmica do funcionamento do Programa de Assistência Estudantil da UFV? Os critérios de seleção do programa refletem a situação de vulnerabilidade social dos estudantes de graduação? O programa interfere na vida acadêmica dos estudantes, em termos de rendimento, evasão e demais atividades? Quais são as implicações ou repercussões na vida pessoal, familiar e social dos egressos do programa? O estudo será conduzido na Universidade Federal de Viçosa, campus de Viçosa – MG - Brasil, tendo como unidade empírica de análise o Programa de Assistência Estudantil. Do universo de beneficiários deste programa, será retirada uma amostra probabilística, dentre os estudantes de graduação que sejam beneficiários do Programa de Assistência Estudantil e dentre aqueles que concluíram seus cursos há três anos, ou seja, formaram-se no ano de 2009. A coleta de dados será

realizada, inicialmente, por uma pesquisa bibliográfica e documental, histórica e descritiva, compondo uma análise qualitativa. Para obtenção dos dados relacionados à percepção dos estudantes e egressos em relação ao programa, será feito uso de entrevistas semi-estruturadas. Na análise dos dados quantitativos será feito uso da estatística descritiva. Por outro lado, para análise das percepções dos estudantes e egressos do programa, pretende-se utilizar a análise descritiva das falas dos beneficiários da assistência estudantil. Considera-se que os resultados da pesquisa podem subsidiar a avaliação dos programas de assistência da instituição em todos os campi, de forma que as políticas públicas sejam inclusivas, garantindo um atendimento justo e igualitário. Benefícios para os indivíduos: Considera-se que estudos dessa natureza são necessários para dar suporte científico e identificar quais são as metodologias adotadas que surtiram bons resultados no processo e resultado de programas de assistência estudantil. A necessidade de se avaliar as ações de assistência estudantil é, sem dúvida, extremamente importante tanto para as instituições de ensino superior e para a sociedade, como um todo, quanto para os beneficiários do programa, como forma de melhoria de atendimento às demandas sociais. Pressupõe-se que estas ações promovem a melhoria do capital humano e contribuem para a redução da vulnerabilidade social dos jovens e suas respectivas famílias. Direito dos indivíduos de recusar-se a participar ou retirar-se do estudo: A participação no estudo é voluntária e ao indivíduo confere o direito para recusar-se a participar ou retirar-se do estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou justificativa. Direito dos indivíduos quanto à privacidade: Fica assegurado o direito de privacidade do participante, pois não haverá divulgação de nomes, idade ou qualquer informação que permita a sua identificação. Publicação das informações: A publicação das informações pertinentes ao estudo ficará restrita à categorização das escritas, identificadas somente por números. Informação financeira: Os indivíduos que compõem os grupos experimentais serão voluntários sem contrato de trabalho e sem remuneração. Equipe: Profa. Dra. Maria das Dores Saraiva de Loreto (Orientadora) Prof. Denilson Santos de Azevedo (Co-Orientador) Mestranda Junia Zacour Azevedo del Giúdice (Executora)

Declaração *

- ☐ Declaro que li e concordo em participar da pesquisa de acordo com o Termo de Consentimento.

« Voltar

Enviar

Nunca envie senhas em formulários do Google.
Tecnologia [Google Docs](#)

APÊNDICE 2

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFV

Prezado Ex-Aluno,

Solicitamos sua participação na pesquisa sobre o Programa de Assistência Estudantil da UFV. Para tanto, será necessário o preenchimento do questionário abaixo. Este questionário destina-se à coleta de informações para a pesquisa acadêmica intitulada: “O Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal De Viçosa/MG: Repercussões nos Indicadores Acadêmicos e na Vida Pessoal, Familiar e Social dos Beneficiários”. A orientadora dessa pesquisa é a Professora Doutora Maria das Dores Saraiva de Loreto e a discente, Junia Zacour Azevedo del Giúdice, atua no Serviço de Bolsa desta Universidade desde o ano de 2001. O objetivo da pesquisa é avaliar a dinâmica do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa, do campus de Viçosa-MG, enquanto processo e resultado, considerando suas implicações nos indicadores acadêmicos e condições de vida dos estudantes beneficiados, bem como na vida pessoal, familiar e social dos egressos do programa. Para tanto é necessário que estudantes que compõem a amostra escolhida, que são os bolsistas que vão se formar no ano de 2012 e estudantes que foram bolsistas e se formaram no ano de 2009 respondam este questionário contribuindo para que a pesquisa se realize. Os dados proporcionarão uma visão geral sobre a contribuição da assistência estudantil na vida dos estudantes, para que possamos avaliar todas as ações realizadas atualmente nesta área, bem como sugerir ações para um futuro próximo. Como se trata de um trabalho acadêmico, as informações serão utilizadas para fins específicos da pesquisa e, assim, não haverá a identificação de nenhum respondente. Os dados serão trabalhados de forma quantitativa e tratados confidencialmente. O questionário ficará disponível para preenchimento por tempo limitado (ATÉ 20 DE SETEMBRO DE 2012). Contamos com sua colaboração e antecipadamente agradecemos. Junia Zacour Azevedo del Giúdice Departamento de Economia Doméstica Universidade Federal de Viçosa 36570-000 Viçosa - MG

***Obrigatório**

Número da sua matrícula na UFV *Somente números.

1 - Quantos anos você tem? *Escolha a faixa etária.

2 - Sexo *

3 - Estado Civil *

4 - Situação de trabalho *

- ☐ Trabalhando
- ☐ Desempregado
- ☐ Cursando Pós-Graduação
- ☐ Outro:

5 - Em qual curso formou na UFV? *

5.1 - Este curso foi a sua primeira opção? *

- ☐ SIM

- ☐ 2ª Opção
- ☐ 3ª Opção
- ☐ acima de 3 (três) opções.

6 - Quais os motivos de sua escolha pela UFV? *Descreva sobre o que o incentivou a escolher a UFV para realizar seu curso superior.

Continuar »

Tecnologia [Google Docs](#)

CARACTERIZAÇÃO DO BENEFÍCIO

7 - Quais os benefícios do Programa de Assistência Estudantil você obteve enquanto estudante de graduação da UFV? *Você pode marcar mais de uma opção, se for o caso.

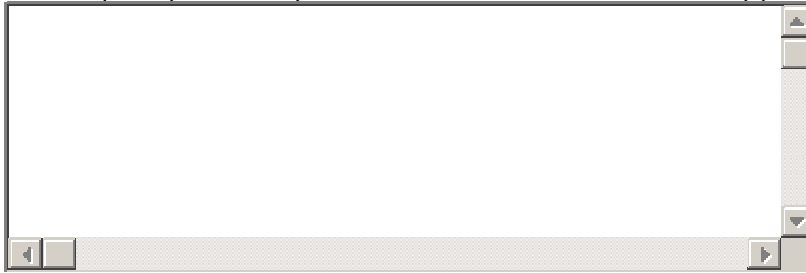
- ☐ Bolsa Atividade
- ☐ Bolsa Moradia
- ☐ Bolsa Esporte/LUVE
- ☐ Bolsa Arte (Coral ou Teatro)
- ☐ Outro:

7.1 - Você considera que o benefício, como uma fonte de recurso foi suficiente? *

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

7.2 - Justifique a resposta da questão anterior. *

7.3 - O que representou para sua família o recebimento desse(s) benefício(s) ? *

A large rectangular text box with a light gray border and a vertical scrollbar on the right side, intended for a written response.

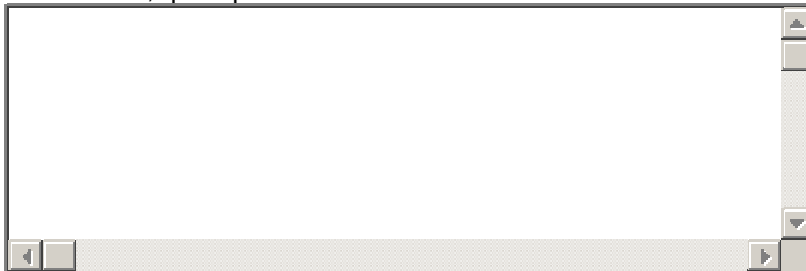
7.4 - A sua família complementava suas despesas? *

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

7.5 - Você exercia alguma atividade para obter mais recursos para suprir seus gastos? *

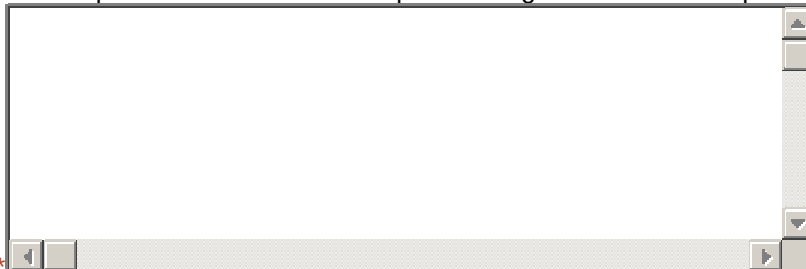
- ☐ SIM
- ☐ NÃO

7.6 - Se sim, qual tipo de atividade exercia?

A large rectangular text box with a light gray border and a vertical scrollbar on the right side, intended for a written response.

7.7 - Se você não possuísse os benefícios que estratégias teria utilizado para continuar seus

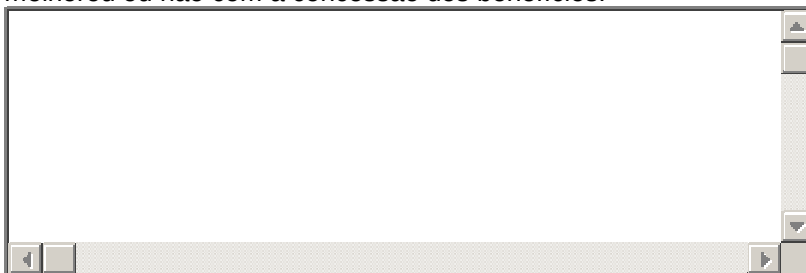
estudos? *

A large rectangular text box with a light gray border and a vertical scrollbar on the right side, intended for a written response.

7.8 - Como você considera a interferência dos benefícios em seu rendimento acadêmico?*

- ☐ Positiva
- ☐ Negativa

7.9 - Explique sua resposta. *Descreva sobre seu rendimento acadêmico em linhas gerais. Se melhorou ou não com a concessão dos benefícios.

A large rectangular text box with a light gray border and a vertical scrollbar on the right side, intended for a written response.

8 - Você obteve bolsas de pesquisa e extensão: *

- ☐ NÃO
- ☐ Iniciação Científica
- ☐ Extensão
- ☐ Outro:

8.1 - Como você considera a interferência das bolsas em seu rendimento acadêmico?

- ☒ Positiva
- ☐ Negativa

8.2 - Explique sua resposta. Enquanto estava com uma dessas bolsas, houve interferência no seu rendimento acadêmico?

9 - Você fez algum curso de pós-graduação? *

- ☐ NÃO
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado

9.1 - Você considera que os benefícios recebidos contribuíram para realização desses cursos de pós-graduação?

- ☒ SIM
- ☐ NÃO

9.2 - Como?

10 - Você tem conhecimento que um dos objetivos da assistência estudantil é o desenvolvimento do Capital Humano (CH)? CH entendido como investimento em educação, para que o indivíduo tenha melhor capacitação e oportunidades de ingressar no mercado de trabalho em melhores condições etc. Você considera que os benefícios que recebeu contribuíram para melhoria do seu CH? *Capital Humano é o investimento na pessoa, em sua capacitação, educação, conhecimento, para melhor ocupação no mercado de trabalho.

- ☒ SIM
- ☐ NÃO

10.1 - Explique sua resposta. *

11 - Quais serviços ou tipos de atendimentos você utilizou? *Marque as opções pela frequência de utilização.

	diariamente	quinzenalmente	uma vez por mês	raramente	nunca
RU	☐	☐	☐	☐	☐
ASBEN	☐	☐	☐	☐	☐
Consulta médica	☐	☐	☐	☐	☐
Dentista	☐	☐	☐	☐	☐
Psicólogo	☐	☐	☐	☐	☐
Assistente Social	☐	☐	☐	☐	☐
Psiquiatra	☐	☐	☐	☐	☐
Laboratório de Análises Clínicas	☐	☐	☐	☐	☐
Raio X	☐	☐	☐	☐	☐
Enfermagem	☐	☐	☐	☐	☐
Esporte	☐	☐	☐	☐	☐

11.1 - As modalidades ASBEN e esporte especificar quais. *

« Voltar

Continuar »

Tecnologia [Google Docs](#)

PERCEPÇÕES DOS EGRESSOS

12 - Na sua percepção a assistência estudantil é importante? *

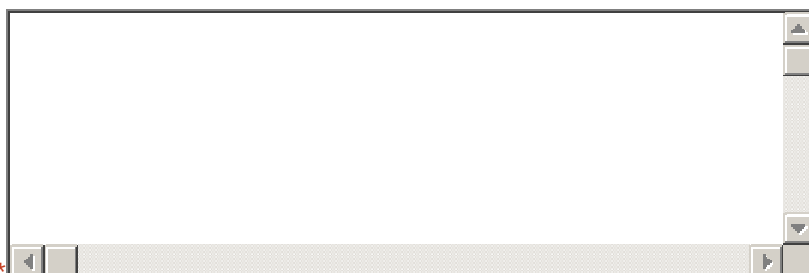
- ☐ SIM
- ☐ NÃO

12.1 - Justifique sua resposta. *



13 - Na sua percepção, a assistência estudantil contribuiu para a redução da vulnerabilidade social da sua família? *

- ☐ SIM
- ☐ NÃO



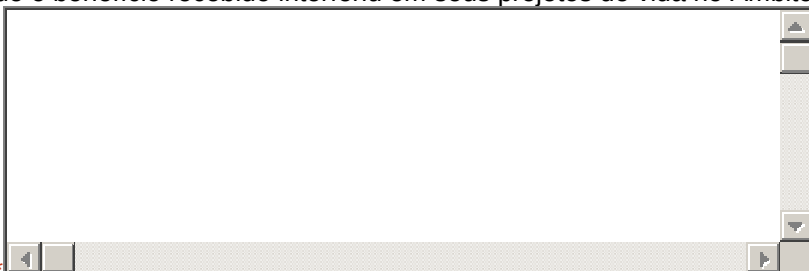
13.1 - Em que sentido? *

14 - Na sua visão, em que o benefício recebido interferiu em seus projetos de vida no Âmbito



Profissional. *

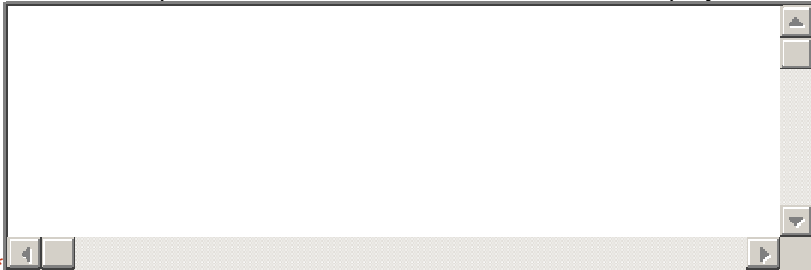
15 - Na sua visão, em que o benefício recebido interferiu em seus projetos de vida no Âmbito



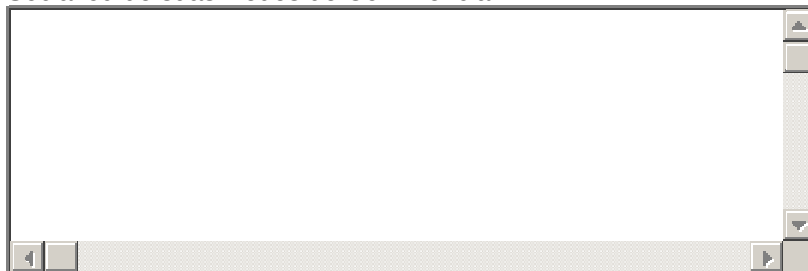
Econômico-Financeiro. *

16 - Na sua visão, em que o benefício recebido interferiu em seus projetos de vida no Âmbito

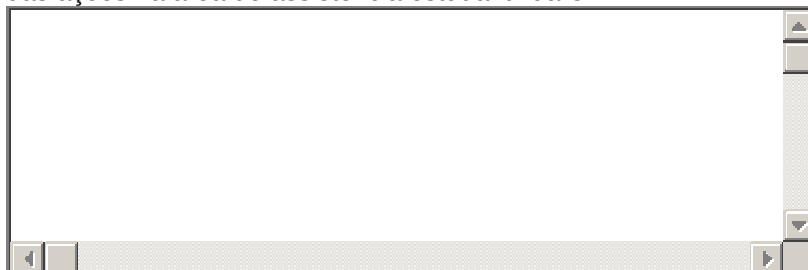
Familiar. *

A rectangular text input box with a thin border. It has a small icon in the top right corner and a small icon in the bottom right corner. The text 'Familiar. *' is positioned to the left of the box.

17 - Na sua visão, em que o benefício recebido interferiu em seus projetos de vida no Âmbito Social ou de suas Redes de Convivência. *

A rectangular text input box with a thin border. It has a small icon in the top right corner and a small icon in the bottom right corner.

18 - Existe alguma questão que gostaria de comentar que pudesse contribuir para a melhoria das ações na área de assistência estudantil da UFV? *

A rectangular text input box with a thin border. It has a small icon in the top right corner and a small icon in the bottom right corner.

Termo de Consentimento

Descrição do estudo: A pesquisa, de natureza descritivo-exploratória, com enfoque metodológico qualitativo e quantitativo, tem por finalidade responder às seguintes questões: Como tem sido a dinâmica do funcionamento do Programa de Assistência Estudantil da UFV? Os critérios de seleção do programa refletem a situação de vulnerabilidade social dos estudantes de graduação? O programa interfere na vida acadêmica dos estudantes, em termos de rendimento, evasão e demais atividades? Quais são as implicações ou repercussões na vida pessoal, familiar e social dos egressos do programa? O estudo será conduzido na Universidade Federal de Viçosa, campus de Viçosa – MG - Brasil, tendo como unidade empírica de análise o Programa de Assistência Estudantil. Do universo de beneficiários deste programa, será retirada uma amostra probabilística, dentre os estudantes de graduação que sejam beneficiários do Programa de Assistência Estudantil e dentre aqueles que concluíram seus cursos há três anos, ou seja, formaram-se no ano de 2009. A coleta de dados será realizada, inicialmente, por uma pesquisa bibliográfica e documental, histórica e descritiva, compondo uma análise qualitativa. Para obtenção dos dados relacionados à percepção dos estudantes e egressos em relação ao programa, será feito uso de entrevistas semi-estruturadas. Na análise dos dados quantitativos será feito uso da estatística descritiva. Por outro lado, para análise das percepções dos estudantes e egressos do programa, pretende-se utilizar a análise descritiva das falas dos beneficiários da assistência estudantil. Considera-se que os resultados da pesquisa podem subsidiar a avaliação dos programas de assistência da instituição em todos os campi, de forma que as políticas públicas sejam inclusivas, garantindo um atendimento justo e igualitário. Benefícios para os indivíduos: Considera-se que estudos dessa natureza são necessários para dar suporte científico e identificar quais são as metodologias adotadas que surtiram bons resultados no processo e resultado de programas de assistência estudantil. A necessidade de se avaliar as ações de assistência estudantil é, sem

dúvida, extremamente importante tanto para as instituições de ensino superior e para a sociedade, como um todo, quanto para os beneficiários do programa, como forma de melhoria de atendimento às demandas sociais. Pressupõe-se que estas ações promovem a melhoria do capital humano e contribuem para a redução da vulnerabilidade social dos jovens e suas respectivas famílias. Direito dos indivíduos de recusar-se a participar ou retirar-se do estudo: A participação no estudo é voluntária e ao indivíduo confere o direito para recusar-se a participar ou retirar-se do estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou justificativa. Direito dos indivíduos quanto à privacidade: Fica assegurado o direito de privacidade do participante, pois não haverá divulgação de nomes, idade ou qualquer informação que permita a sua identificação. Publicação das informações: A publicação das informações pertinentes ao estudo ficará restrita à categorização das escritas, identificadas somente por números. Informação financeira: Os indivíduos que comporão os grupos experimentais serão voluntários sem contrato de trabalho e sem remuneração. Equipe: Profa. Dra. Maria das Dores Saraiva de Loreto (Orientadora) Prof. Denilson Santos de Azevedo (Co-Orientador) Mestranda Junia Zacour Azevedo del Giúdice (Executora)

Declaração *

- ☐ Declaro que li e concordo em participar da pesquisa de acordo com o Termo de Consentimento.

« Voltar

Enviar

Nunca envie senhas em formulários do Google.
Tecnologia [Google Docs](#)